

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O “Culto da Saudade”:  
História e passado na criação do Museu Histórico  
Nacional (1922-1924)**

JULIA FURIA COSTA

BRASÍLIA  
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O “Culto da Saudade”:  
História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**

JULIA FURIA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz

BRASÍLIA  
2013

**O “Culto da Saudade”:  
História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz – PPGHIS/UnB  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lea Maria Carrer Iamashita – Faculdade Integrada JK

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ione de Fátima Oliveira – PPGHIS/UnB

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Albene Miriam Menezes Klemi – PPGHIS/UnB  
(Suplente)

Brasília, 13 de março de 2013.

## Resumo

Julia Furia Costa. **O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**. Programa de Pós-Graduação em História. Defesa em 13/03/2013. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz.

O presente estudo é um esforço de historicização da criação e instalação do Museu Histórico Nacional/MHN, procurando localizá-la em sua temporalidade, que é a das primeiras décadas da experiência republicana no Brasil. O MHN foi criado e instalado como parte do projeto político cultural republicano, cujo regime buscava legitimação, sendo as políticas culturais e educacionais uma de suas estratégias de ação com vistas a tal propósito. A criação do MHN ocorreu como uma das iniciativas inseridas nos eventos comemorativos do Centenário da Independência do Brasil, sendo a Exposição Internacional do Centenário o principal deles. O museu criado e instalado conforme as concepções de seu idealizador e primeiro diretor, Gustavo Barroso, funcionaria como um lugar dedicado ao “culto da saudade”, de modo a desenvolver o sentimento de patriotismo indispensável à construção da nação e da nacionalidade brasileiras. Como “escola de patriotismo”, o MHN cumpria também a função de “agência educativa e civilizatória” difundindo a memória e a história do país, significada como “mestra da vida”. As fontes priorizadas na pesquisa foram a legislação e regimento do MHN, os catálogos da Exposição Internacional e da exposição inaugural do MHN e a obra de Gustavo Barroso.

**Palavras-Chaves:** Museu Histórico Nacional; Gustavo Barroso; Culto da Saudade; História; Memória

## **Abstract**

Julia Furia Costa. **O “Culto da Saudade”:** História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). Programa de Pós-Graduação em História. Defesa em 13/03/2013. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz.

The present study is an effort to historicize the creation and installation of the Museu Histórico Nacional/MHN, trying to locate it in its temporality, which is the first decades of the republican experience in Brazil. The MHN was created and installed as part of the republican political project for the cultural sector, whose regime was seeking legitimacy and the cultural and educational policies were part of its strategies to achieve this purpose. The creation of MHN was one of the initiatives inserted in the commemorative events of the Centenary of Brazilian Independence Day, being the Centenary International Exposition one of the main events. The museum created and installed in accordance to the conceptions of its founder and first director, Gustavo Barroso, was supposed to work as a place dedicated to the “cult of nostalgia” in order to develop a sense of patriotism essential to constructing the nation and the Brazilian nationality. As a “school of patriotism”, the MHN also fulfilled the role of “civilizing and educational agency” spreading the memory and history of the country, signified as “magistra vitae”. The sources prioritized in this research were the legislation and internal regulations of the MHN, the catalogs of the Centenary International Exposition and the MHN’s inaugural exhibition, and the work of Gustavo Barroso.

**Key Words:** Museu Histórico Nacional; Gustavo Barroso; Cult of Nostalgia; History; Memory.

*Aos meus pais, Juares e Cláudia, e  
ao meu noivo, Thiago*

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que foram essenciais na elaboração deste trabalho e me acompanharam nesta jornada.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz agradeço a paciência e o carinho com que sempre me ensinou e orientou. Foi um prazer e um privilégio poder trabalhar ao lado de uma historiadora com tanto talento como a Senhora.

Às Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ione de Fátima Oliveira e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Albene Miriam M. Klemi, pelas sugestões e contribuições que fizeram na minha banca de defesa deste projeto. Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-graduação em História da UnB que de algum modo contribuíram pela minha formação acadêmica.

Aos meus pais, Juares Soares Costa e Cláudia *cacau* Furia Cesar que mesmo longe sempre se fazem presentes. Vocês sempre me acompanharam e apoiaram em cada decisão tomada na minha vida, e são exemplos de dedicação, profissionalismo e persistência. Sem o amor e carinho de vocês não teria realizado mais esta conquista, obrigada pela torcida constante.

Ao meu noivo, Thiago Maciel Oliveira, pelo seu amor, apoio e tolerância essenciais para que eu alcançasse mais esta etapa. Você esteve presente em todas os momentos, de alegria, frustração, ansiedade e tristeza, e com certeza sem a sua presença ao meu lado nada disse seria possível.

À minha irmã, Luiza Furia Costa, e à amiga-irmã, Samira Costa, agradeço por sempre estarem disponíveis para conversas e companhia, mesmo com toda a distância entre nós.

Aos meus amigos Jéssica Afonso, Barbara Gonçalves, Thiago Andrade, Yandra Almeida, Leny Valadão, Ana Paula Feliciano, Vania Vaz, Iansã Melo, Joicy Ferreira, Lewy Mota, e Elisa Salim, a amizade de vocês com certeza é uma das melhores coisas que Brasília me proporcionou. Agradeço em especial à Jéssica, ao Thiago e à Barbara pelas longas conversas e conselhos, sempre me incentivando a não desistir das escolhas tomadas.

À Liliane Carrijo, Carolina Soares Sousa, Fabiana Macena, Tupá Guerra e Ana Carolina Gutierrez, com quem compartilhei as alegrias, as frustrações, a ansiedade e as conquistas da vida acadêmica.

À Iara Zannon, Lúcia Campolina e Priscila Abreu agradeço ao apoio e suporte que sempre me ofereceram no Ministério da Cultura, permitindo que a minha vida dupla de estudante e trabalhadora fosse menos cansativa e mais divertida.

À Dayane Augusta, Mayra Guapindaia e Renata Costa e demais colegas do Corpo Editorial da Revista **Em Tempo de Histórias**, gostaria de registrar a satisfação em participar da Revista do Corpo Discente do PPGHIS, uma experiência acadêmica ímpar que a sala de aula não nos proporciona.

## Sumário

Introdução .....	10
Capítulo I - As Comemorações do Centenário da Independência e a criação do Museu Histórico Nacional .....	19
1.1 A modernidade republicana e o Rio de Janeiro, sede da Capital Federal .....	19
1.2 A definição do brasileiro: o debate nacional .....	24
1.3 Exposições universais e as iniciativas culturais republicanas .....	29
1.4 As comemorações do Centenário da Independência .....	35
1.5 A Exposição do Centenário da Independência .....	38
1.6 Os museus europeus e as primeiras iniciativas brasileiras .....	43
1.7 O Museu Histórico Nacional .....	46
Capítulo II - O Museu Histórico Nacional: lugar do “culto da saudade” .....	50
2.1 A instalação do Museu Histórico Nacional: o espaço, os objetos e as orientações ..	50
2.2 “Indicações para as visitas ao Museu” .....	60
Capítulo III - O autor e a obra: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional .....	77
3.1 Biografia e contexto: um esforço de historicização .....	77
3.2 Gustavo Barroso: pensamento e ação .....	82
3.3 O lugar da prática do “Culto da Saudade” .....	92
3.4 A história em cada vestígio do passado: o MHN como lugar dos objetos históricos .....	100
Considerações Finais .....	110
Fontes .....	112
Referência Bibliográfica .....	114
Anexo 1 - Quadro dos períodos e quantidade de objetos da Exposição Inaugural do Museu Histórico Nacional .....	118

## Introdução

*É importante termos claro que, no caso do trabalho do historiador esta relação do visível e do invisível parece revestir-se de uma peculiaridade, pois não se trata apenas de imaginar e visualizar o passado como algo fora da realidade, presente à experiência sensorial, mas como algo anterior ao nosso tempo, o que configura uma especificidade a este ausente a ser visualizada: o de ser anterior ao nosso tempo e que, por isso, mantém com ele certas relações. Esta discussão implica necessariamente um cuidado, no sentido de precisar os termos com que operamos que se torna evidente já na definição do que seria a visualização do passado, implicada tanto numa narrativa escrita sobre eventos pretéritos (que supõe do leitor uma imaginação do que está sendo narrado) como também num projeto de patrimonialização desse mesmo passado em instituições que são suporte a esta visualização como, por exemplo, os museus.<sup>1</sup>*

No presente estudo buscamos historicizar a criação do Museu Histórico Nacional/MHN, ou seja, procuramos localizá-la em sua temporalidade, inserida, portanto, nas construções históricas que permitiram sua emergência nas primeiras décadas do século XX. A pesquisa feita mostra-nos a criação do MHN como iniciativa integrante da política cultural dos governos da Primeira República, que buscavam legitimação do regime e sua identificação com uma administração moderna em direção à civilização e ao progresso material e moral do país. À luz da perspectiva positivista de leitura do mundo e de ordenamento da sociedade brasileira, traduzida no lema “ordem e progresso” da bandeira nacional, definiu-se o projeto político republicano de busca de afirmação do Estado Nacional, com a participação do Brasil no concerto das modernas nações europeias e dos Estados Unidos da América. Para tal, havia a necessidade de investir também em políticas culturais e educacionais, de modo a desenvolver o sentimento de patriotismo, indispensável à construção da nação e da nacionalidade brasileiras. As escolas, assim como os museus, seriam o local privilegiado para ensinar história e para ensinar a amar a pátria, amando seu passado e cultivando suas tradições.

---

<sup>1</sup>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Sér. v.15. n. 2, 2007. p. 12.

Gustavo Barroso concebeu o MHN sob a perspectiva da história como sinônimo de passado e do museu como lugar de “culto da saudade”, com a exposição de objetos representativos. Para ele, que foi o primeiro diretor da instituição, esta deveria cumprir o papel de promover o “culto da saudade”, reunindo os objetos representativos do tempo pretérito e expondo-os à visitação do público tal como num antiquário. A simples visualização destes objetos estabeleceria sua imediata associação com o passado, cumprindo, assim, sua função pedagógica de ensinar a “amar o passado”, a cultivar suas tradições e valores. Os objetos por si, ao serem vistos, seriam capazes de estabelecer tal conexão, indispensável à transmissão de valores e tradições.

Localizar a criação do MHN no contexto da política de patrimonialização do passado, foi tarefa que procuramos realizar à luz de reflexões como as de Manoel Luiz Salgado Guimarães acerca do trabalho do historiador e apontado na epígrafe desta introdução. Com efeito, ao pensarmos a experiência da criação do Museu Histórico Nacional, acessada por meio de vários discursos produzidos, levamos em conta que na relação entre passado e escrita da história, a dimensão da patrimonialização do passado não pode ser ignorada, sobretudo, quando o suporte para esta visualização são os museus. Sob tal perspectiva é que entendemos a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922. A principal função desta instituição era a de ser o suporte material à visualização do passado, lugar institucional do “culto da saudade”. Para o/a historiador/a, o trabalho com estas instituições, com os objetos, imagens, orientações e lógicas que as configuram, não pode ser visto apenas como fontes a serem descritas, identificadas e mapeadas, mas sobretudo como expressões de uma experiência social, que tem sua historicidade e demanda ser investigada, desnaturalizada, interpretada e significada. No caso do MHN, procuramos analisar historicamente esta experiência, historicizando-a como prática e produção das condições históricas de seu tempo. Afinal, não resta dúvida de que nenhum aspecto, dimensão e protagonismo na criação do MHN encontra-se fora da história; trata-se de experiência constituída na e pela história, atravessada, portanto, de historicidade.

No caso da criação do Museu Histórico Nacional, tal iniciativa filia-se, direta e/ou indiretamente, às concepções europeias de museus. Estes surgiram na Europa ao longo do século XIX como mecanismos de legitimação dos Estados Nacionais em formação. O mesmo ocorreu no Brasil durante os governos imperial e republicano. Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao discutir a formação do Estado Imperial, destaca que sua implantação incluía como “tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma

identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”.<sup>2</sup> Nesse momento, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, criado em 1838, foi a instituição priorizada pelas políticas do Estado Imperial para a produção de uma memória histórica do Brasil. Ficou a cargo desta instituição a escrita da história como biografia da nação. Também aos museus cabia o papel de preservação e exposição de objetos representativos do passado, função importante na preservação da memória histórica do país. O governo republicano seguiu nesta mesma trilha, em seu esforço de culto ao passado e de uma educação histórica que operasse a consolidação da identidade nacional. A esta foram adicionadas outras imagens e significados, à luz dos preceitos cientificistas e positivistas de ordem e progresso, com os quais buscava diferenciar-se do antigo regime e assegurar sua legitimação.

Após a proclamação da República, a montagem do edifício legal e político do Estado Republicano no Brasil demandou inúmeras tarefas, como a de legitimação do regime e de identificação com a modernização, em meio às divisões internas e disputas entre militares e civis, interesses agrários e industriais, federalismo e militarismo, elites agrárias e setores médios e populares da sociedade, entre o antigo e novo, dentre várias outras. Nos debates que envolveram políticos e intelectuais daquele período, acerca da questão da nação e nacionalidade brasileiras, destacaram-se algumas propostas de política cultural, dentre elas, a que faz a defesa do “culto da saudade”, da valorização das “tradições guerreiras” e do patrimônio nacional, como estratégias de afirmação do Estado Nacional.

Gustavo Barroso é um dos intelectuais, cuja atuação destacou-se pela insistente e ardorosa defesa desta pauta. Em 1912, com o artigo **Culto da Saudade**,<sup>3</sup> ele explicitou e tornou pública sua campanha em defesa das tradições guerreiras do passado, ameaçadas, em sua visão, por terem sido abandonadas e esquecidas em meio às mudanças ocorridas no processo de modernização do país. Ele denunciou a cultura de descaso e a situação de abandono em que se encontravam os monumentos e objetos históricos do passado, fruto do desinteresse do governo com a história e memória do país, bem como da sociedade brasileira, ao defender uma política de patrimonialização do passado. Para tal, Barroso afirmava a necessidade de criação de instituições como os museus, suportes para a visualização material do passado.

---

<sup>2</sup> Id. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1. 1988, p. 6.

<sup>3</sup> BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997.

Com as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, frutificou a proposta de Barroso de valorização do passado: a criação do Museu Histórico Nacional, como uma das atividades daquele evento comemorativo. Sua proposta, dentre várias apresentadas, foi selecionada e aprovada por Epiácio Pessoa, presidente da República no quadriênio 1919-1922. Segundo o decreto presidencial nº 15.596, de 1922, foi criado o Museu Histórico Nacional, tal como concebido pelo seu defensor e idealizador e também seu primeiro diretor. Consoante suas concepções, o MHN tinha como função “reunir, preservar e expor” ao público objectos de importância histórica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, comemorações e publicações para o conhecimento da historia pátria e o culto das nossas tradições”.<sup>4</sup>

Praticar o “culto da saudade”, estimular uma cultura de proteção e valorização do passado, implicou uma política de patrimonialização do passado, com o suporte dos museus. Estas instituições, “lugares de memória”, deveriam guardar, preservar e expor os objetos representativos do passado, valorizar as tradições, como medidas de controle dos avanços da modernização, porém sem descartar, porém a memória e a história do país, estabelecendo uma continuidade histórica entre Império e República. Inventar-se, então, a origem da nação brasileira na independência do país, cujo centenário foi comemorado pela República, menos como “culto da saudade” e mais como culto à tradição da continuidade histórica. Caberia ao MHN conferir visibilidade a essa tradição, com a exposição de objetos do passado a ela relacionados.

Com efeito, nossa pesquisa indicou que por meio de eventos como o das Comemorações do Centenário, da criação e exposição do MHN, o governo republicano ressignificou a instauração do regime como a etapa superior da evolução da sociedade brasileira, processada em continuidade com a experiência monárquica, em direção ao progresso e à civilização. Neste sentido, a Exposição Internacional do Centenário da Independência e a criação do MHN foram iniciativas oportunas para apresentar ao país e ao mundo os progressos materiais e morais advindos do novo regime. Sob o governo republicano, o Brasil estaria adquirido sua face moderna e civilizada, que não excluía a ênfase nas tradições e valores cívicos do passado, tornados visíveis com a patrimonialização de seu passado, cujo principal suporte era o MHN.

---

<sup>4</sup> BRASIL. **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoedition?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

Como atenta Regina Abreu, ao idealizar o MHN, Gustavo Barroso, seu primeiro diretor, teve como objetivo ir além da reunião, preservação e exposição dos objetos, fazendo com que o contato do público com aqueles suportes materiais estimulasse o afloramento do patriotismo. Sentimento, esse que seria despertado e cultivado por meio de práticas como as do “culto da saudade”. Como explicitado por Barroso, “um verdadeiro museu histórico deve reunir os objetos de toda a sorte que ele representar, para ensinar o povo amar o passado”.<sup>5</sup> Sob tal visão, o MHN, ao ser criado, pautou-se “por uma concepção ética e pedagógica da História, e não a busca de uma verdade sobre o passado”.<sup>6</sup>

Com o objetivo de “ensinar o povo a amar o passado” por meio da visualização dos objetos expostos nas exposições, o Museu Histórico Nacional estruturou-se como uma instituição orientada para tal propósito, ou seja, como um “lugar de memória” em que o que conta é o passado em si e não a historicidade de qualquer experiência do passado e sua relação com o presente. Sob tal perspectiva, foi ordenada a memória social desse passado, com o enquadramento dos acontecimentos, personagens e lugares significados como representativos para a história republicana. A orientação dada foi de ênfase no passado materializado no conjunto de objetos e imagens do acervo do museu, expostos ao público com o propósito de ensiná-lo a amar a história do país e, assim, ensinar o patriotismo. Assim, a estratégia da instituição foi a exposição de retratos e quadros de pessoas, de personagens históricos, que mesmo não pertencendo ao mesmo espaço ou ao tempo do público, ao serem vistos, são interpelados de modo a produzir o sentimento comum de pertencimento ao passado do país. Nesta identificação, surgia o sentimento de integração com a história da nação, construída graças à atuação de seus heróis, figuras atemporais, eternas e exemplares.

Como lugar de “culto da saudade”, o Museu Histórico Nacional não poderia deixar de ser um elemento material da memória social, como suporte que permitia o afloramento da lembrança dos acontecimentos, tal como definido por Pollack.<sup>7</sup> Além disto, como instituição que opera a patrimonialização do passado, o MHN é um “lugar de memória”, tal como pensado por Pierre Nora. Para este, os “lugares de memória” são uma forma artificial de manter presente, junto à sociedade, a memória, elemento constitutivo da

---

<sup>5</sup> ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema – por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. **Ideólogos do Patrimônio cultural – Cadernos de Debates**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1991, p. 94.

<sup>6</sup> Ibid., p. 94.

<sup>7</sup> POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. V, n. 10, 1992, p. 201.

identidade nacional, indispensável à formação e consolidação dos estados nacionais. Os “lugares de memória” são definidos por Nora, a partir do reconhecimento de três características primordiais: material, funcional, e simbólica. São “lugares de memória”,

*com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.*<sup>8</sup>

Os museus, como “lugares de memória”, são espaços institucionais nos três sentidos, pois além de sua dimensão material e funcional, contemplam, em sua ritualização cotidiana, objetos do passado investidos de uma aura simbólica, despojando-os assim de sua historicidade. Uma das tarefas do historiador é justamente a de dessacralizar os “lugares de memória”, evidenciando sua historicidade, suas condições históricas e não místicas de produção. A disseminação de uma determinada concepção de história, que a identifica como sinônimo de passado, realizada por meio das práticas cotidianas do “culto da saudade” no MHN, certamente atua no processo de amalgamento do sentimento de pertencimento à nação e de coparticipação de uma “comunidade imaginada”.<sup>9</sup> Ressalta-se que, naquele momento, fazia parte desta “comunidade” apenas uma minoria da população do país, formada pelas camadas superiores e médias da sociedade brasileira, geralmente seus setores proprietários, letrados e urbanos. Desta comunidade estava excluída a grande massa da população formada por pessoas pobres, mestiças, analfabetas, moradoras das regiões rurais e interioranas do país. Na nação desenhada pelos republicanos, essa população não se reconhecia como parte integrante, “eram estrangeiros em sua própria terra”.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup>NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, n° 10, 1993, p. 21-22.

<sup>9</sup>ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983 (2008).

<sup>10</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira de. (Org.). **Nação, civilização e história: leituras sertanejas**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011, p. 29.

Na delimitação do objeto de estudo, estabelecemos como recorte temporal os anos de 1922 a 1924, período que compreende a criação e instalação do Museu Histórico Nacional e seus dois primeiros anos de funcionamento. Focamos estes anos iniciais de implantação do Museu, pois entendemo-los como o momento de sua criação e instalação, integrada à Exposição Internacional do Centenário, em 1922. Com seu encerramento, MHN ganhou mais espaço físico no prédio do Arsenal de Guerra, passando a receber várias doações da sociedade,<sup>11</sup> o que acarretou um significativo aumento de seu acervo. Tal ampliação de espaço e de acervo resultou em reconfigurações posteriores, realizadas ao longo da primeira fase da gestão de Gustavo Barroso (1922 a 1930). Priorizamos, porém, na presente pesquisa, os momentos primeiros do MHN, sua criação, inauguração e instalação ocorridas nos dois primeiros anos de sua existência.

Optamos, na pesquisa, por quatro tipos de fontes, classificadas de acordo com a natureza de sua produção: a legislação que definiu as regras para a Exposição Internacional do Centenário e para o Museu Histórico Nacional, regulando os respectivos funcionamentos; o **Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional; Catalogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**; os artigos e livros de Gustavo Barroso. Cabe ressaltar que entendemos os documentos como registros da experiência passada e não como “provas” do que realmente ocorreu. As fontes, independentemente de sua natureza, são entendidas como versões, modos de ver e de ler as experiências humanas passadas, em dada sociedade e em dado momento histórico.

Nosso ponto de partida de pesquisa foi a leitura do Decreto Presidencial nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, que instaurou a Exposição Internacional do Centenário, da legislação complementar que regeu o seu funcionamento e do **Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional**,<sup>12</sup> com o mapeamento dos pavilhões e respectivas exposições do evento comemorativo. Também foram lidos e estudados o Decreto Presidencial nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, que determinou a criação do Museu Histórico Nacional e estabeleceu o seu regimento interno, bem como o

---

<sup>11</sup> As doações recebidas pela instituição eram em sua grande maioria de herdeiros da antiga “aristocracia” brasileira forjada no período imperial, o que levou a muitas salas do Museu a homenagearem as famílias doadoras. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, p. 35.

<sup>12</sup> O **Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional** foi uma publicação produzida pelo Museu Histórico Nacional, em 1922, em homenagem ao Centenário da Independência. O livro é composto de trabalhos de diversos autores que procuram apresentar um balanço da história da nação brasileira, além de conter produções específicas acerca dos eventos comemorativos do Centenário, e uma seção dedicada à Exposição Internacional do Centenário.

**Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história.** Este último, um inventário produzido por Gustavo Barroso, em 1924, com a descrição de todas as salas e objetos do MHN, em seus dois primeiros anos de estruturação e funcionamento. A pesquisa destas obras, além de explicitar as concepções do idealizador e criador do MHN, reconhece esta instituição como lugar do “culto da saudade”, de celebração do passado, de alimentação das memórias dos heróis e das tradições guerreiras.

O esforço de historicização empreendido incluiu pensar a criação do MHN consoante às concepções de seu idealizador, criador e diretor, que também se encontram historicamente localizadas. Assim, as disposições dos objetos, a organização da exposição, as funções e objetivos do Museu traduzem as concepções de seu idealizador que não se encontrava isolado nesse projeto. Ele integrava uma geração de intelectuais e políticos que compartilhavam um modo de ver o passado e o presente do país e projetar seu futuro. Grupo, esse, solidário ao projeto republicano de afirmação do Estado Nacional e de construção da nação e da nacionalidade brasileira, no qual as concepções de história como “mestra da vida”, de culto às tradições guerreiras do passado e aos seus heróis, praticado nas escolas e nos museus, contribuiria para a efetivação daquele propósito republicano. Não por acaso, Gustavo Barroso foi o idealizador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional.

Este estudo foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto político dos primeiros anos de República, com destaque para as iniciativas culturais do governo federal, com vista à sua legitimação e reconhecimento como regime modernizador do país, sem abrir mão, porém, das tradições. Dentre as iniciativas, destacamos as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, e o projeto de criação de um museu histórico neste momento comemorativo e sua localização na cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, abordamos o processo de criação e instalação do Museu Histórico Nacional, no âmbito das comemorações do Centenário da Independência. Procuramos descrever a estrutura inicial da instituição, com o mapeamento de suas salas e das exposições dos objetos históricos respectivos, atentando para as diretrizes e concepções orientadoras da organização desta exposição do acervo.

No terceiro e último capítulo, destacamos a criação e instalação do Museu Histórico Nacional como expressão da política cultural do governo republicano, sintonizado com o pensamento e ação de Gustavo Barroso, seu idealizador e criador. Procuramos estabelecer uma conexão entre os percursos do idealizador da obra com o seu contexto

histórico, de modo a melhor compreender seu protagonismo na criação do museu, sua localização em seu tempo e lugar social.

Ressaltamos que essa foi uma leitura que fizemos da experiência histórica da criação do Museu Histórico Nacional, dentre as várias outras possíveis, no entendimento de que a história é um campo de múltiplas possibilidades.

## Capítulo I

### As Comemorações do Centenário da Independência e a criação do Museu Histórico Nacional

#### 1.1 A modernidade republicana e o Rio de Janeiro, sede da Capital Federal

No Brasil, a virada do século XIX para o século XX foi marcada por significativas mudanças, não apenas em seu aspecto político, com a proclamação da República e o disputado jogo político pelo controle do poder, mas também transformações sociais e culturais, com a expansão urbana, crescimento da população, impulso do setor industrial, instituição do trabalho livre, incremento da imigração estrangeira e formação de um incipiente operariado, dentre algumas das principais transformações. Todo este quadro de mudanças inscreve-se em um processo geral e mais amplo de transformação do capitalismo industrial, cujo percurso, iniciado no Brasil na segunda metade do século XIX, incluiu crises internas e externas. Segundo Nicolau Sevchenko, esse processo compreende uma revolução científico-tecnológica – que se iniciou em 1870 e vai até meados da década de 1920 - e responde por transformações no desenho da sociedade brasileira, com traços mais visíveis na maioria das cidades do País, principalmente no Rio de Janeiro, capital da República. Para aquele historiador, trata-se de uma revolução, no sentido de que representa, de fato,

*um salto enorme, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada. Resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os dos alumínio, do níquel, do cobre e das ações especiais, além do desenvolvimento nas áreas de microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia,*

*medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida.*<sup>1</sup>

Todas estas descobertas e inovações tecnológicas alteravam o modo de vida da população brasileira, particularmente daquela localizada nos médios e grandes centros urbanos. Trata-se de momento de tensões entre o antigo e o novo, da passagem do trabalho escravo para o livre, da substituição de uma economia agrária para a industrial e mecanizada, capitaneada pelas elites cafeeiras, que ganhavam cada vez mais espaço no cenário político nacional. Para Nicolau Sevchenko, o projeto do setor progressista dessa elite cafeeira era promover a industrialização e a modernização do País<sup>2</sup> e assim elevar o Brasil ao status das nações civilizadas, projeto já anteriormente acalentado por setores das elites imperiais. Para alcançar tal objetivo foram implementados vários programas de modernização dos centros urbanos do País, em especial da cidade do Rio de Janeiro. Esta priorizada nas políticas modernizadoras do governo republicano, por ser porta de entrada dos estrangeiros e uma espécie de “vitrine do país”.

O Rio de Janeiro do início do século XX apresentava ainda características de uma cidade colonial, com sua população em grande maioria formada por ex-escravos e mestiços, contingente aumentado significativamente após abolição da escravidão, uma vez que a cidade era uma oportunidade de trabalho e de sobrevivência. Esta população vivia aglomerada nos antigos casarões coloniais do centro cidade e à sua presença era creditada não apenas a face “atrasada” do país, mas também a origem de focos permanentes de doenças e epidemias, como difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, varíola e febre amarela.<sup>3</sup> Assim, para que o Rio pudesse mudar sua imagem de atraso e de doenças para a de uma cidade moderna, higienizada e civilizada foram tomadas várias medidas urbanísticas e sanitárias que incluíram, sobretudo, limpar sua face “atrasada” com a expulsão de sua população pobre, mestiça e negra para fora de suas áreas centrais.

Uma comissão encabeçada pelo engenheiro Lauro Müller, pelo sanitarista Oswaldo Cruz e pelo urbanista Pereira Passos, foi incumbida de elaborar um plano em três dimensões para a modernização e higienização da cidade, ou seja, para “executar

---

<sup>1</sup>SEVCHENKO, Nicolau . Introdução. SEVCHENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil – República, da belle époque à era do rádio** (Vol. III). São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 8-9.

<sup>2</sup> Ibid., p. 14-15.

<sup>3</sup> Ibid., p. 20-22.

simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana”.<sup>4</sup> Os casarões do centro da cidade foram demolidos sob três fortes argumentos: porque eles “cerceavam o acesso ao porto, (...) comprometiam a segurança sanitária, (...) bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna”.<sup>5</sup> Tais argumentos eram fundamentais na concepção moderna de cidade, cujos espaços, ruas e vias de acesso deveriam estar permanentemente livres, desobstruídos, abertos para a livre circulação.

Com a reforma urbana, o Rio de Janeiro passou a ter novas avenidas e *boulevards* que permitiam a ampla e livre circulação de pessoas, veículos e mercadorias, tendo sido a inauguração da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, o símbolo máximo deste processo. A reforma urbana modernizou e, sobretudo, tentou expulsar a pobreza, a negritude e a mestiçagem para longe do centro da cidade, acomodando-os nos bairros distantes, longe das construções do centro, e sobretudo da possibilidade de autocontrole de seu tempo e de sua rotina de trabalho. Para Marly Motta, a solução dos problemas urbanos no início do século representava uma “pré-condição para o fortalecimento do trabalhador e o aumento da sua capacidade produtora”,<sup>6</sup> mudanças indispensáveis para que o país pudesse alcançar o almejado progresso material e moral.

Segundo Fabiana Macena, tais reformas foram possíveis devido à estabilidade política e financeira que o governo do Presidente Campos Sales proporcionou a partir da sua política fiscal e financeira, com o suporte da política dos governadores.<sup>7</sup> Para esta autora, a reforma liderada pelos três especialistas – Lauro Muller, Oswaldo Cruz e Pereira Passos – recebeu influências da reforma realizada por Haussmann, em Paris, em 1875. Os princípios norteadores da reforma francesa foram aplicados nas reformas realizadas no Rio de Janeiro durante o governo do prefeito Pereira Passos. A associação entre as duas reformas – a de Paris e a do Rio de Janeiro – foi vinculada e reafirmada na imprensa carioca da época, principalmente nos artigos de Brito Broca, para quem

---

<sup>4</sup> Ibid., p. 23.

<sup>5</sup> Ibid., p. 23.

<sup>6</sup> MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, p. 52.

<sup>7</sup> MACENA, Fabiana. **Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)**. Dissertação de mestrado. Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz. Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília (UnB). Brasília. 2010, p. 15-16.

*o Prefeito Pereira Passos vai tornar-se o Barão de Haussmann do Rio de Janeiro, modernizando a velha cidade colonial de ruas estreitas e tortuosas. Com uma diferença: Haussmann remodelou Paris, tendo em vista objetivos político-militares, dando aos bulevares um traçado estratégico, a fim de evitar as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 48; enquanto o plano de Pereira Passos se orientava pelos fins exclusivamente progressistas de emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade europeia.<sup>8</sup>*

A reforma urbana do Rio de Janeiro, realizada com maior afinco e amplitude na primeira década do século XX, foi retomada no início da década de 1920, em razão da proximidade das celebrações do Centenário da Independência e da eleição do engenheiro Carlos Sampaio, em 1920, para prefeito do Rio de Janeiro. Esta segunda fase da reforma urbana foi marcada pelo arrasamento dos morros da região central<sup>9</sup> – com destaque para o Morro do Castelo –, sob a justificativa de se passar a ter uma topografia mais moderna e contemporânea na cidade. Para Marly Motta, as obras dessa segunda reforma, com foco no Morro do Castelo, cumpriam a função de demarcação espacial da cidade, com a separação precisa dos “espaços dos ricos e dos pobres”:

*Marco visível da fronteira entre a cidade “indígena”, “colonial” e “atrasada”, e a cidade “europeia”, “civilizada”, e “moderna”, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes diversos. Edifícios públicos e empresariais não deviam se confundir com barracos, cabras não deviam ouvir óperas. Exigia-se uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres.<sup>10</sup>*

Com efeito, a demolição do Morro do Castelo, em 1920, demarcou a organização funcional do centro da cidade expurgando-o de misturas indistintas quanto ao seu uso por classes sociais diversas. Depois da demolição ficou em seu lugar um amplo espaço vazio extremamente valorizado no coração da cidade, para ser ocupado por outra população e com

---

<sup>8</sup>BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil– 1900.**4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004. p.35. *Apud.* Ibid. p. 17.

<sup>9</sup> Ibid., p. 52 - 53

<sup>10</sup> Ibid., p. 58.

outras funções. Até ser definitivamente ocupado, ali que foram construídos os pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência, e posteriormente instalado o Museu Histórico Nacional.

Segundo Marly Motta, além das autoridades, construtores e urbanistas, também grupos de intelectuais envolveram-se no debate acerca da transformação da cidade do Rio de Janeiro em um centro urbano moderno e cosmopolita. Para estes, a reforma urbana, que alterava a imagem colonial do centro do Rio de Janeiro, representava um marco diferenciador entre o Império e a República, entre as políticas e práticas antigas e ultrapassadas, identificadas com a ordem imperial e as modernas e contemporâneas, identificadas com a ordem republicana. Tal associação entre mudanças modernizadoras e o novo regime, instalado em 1889, tinha assim, como um de seus suportes materiais, a reforma urbana realizada na capital da República. Nas palavras daquela historiadora:

*(...) na geografia transformada da capital federal estaria a marca da constituição de uma nova ordem econômica, social e política, de um novo conjunto de sonhos, desejos e aspirações. Era o Brasil tentando entrar no ritmo da história, recriando uma nação para o século que nascia; e a maior evidência dessa reiterada aspiração seria transformar a capital “malsã” em cidade “maravilhosa”.<sup>11</sup>*

Por conta disso, a reforma urbana também mobilizou a sociedade em torno do debate sobre a nacionalidade brasileira. Nesse momento em que retomava, nos círculos políticos e intelectuais, o debate sobre a identidade nacional, observa-se o envolvimento de amplos setores da sociedade e da imprensa. Foi uma mobilização semelhante à que ocorreu no Império, por ocasião das discussões sobre a Constituinte de 1823 e seus desafios e dificuldades em definir quem seria o cidadão brasileiro do texto constitucional. Naquele contexto, observou-se o investimento republicano não apenas na produção de uma história da nação, mas também na construção de uma memória nacional, elementos vistos como indispensáveis na consolidação da identidade nacional. A criação do MHN inscreve-se como uma das ações com vista a tal propósito. Afinal, a memória é um dos elementos constitutivos

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 48.

dessa identidade e, ambas integram o movimento histórico de construção da nação e da nacionalidade brasileiras.<sup>12</sup>

## 1.2 A definição do brasileiro: o debate nacional

Para os intelectuais brasileiros, desde o século XIX,<sup>13</sup> havia o desafio de definição da identidade nacional, haja vista o debate em torno da questão que incluía estabelecer qual imagem/representação da nação e de nacionalidade brasileiras deveria ser reconhecida e compartilhada por toda sociedade. A historiadora Mônica Velloso assinala que para cumprir esta tarefa os intelectuais procuraram definir a “identidade múltipla da nacionalidade”, por meio da elaboração de “uma crítica literária que tomava como ponto de partida indagações de caráter crucial: quais os elementos que definem o Brasil? No contexto internacional, o que configurava, enfim, a especificidade de ser brasileiro?”.<sup>14</sup> Para um grupo da geração de intelectuais do século XIX, o desafio da definição do brasileiro exigia uma busca das origens, traduzidas na imagem idealizada do “índio forte e vigoroso” que informava a visão dos românticos indianistas. Imagem, essa, que confrontava e disputava com a que enfocava a mistura das “raças”, com o predomínio da presença portuguesa, tal como defendida por Von Martius<sup>15</sup> em tese premiada pelo IHGB. Compreender as diversas nuances envolvidas na representação do brasileiro constituiu a perspectiva que marcaria a continuidade do pensamento dos intelectuais do século XIX com o pensamento dos modernistas das décadas

---

<sup>12</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira de. (Org.). **Nação, civilização e história: leituras sertanejas**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011, p. 23-25.

<sup>13</sup> Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha destacaram-se como intelectuais que compunham esse grupo conhecido como “geração de 1870”.

<sup>14</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1, p. 355

<sup>15</sup> O alemão Carl von Martius foi o vencedor, em 1847, do prêmio promovido pelo IHGB para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. Em sua tese Von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade - especificidade à Nação em processo de construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a ideia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos. Revista Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Vol. I, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988, p. 16.

de 1920 e 1930. Segundo Mônica Velloso, a diferença entre as duas concepções de identidade, entre os intelectuais dos séculos XIX e XX, ocorreu na ênfase dada a um ou a outro personagem:

*No Império, a nacionalidade era representada pelo índio forte e vigoroso das caricaturas de Ângelo Agostini na Revista Illustrada. No início do século XX, essa imagem idealizada não se sustenta mais. No seu lugar aparece o povo das ruas: o português da venda, a mulata sensual, o malandro, o capoeira, o Zé-povo e também o Jeca Tatu. (...) A partir das revistas humorísticas vemos configurarem esses diferentes retratos do Brasil<sup>16</sup>.*

Um dilema que dividiu os intelectuais do movimento modernista de 1920 foi a progressiva derrocada da Europa como referência cultural dos pensadores brasileiros. Com o fim da Primeira Grande Guerra, os parâmetros culturais europeus foram sendo gradualmente substituídos, pois a Europa foi gradativamente substituída pelos Estados Unidos da América em sua posição de eixo do mundo ocidental, de centro do mundo civilizado, dos negócios e da política. Todavia, o movimento de reconhecimento do país, empreendido pelos modernistas de 1920, não poderia descartar algumas continuidades, como a antiguidade de sua formação, o começo da formação da nação brasileira, identificada com a história de sua conquista e de seu povoamento, pois tratava-se de continuidade associada à experiência histórica que remetia à Europa e ao feito do colonizador português. Segundo Monica Velloso essa era uma tensão permanente nas reflexões dos intelectuais mobilizados em torno do desafio da definição da nacionalidade brasileira, divididos entre a defesa de uma cultura americana, própria, autônoma e uma cultura forjada nas tradições europeias. Para a autora, o desafio era responder à questões centrais:

*Como unir tradição e modernidade? Regional e universal? Popular e erudito? Mais ainda: como elaborar um pensamento próprio que não fosse uma mera caricatura e imitação do moderno europeu? Essas são as questões com as quais se defrontam os modernistas num primeiro momento da sua reflexão.<sup>17</sup>*

---

<sup>16</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano** – O tempo do liberalismo excluyente: da proclamação da República à revolução de 1930. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1, p. 369.

<sup>17</sup> Ibid., p. 373.

Observa-se no processo de construção de definição do brasileiro, os usos da memória e não apenas da história. A memória social construída em meio ao tecido da história é essencial para o autoconhecimento de um indivíduo e/ou grupo, e também para o seu reconhecimento, pois estabelece o compartilhamento, entre os seus membros, dos signos, símbolos e sentidos que tecem o tecido do sentimento de pertencimento. Esta função pode ser evidenciada no esforço do governo republicano em fazer o registro da memória e, sobretudo, seu enquadramento, tendo como referência imagens antigas e novas, acontecimentos e personagens do passado histórico do País. Assim, outros heróis e símbolos – Tiradentes, a bandeira e o hino nacional – foram criados e incorporados nas narrativas históricas e no registro da memória, com intuito de unir a sociedade em torno do projeto republicano de afirmação do Estado Nacional e de conferir legitimidade ao regime.

Assim como o regime monárquico investiu em um tipo de memória do passado e em seus heróis para legitimar-se, também o fez o governo republicano. Afinal, como bem ressalta José Murilo de Carvalho, os heróis são “símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”.<sup>18</sup>

Se a mobilização de mitos de origem, símbolos e heróis são “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração”<sup>19</sup> dos integrantes de uma sociedade, sob qualquer regime político, no caso da república brasileira, recentemente instalada, havia a necessidade premente de reconhecimento e de legitimação sociais. A esse respeito, Marly Motta ressalta que

*era preciso deixar claro que a República não fora obra do acaso ou dos caprichos dos militares, mas sim fruto de memoráveis acontecimentos do passado. O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução*

---

<sup>18</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.55.

<sup>19</sup> Ibid., p. 55.

*Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como culminância de uma longa luta.*<sup>20</sup>

Estabelecer a leitura evolutiva do passado acerca da proclamação da República – a de que teria sido resultado inevitável de memoráveis acontecimentos do passado –, revela-nos a versão vitoriosa na disputa travada pelo controle da leitura do passado e usos memória. Versão republicana, sem dúvida, que faz, por conta disso, uma visível *tábula rasa* do anterior enquadramento da memória organizado e veiculada sob a visão de mundo das elites imperiais. A significação de Tiradentes como herói republicano,<sup>21</sup> sua centralidade na luta pela república, é reveladora desse jogo de poder em torno do controle da memória e da estrutura do passado.

Com efeito, esse jogo explicitou-se na construção da memória republicana, com o deslocamento da posição de centralidade de três de seus principais protagonistas históricos – Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto – em favor de um herói que os antecedeu e que tem mais antiguidade histórica: Tiradentes. A história do herói da experiência colonial foi sobreposta à dos três principais republicanos, já que estes “não apresentavam densidade histórica suficiente para se consolidarem como heróis no imaginário social”.<sup>22</sup> Com efeito, consoante ao definido por José Murilo de Carvalho, “herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”.<sup>23</sup>

A construção de Tiradentes como “herói republicano”, deslocando a posição dos três militares protagonistas da proclamação da República, se deu em razão de sua antiguidade na história e na memória social e também pela força de seu apelo no imaginário social. Opera-se, por conta disso, o investimento discursivo republicano na figura desse herói, construção

---

<sup>20</sup> MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, p. 13.

<sup>21</sup> Importante destacarmos que a figura de Tiradentes não foi ignorada pelos intelectuais monarquistas. Como exemplo do uso da figura de Tiradentes como, também, um herói da Monarquia citamos o artigo de Visconde de Taunay “O Tiradentes e nós, monarquistas”, escrito em torno de 1890, no qual protesta contra o direito de exclusividade à figura de Tiradentes reivindicado pelos republicanos. Ele lembra que Tiradentes sonhou com a independência do Brasil, conquistada pelos monarquistas, e assim o coloca no panteão dos heróis monarquistas. OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. IV, nº 2. 1989. p.184.

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.55.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 55.

importante para alimentar a ideia de continuidade histórica, cara ao projeto de legitimação do regime republicano e ao projeto escriturário predominante à época: a história pensada como biografia da nação.<sup>24</sup> Não se pode negar que as diferentes iniciativas culturais implementadas pelo Governo republicano, como a de conferir o título de “herói republicano nacional” a Tiradentes, tinham como objetivo conferir historicidade ao regime, rompendo com a ideia de que a República não teria ainda história, seria uma descontinuidade na história do Brasil, sem legitimidade por ser um marco zero na tradição histórica brasileira, sentido afirmado, sobretudo, pelos seus antagonistas, os monarquistas. Não por acaso, 21 de abril, assim como outras datas significativas da história e da memória social, passaram a fazer parte do calendário oficial de festas da República, instituído em 1890. O Decreto n. 155-B, de 14 de janeiro de 1890, estabeleceu um novo enquadramento da memória, traduzido nas festas cívicas públicas, significadas como emblemáticas do regime republicano. Trata-se de regime que, segundo o referido decreto,

*se baseia no profundo sentimento de fraternidade universalidade; que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos.(...)a) 1 de janeiro - comemoração da fraternidade universal; b) 21 de abril - comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes; c) 3 de maio - Descoberta do Brasil; d) 13 de maio - fraternidade dos brasileiros; e) 14 de julho - república, liberdade e independência dos povos americanos; f) 7 de setembro - Independência do Brasil; g) 12 de outubro - Descoberta da América; h) 2 de novembro - Mortos; i) 15 de novembro – comemoração da pátria brasileira.<sup>25</sup>*

Conforme Lúcia Lippi Oliveira, as festas republicanas foram instituídas com o objetivo de fundamentar a legitimidade do regime, ao lhe conferir o sentido de continuidade histórica, por meio da valorização de determinados eventos históricos, datas e heróis nacionais. Essa continuidade é tecida não apenas em meio às especificidades de nossa formação social, mas também no contexto geral americano e europeu, o qual o Brasil integra

---

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In Abreu, Martha e outros (org.). **Cultura Políticas e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007, 26-28.

<sup>25</sup> Decreto n° 155-B, de 14 de janeiro de 1890 *Apud*. OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 4. n° 2. 1989. pg.181-182.

como nação soberana que se pretendia moderna e civilizada. Destacam-se, assim, a singularidade brasileira, derivada de sua formação histórica, que inclui “seu pertencimento a uma fraternidade com países e/ou momentos visualizados como representantes do lema: liberdade, igualdade, fraternidade”,<sup>26</sup> ou seja, sua dimensão universal, seu pertencimento à comunidade universal.

Tal relação de pertencimento é destacada no projeto político republicano, desenhado sob influências positivistas e cientificistas, que reorientaram o foco para o sentido de pertencer à América e de identificação do Brasil como nação semelhante às demais repúblicas americanas do continente. Não por acaso, um dos principais temas do novo regime foi a vocação americana do Brasil, proclamada no Manifesto Republicano de 1870: “somos da América e queremos ser americanos”, um movimento de identificação oposto ao ocorrido no Império, cuja referência era justamente a Europa. Assim, o país deveria ressaltar suas características americanas e voltar-se para a América, buscando nela “o centro das articulações, das relações com ‘todos os povos’, em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte”.<sup>27</sup> O projeto republicano, contrariamente ao ocorrido no Império, quando suas elites defendiam a união de todos em prol da monarquia sob o risco de o país desmembrar-se em “várias republiquetas”, enfatiza justamente a dimensão americana do país, suas condições de nação integrada e solidária à irmandade das repúblicas americanas. Não por acaso o regime republicano preocupou-se em representar o Brasil como uma nação americana moderna, civilizada e impulsionada pelas ideias positivistas de ordem e de progresso. O enfoque dessa nova representação do Brasil é o da civilização americana, sem descartar, porém, suas conexões com as tradições europeias, gênese da nação brasileira.

### **1.3 Exposições universais e as iniciativas culturais republicanas**

Como parte do projeto republicano de construção do Brasil como nação moderna e civilizada, várias atividades culturais foram promovidas pelos governantes, destacando-se a realização e participação em Exposições Universais. As exposições, como destaca Sandra

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 185.

<sup>27</sup> Manifesto Republicano, de 1870. In. PESSOA, R. (org.). **A Ideia Republicana no Brasil Através de Documentos**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

Jatahy Pesavento, foram um dos eventos criados pelas elites e governos nos séculos XIX e XX, para “a circulação não só de mercadorias, mas de ideias em escala internacional”.<sup>28</sup> Assim, por exemplo, o jornal francês **Guide Bleu Du Figaro et du Petit Journal**, em publicação de 1889, por ocasião da Exposição Universal do Centenário da Revolução Francesa, prescreve e ensina que o objetivo das exposições universais que ocorriam ao redor do mundo naquele momento era o de “se instruir e se divertir”. Segundo aquele periódico, a visita às exposições deveria ser feita com o mesmo:

*espírito que presidiu a sua organização: é preciso vê-la para se instruir e para se divertir. Ela é para todo mundo, para todas as idades, para os sábios, assim como para os menos instruídos, uma incomparável ‘lição de coisas’. O industrial aí encontra os modelos dos quais ele saberá aproveitar. O simples passante aí toma uma ideia geral e suficiente das maravilhas, sempre em progresso, da indústria moderna. Um pode aí encontrar o caminho da fortuna, pelo estudo dos processos aperfeiçoados de fabricação; outro aí encontra, com os objetos usuais colocados sob seus olhos, a satisfação econômica do seu gosto.*<sup>29</sup>

Observa-se que as exposições eram organizadas com o propósito “de instruir e divertir”, isto é, era uma atividade cultural que aliava a diversão à informação do público sobre os avanços técnicos e tecnológicos da modernidade, sobre os progressos materiais de seu país, através da apreciação dos artefatos materiais ali expostos e produzidos pela “indústria moderna”. Além disso, naquele lugar onde ocorria essa “lição de coisas”, construía-se e amalgamava-se, entre os diferentes setores da sociedade, o sentimento comum de orgulho pelos progressos materiais de seu país e de pertencer a ele. Sandra Pesavento salienta que as exposições, ao se organizarem com tal propósito, se tornavam uma “poderosa e fascinante arma para o capitalismo triunfante demonstrar a sua exemplaridade”.<sup>30</sup>

Para aquela historiadora, as exposições do século XIX e início do século XX foram estruturadas para serem vitrines das conquistas do capitalismo, com seus artefatos e inovações tecnológicas associadas à ideologia burguesa e seu modo de vida. Assim, as exposições mostravam não apenas à classe proprietária, mas também aos trabalhadores que

---

<sup>28</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Ed. Hucit, 1997, p. 14-15.

<sup>29</sup> Guide Bleu du Figaro et du Petit Journal. Paris. Exposition de 1889, p. 5 *Apud*. Ibid., p. 13.

<sup>30</sup> Ibid., p. 14.

vendiam a força de trabalho, as maravilhas do progresso material do capitalismo, produzindo o sentimento compartilhado entre ambos de que os operários também ajudaram nessa produção e que dela faziam parte. Nas palavras da historiadora, “as exposições funcionavam como mensageiras da ordem burguesa”, e tiveram o caráter pedagógico de ‘efeito-demonstração’ das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica, etc.”.<sup>31</sup>

Além das funções pedagógicas e de lazer, as exposições tinham o papel de apreensão e legitimação da ideologia capitalista e também de formação e amalgamento da identidade nacional e de legitimação do regime político, tornando interessante o seu patrocínio pelos governos imperais e republicanos. Como bem avalia Sandra Pesavento, o nacionalismo mobilizado nas exposições cumpria a função de legitimação do Estado Nacional e de seus governantes, ao possibilitar o engendramento e consolidação de um sentimento comum de pertencimento à nação. Nação, entendida como uma “comunidade imaginada”,<sup>32</sup> articulada em torno das identidades étnicas, culturais e linguísticas da população, gerando um sentimento de pertencimento que velava as diferenças sociais e econômicas presentes na sociedade.<sup>33</sup> Nesse sentido, as exposições funcionavam também no apaziguamento das tensões que marcavam as relações entre capital e trabalho.

O nacionalismo mobilizado nas exposições pode ser também percebido no enquadramento cronológico da memória, procedimento mediante o qual algumas datas são selecionadas e significadas segundo a visão do grupo que exerce o controle dos aparatos institucionais do Estado. De fato, esta escolha, como sublinha aquela historiadora,

*não se dá por acaso e tem um significado profundo para as nações que sediaram o evento: em 1876, a exposição da Filadélfia, nos Estados Unidos,*

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 14.

<sup>32</sup> “Comunidade imaginada” é por nós entendida na acepção dada por Benedict Anderson, para quem a nação seria “(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. (...) Ela é imaginada, porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Para Anderson, a comunhão entre os membros da comunidade ocorre em razão desse sentimento de pertencimento social, de que todos compartilham algo em comum. E para que esses possam ter o sentimento mais fortemente amalgamado, prontamente reconhecido e compartilhado, é necessário o uso de aparatos institucionais que estabeleçam os limites social, temporal e espacial da nação. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983 (2008), p. 32.

<sup>33</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Ed. Hucit, 1997, p. 53.

*é dada por ocasião do centenário da independência, assim como a de 1889, em Paris, comemora os cem anos da Revolução Francesa, ou a de 1878 pretende reafirmar o reerguimento francês após os anos terríveis do início desta década, marcados pela derrota diante da Alemanha e a eclosão da Comuna.*<sup>34</sup>

Esta política de enquadramento da memória é objeto de uma nova organização no Brasil do início do século XX, pouco tempo após a instalação do regime republicano. Além de participar de várias exposições universais, o governo republicano realizou suas duas primeiras exposições nacionais em torno de duas datas comemorativas: em 1908, no Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, e em 1922, pelos Cem anos da Independência do País. A participação do Brasil nas Exposições Internacionais ocorreu, no início, de forma discreta, sendo sua primeira inclusão em 1862, na Exposição Internacional de Londres. A partir de então, várias participações foram realizadas, sendo que, em 1908, foi organizada a primeira exposição no país, cujo enfoque foi o de apresentar “(...) uma nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas do prefeito Pereira Passos”.<sup>35</sup> Nessa exposição, observa-se o investimento na imagem da República como regime de governo identificado como progresso técnico e tecnológico e como uma atuação eficiente e moderna, traduzidos nos artefatos materiais expostos no referido evento.

Não por acaso, desde o advento da República e de seu desafio de legitimar-se perante a sociedade, as participações brasileiras nas exposições foram se tornando cada vez mais grandiosas. Na exposição de 1908, realizada na capital federal, foi construída uma cidade-modelo com o objetivo de mostrar ao público a cidade do Rio de Janeiro como exemplo do empreendedorismo republicano, significada como o cenário a ser visto, o espetáculo a ser assistido, a representação moderna da urbe. Trata-se de imagem que foi também ressaltada na Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922. Afinal, como já mencionado anteriormente, o Rio de Janeiro, sede do governo federal, capital da República, foi reafirmada como cidade paradigmática, referência da modernidade brasileira, centro irradiador do progresso e da civilização, construção veiculada no século XIX, sob o regime monárquico.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 52-53.

<sup>35</sup> MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, p. 66.

<sup>36</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Vida Privada e ordem privada no Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 23-24.

Ao patrocinar as exposições – tanto durante o Império, como na República –, o governo tinha em vista ampliar suas bases sociais de apoio e sua legitimação. Eventos como as exposições eram oportunos porque funcionavam como “agências educativas e civilizatórias”<sup>37</sup> indispensáveis à construção da nação, ao engendramento de um sentimento comum de pertencimento a uma “comunidade imaginada”. Os espaços das exposições visavam não apenas informar as pessoas acerca das realizações do governo republicano, das conquistas do capitalismo, do modo de vida burguesa, mas, sobretudo, educá-las e sujeitá-las conforme tais visões ordenadoras de suas condutas sociais, como trabalhadores e cidadãos brasileiros. No caso das exposições do período republicano, observa-se a visível intenção de mostrar um país sintonizado com as mudanças técnicas e tecnológicas do capitalismo industrial, levadas a cabo pelo governo republicano. Como bem destaca o historiador Tony Benneti, “museus, galerias, e, de modo mais intermitente, exposições, tiveram função crucial na formação dos Estados modernos, e são fundamentais para equipá-los, dentre outras coisas, com um conjunto de agências educativas e civilizatórias”.<sup>38</sup>

Investindo nestas funções e suas possibilidades, o governo republicano realizou eventos “educativos e civilizatórios” como o a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, sendo que fazia parte desta a Exposição Nacional,<sup>39</sup> inaugurada em 7 de setembro de 1922. Não por acaso, um dos primeiros atos do Governo republicano foi justamente o estabelecimento de um novo calendário oficial de comemorações, voltado para os objetivos e ideais do novo regime, cuja legitimação social incluía outro enquadramento da memória, diferente da experiência monárquica. As datas foram, assim, escolhidas a partir de duas orientações caras ao regime republicano – a fraternidade universal e a comunhão nacional –, que envolviam certo esmaecimento dos personagens e acontecimentos já identificados como representativos da história do regime monárquico. Nessa organização da memória da história do país, uma data e um acontecimento – o dia 7 de setembro e a independência do Brasil – apresentaram-se problemáticos, porque já estavam identificados e naturalizados no imaginário social como o marco da libertação do país do jugo português. Era uma data problemática e emblemática, porque fazia referência direta ao nascimento do país como uma nação, e, ao mesmo tempo, à monarquia e ao Imperador D. Pedro I. Assim, sua inclusão no calendário

---

<sup>37</sup>BENNETI, Tony .**The Exhibitionary Complex**. New Formations. vol. 4, 1988.

<sup>38</sup> Ibid., p. 122

<sup>39</sup> A exposição Nacional do Centenário da Independência é instituída por meio do Decreto nº 4.175. BRASIL. **Decreto nº 4.175**, de 11 de novembro de 1920. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=52885&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em 16/set/2012.

republicano não deu sem polêmicas. Como bem aponta Marly Motta, o “esforço do regime republicano brasileiro para garantir a sua legitimidade esbarrava na tradição imperial de comemorar o Sete de Setembro como a festa maior da nacionalidade, marco da conquista da liberdade, indelevelmente associado à dinastia de Bragança”.<sup>40</sup>

O debate em torno da inclusão desta data no calendário oficial mobilizou diferentes grupos de intelectuais e políticos, cindidos entre as perspectivas republicanas e monárquicas de visão social que disputavam o controle da leitura do passado e do registro da memória social. A disputa foi mais acirrada justamente em torno de duas datas que representariam a fundação da nação: o Sete de Setembro, defendido pelo grupo monarquista, e o 7 de abril – o Dia do Fico – defendido por muitos republicanos. Estes propunham esta nova data para ser o novo marco da fundação da nação, sob a justificativa de que a partir desta teria sido operada a ruptura primeira com Portugal, significando a primeira experiência republicana no país.<sup>41</sup>

O fato de a data da independência do país já se encontrar incorporada na memória social foi, porém, decisivo na manutenção do já convencionado Sete de Setembro, principalmente se levarmos em conta que o regime republicano era uma ideia e uma prática de governo ainda não amplamente disseminadas junto à sociedade. Assim, o governo republicano, em engenhosa ação conciliadora com o passado monárquico, reafirmou a data de Sete de Setembro como marco fundador da nação. Afinal, entre construir um novo mito de origem ou investir em tradição já consolidada e naturalizada, a segunda opção, mais amplamente compartilhada pela sociedade, era mais fácil e, sobretudo mais segura, como defendido em 1890 pelo jornal *O Paiz*:

*Quaisquer que sejam as críticas históricas do feito do Ipiranga, a Nação brasileira não esquecerá nunca que (...) o Príncipe (...) esqueceu os sentimentos de subordinação e de dever ao seu pai e ao seu Rei para proclamar a Independência política do povo, cujos destinos dirigia.*<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> MOTTA, Marly Silva. **A Nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, p. 13.

<sup>41</sup> Ibid., p. 14.

<sup>42</sup> FERREIRA NETO, Edgard Leite. **O imprevisto da civilização**: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX. Niterói, UFF, 1989, p. 74 *Apud*. Ibid., p. 15.

Como assinala Noé Sandes, o governo republicano, ao confirmar e reverenciar o Sete de Setembro, investe na possibilidade de se construir e/ou se reafirmar “uma ideia de origem, de pertencimento a um lugar específico, portanto, de identidade”<sup>43</sup>. Com efeito, em torno dos objetivos de amalgamento do sentimento de pertencimento, de configuração da identidade nacional, indispensável à legitimação do regime republicano, o novo enquadramento da memória não poderia abrir mão de algumas datas e eventos já reconhecidos e compartilhados pela sociedade em geral.

#### 1.4 As comemorações do Centenário da Independência

Com a aproximação da efeméride do Centenário da Independência diversos setores da sociedade brasileira mobilizaram-se a fim de participar das comemorações programadas pelo governo federal. No clima geral de celebração, destaca-se a articulação dos intelectuais em torno da questão da nacionalidade e da nação brasileira, cujo debate ganha centralidade naquele contexto em que a afirmação do Estado Nacional é objetivo central do regime republicano e dos governos nele inscritos. Assim, a partir do início da década de 1920, vários balanços e avaliações dos cem anos de independência foram organizados e publicados, principalmente por meio de editoriais, ensaios, crônicas e livros, entre as publicações de intelectuais como Capistrano de Abreu, Álvaro Bomilcar e Manoel Bomfim, dentre outros. Além disso, tivemos também a organização, pelo IHGB, do Simpósio Internacional de História da América<sup>44</sup>. Este foi um momento particularmente significativo da vida republicana, no sentido de que levou setores letrados da sociedade a repensar o Brasil, a buscar explicação acerca de seu passado, presente e futuro, enfim, a localizar historicamente a nação e a projetar rumos quanto ao seu futuro.

Um dos espaços institucionais para tal reflexão foi o IHGB. Embora intrinsecamente associado à experiência monárquica, o IHGB não abriu mão de seu papel de local de produção da história do país, de construção de conhecimento sobre o Brasil e de

---

<sup>43</sup> SANDES, Noé Freire. **A Invenção da nação** – entre a monarquia e a República. Goiânia: Ed. UFG: Agência Goiânia Pedro Ludovico Teixeira, 2000, p. 74

<sup>44</sup> MOTTA, Marly Silva. **A Nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, passim.

guardião de sua memória. Como tal, a instituição procurou também integrar, nesse contexto comemorativo, o debate nacional sobre a nação e a nacionalidade brasileiras, ao promover o referido simpósio. O objetivo do simpósio foi o de elaborar uma história completa da América, que abrangesse desde os

*(...) primórdios da conquista e da colonização, o regime do colonato em toda a sua complexidade, desde os episódios heroicos da expansão territorial, até as manifestações symptomaticas do nascimento dum espírito nacional nas novas Pátrias que formavam culminadas na definitiva incorporação dos novos territórios no conserto das grandes e cultas potencias modernas.*<sup>45</sup>

Além disso, o IHGB também organizou o **Dicionário Histórico e Geográfico e Ethnográfico do Brasil** e uma edição especial de sua revista acerca dos primeiros eventos ocorridos em 1822, ano da independência do Brasil. Para o historiador Noé Sandes, a intenção dos membros do IHGB era

*(...) aproveitar-se da comemoração do centenário da independência para a feitura de uma obra monumental, congregando a história de todo o continente americano aos moldes do que ocorrera na França nas comemorações do centenário da Revolução Francesa. Seguir o exemplo francês era colocar o Brasil no patamar das nações civilizadas.*<sup>46</sup>

O projeto do IHGB para as comemorações do centenário perfilava-se, assim, ao projeto republicano de aproximação do Brasil às demais nações americanas, que incluía considerar a referência civilizadora europeia, comum a todas elas. Nesse sentido, apresenta a história da nação brasileira como parte das histórias americanas, e ambas, como partes integrantes da História Universal e europeia. Com efeito, na Edição Comemorativa da Revista do IHGB, a história da independência do Brasil é apresentada como similar à dos demais países americanos, tal como explicitado naquele periódico:

---

<sup>45</sup> MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional**. Rio de Janeiro, 1922, p. 335. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>> Acesso em 11/abr./2011.

<sup>46</sup>SANDES, Noé Freire. **A Invenção da nação— entre a monarquia e a República**. Goiânia: Ed. UFG: Agência Goiânia Pedro Ludovico Teixeira, 2000, p. 84.

*O intuito destas duas comemorações é mostrar que o Brasil cioso de sua liberdade, preza também sobremaneira a solidariedade fraternal com todos os povos do continente, povos cuja independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira.*<sup>47</sup>

Observa-se uma ressignificação da história da Independência na operação simbólica que confere o sentido de pertencimento do Brasil ao continente americano, ao destacar a solidariedade fraternal entre os povos americanos. É visível o esforço discursivo em acentuar o traço de americanidade do país, associado neste momento ao ideário republicano, distanciando-se do viés europeizante ainda forte no imaginário social, associado à monarquia.

Além das atividades promovidas pelo IHGB, as Comemorações do Centenário da Independência contemplaram outros eventos sob a chancela do governo federal, a maior parte deles sediados na cidade do Rio de Janeiro. O calendário oficial iniciou-se em 7 de setembro de 1922 com uma recepção promovida pelo Presidente Epitácio Pessoa aos embaixadores estrangeiros. Depois disso, ocorreram vários outros eventos: instalações do Congresso Internacional de História da América; lançamento da revista **Nas águas da Guanabara**; inauguração de estátuas; comemoração do Centenário de Gonçalves Dias; apresentação da ópera **O Guarani**; exposição de filmes referentes à história, geografia e natureza do Brasil, dentre os principais.<sup>48</sup> A Exposição do Centenário da Independência foi, por certo, a atividade mais grandiosa de todas elas, haja vista o destaque dado a ela na imprensa e nos registros oficiais e governamentais. Muitos daqueles outros eventos foram realizados dentro da Exposição, instalada próxima à zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>47</sup> **REVISTA DO IHGB**, 1922b, p. 42-44 *Apud.* Ibid., p. 87

<sup>48</sup> Ibid., p. 113.

## 1.5 A Exposição do Centenário da Independência

A Exposição do Centenário da Independência foi um evento cuja realização foi regulamentada pelo Decreto n. 4.175,<sup>49</sup> de 11/11/1920, como parte das atividades integrantes do programa oficial de comemoração do Centenário da Independência. A exposição foi organizada por uma Comissão diretamente subordinada ao Presidente da República, composta por representantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério da Justiça e Negócios Interiores e pelo Prefeito do Distrito Federal.<sup>50</sup> Ela tinha como objetivo ser a “expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”. Para tal, procurou apresentar no espaço a ela destinado “as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativista e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes”.<sup>51</sup> Vinte e cinco seções representativas daquelas modalidades integravam o conjunto da exposição, distribuídas pelos seguintes setores:

*educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, ciências e das artes; materiais e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústrias extrativistas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário de edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes.*<sup>52</sup>

Na concepção original, a Exposição teria apenas abrangência nacional, com pavilhões e exposições de produtos das diversas unidades da federação, nos níveis estadual, local e do Distrito Federal. Fazia também parte da Exposição um parque de diversões, que foi

---

<sup>49</sup> BRASIL. **Decreto nº 4.175**, de 11 de novembro de 1920. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=52885&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>50</sup> BRASIL. Art, 1º, **Decreto nº 15.066**, de 24 de outubro de 1921. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=46577>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>51</sup> Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil – A Exposição de 1922, 01 jun. 1922 *Apud.* MOTTA, Marly Silva. **A Nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, p. 67

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 67 e 68.

inaugurado posteriormente e que se tornou uma das maiores atrações do evento.<sup>53</sup> Com a aproximação do evento, vários países demonstraram interesse de participação, já que aquele era um momento oportuno e um espaço propício para a exposição de seus produtos, conferindo visibilidade pública aos seus governos e suas realizações, todos eles integrantes de uma “fraternidade universal”. Assim, em 22 de julho de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa alterou a denominação para “Exposição Internacional do Centenário da Independência - Rio de Janeiro”, incorporando assim a dimensão internacional ao evento. A Exposição Internacional contou com a participação de vários países convidados pela comissão organizadora, dentre eles, Portugal, Itália, Estados Unidos, Argentina, Bélgica e República Tchecoslováquia.<sup>54</sup> Segundo os relatos da época, era de excelente qualidade, bem como bem diversificado o conjunto de objetos e produtos expostos pelos países participantes da exposição, ciosas em fazer propaganda de suas realizações. Assim, por exemplo, para a República Tchecoslováquia, o evento foi uma oportunidade ímpar para apresentar ao mundo uma mostra de seu país, uma nação republicana recém-formada. Para o Japão, além de se tornar conhecido, também foi uma forma de estreitar os laços políticos e comerciais com o Brasil.

A Exposição Internacional do Centenário da Independência foi, sem dúvida, um evento de grande dimensão, composta por inúmeros pavilhões dos países estrangeiros, das unidades da federação brasileira e do próprio governo federal, particularmente interessado em expor produtos e artigos do Brasil, ao lado das modernas repúblicas europeias. A exposição tinha uma extensão de 2.500.000 m<sup>2</sup>, indo do Passeio Público à Ponta do Calabouço e chegando até a Esplanada do Mercado, como descreve Anamaria Almeida.<sup>55</sup> Neste amplo espaço foram feitas várias edificações para abrigar as exposições de diferentes artefatos e produtos, de diferentes origens e nacionalidades. Do conjunto, destacavam-se quatro pavilhões, chamados de palácios, onde ocorreram as exposições organizadas pelo Governo Federal: o “Palácio das Grandes Festas”, o “Palácio dos Estados”, o “Palácio das Grandes Indústrias” e o “Palácio das Pequenas Indústrias”. Nestes “palácios” encontravam-se expostos produtos e artefatos dos setores das ciências, saúde, educação, agricultura, além de mostras

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 68.

<sup>54</sup> BRASIL. **Decreto nº 15.569**, de 22 de julho de 1922. Disponível em <[www6.senado.gov.br/legislacao/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoDocumento=DEC&tipolexlo](http://www6.senado.gov.br/legislacao/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoDocumento=DEC&tipolexlo)> Acesso em 16/set/2012.

<sup>55</sup> ALMEIDA, Anamaria Rego de. Uma exposição Internacional no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXXIV, 2002, p. 372.

específicas de alguns ministérios e instituições – como o Ministério da Agricultura ou o Observatório Astronômico Nacional – e de empresas particulares.

Com o fim da Exposição, em 1923,<sup>56</sup> as edificações do setor internacional ganharam os mais variados destinos. Algumas foram doadas para o governo brasileiro, mas não se sabe ao certo a destinação posteriormente dada a elas. Uma destas doações, o pavilhão construído pelo governo francês – réplica do *Petit Trianon* –, ainda é visto no centro do Rio de Janeiro e se tornou a sede da Academia Brasileira de Letras. Outra delas, o Palácio dos Estados Unidos, construído com o objetivo de tornar-se a sede da embaixada norte-americana, cumpriu este papel até a transferência da capital para Brasília. Outras edificações foram desmontadas e levadas de volta aos países de origem ou a outro país a fim de serem expostas novamente.<sup>57</sup>

Os prédios construídos e/ou reformados pelo Governo Federal, a grande parte deles com o propósito de serem edifícios permanentes, receberam novas funções, após o encerramento da Exposição. O Palácio das Grandes Indústrias, a mais visível de todas as edificações remanescentes da Exposição, abriga atualmente o Museu Histórico Nacional. Sobre o espaço físico do Palácio, Anamaria Almeida descreve-o da seguinte forma:

*O “Palácio das Grandes Indústrias” foi instalado no antigo Arsenal de Guerra e Forte do Calabouço. Os prédios foram restaurados pelos arquitetos [Arquimedes] Memória e [Franscique] Cuchet, seguindo o estilo neoclássico. No forte do Calabouço foi erguida uma torre de 35 metros de altura, o “mirante geral da exposição”. Entre a torre e o corpo principal da exposição, ficava o terraço ajardinado com acesso pelas escadarias. Foi uma das maiores edificações com 6,5 mil metros quadrados, sendo considerado um dos prédios mais bonitos do evento.*<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Atendendo à pedidos de vários expositores nacionais e estrangeiros, considerando o atraso na inauguração dos pavilhões dos Estados Unidos, Portugal e Argentina, e que a estação de chuvas diminuía em grande quantidade os visitantes da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, em 24 de janeiro de 1923, o Presidente Artur Bernardes prorroga o evento, que deveria ser encerrado em 31 de março de 1923, para 02 de julho do mesmo ano. BRASIL. **Decreto nº15.935**, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em <[www6.senado.gov.br/legislatao/UstaPublialcoes.action?id=44208&tipoDocumento=DEC&tipoTexto.>](http://www6.senado.gov.br/legislatao/UstaPublialcoes.action?id=44208&tipoDocumento=DEC&tipoTexto.>) Acesso em 16/set/2012.

<sup>57</sup> ALMEIDA, Anamaria Rego de. Uma exposição Internacional no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXXIV, 2002, p. 377.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 373-374

As exposições tiveram duração efêmera e um alcance relativamente limitado ao público do Rio de Janeiro e de cidades de outras unidades da federação mais próximas da capital federal. Com a mesma rapidez que toda a estrutura da Exposição foi montada, foi igualmente desmontada, permanecendo o evento apenas na memória da população. Restou, porém, entre os governantes, a opinião consensual e já defendida quanto à importância e necessidade de criação de uma instituição museológica que funcionasse como espaço físico permanente para “divertir e instruir” a população. Era inclusive uma das estratégias pensadas para a viabilização do projeto político republicano de afirmação do Estado Nacional, pois os museus históricos, pensados como “agências educativas e civilizatórias”<sup>59</sup> eram um bom investimento naquela direção. Assim, a criação do Museu Histórico Nacional foi projeto cultural que ganhou força e defensores com a aproximação das celebrações de 1922. A fundação de um espaço institucional onde um novo enquadramento da memória do País fosse feito e ensinado a partir das visitas ao museu, com a visualização de objetos representativos de datas, acontecimentos e vultos associados à história do país, revelou-se necessária e oportuna nesse momento e contexto da experiência republicana de governo, ainda fragilmente consolidada.

O museu seria o espaço ideal para produzir/reproduzir um novo enquadramento da memória social, consoante a perspectiva e os interesses dos grupos republicanos que exerciam o controle do exercício do poder, ao materializar a patrimonialização do passado. Trata-se de trabalho de enquadramento da memória, definido por Michael Pollack “como um termo mais específico dentro da memória coletiva”,<sup>60</sup> e que ocorre por meio do material fornecido pela história e exposto nos e pelos museus, que pode ser

*interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las; esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.*<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup>BENNETI, Tony .**The Exhibitionary Complex**. New Formations. vol. 4, 1988.

<sup>60</sup>POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. II, n. 1, 1989, p. 9.

<sup>61</sup> Ibid., p. 9-10.

Esse investimento na memória é visível nas exposições dos museus, integrando a operação de organização da memória ancorada em acontecimentos, personagens, lugares e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Trata-se de organização baseada

*em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.*<sup>62</sup>

Segundo Pollack, nesse intuito de promover e de manter uma maior coesão entre os grupos sociais são acionados três elementos da experiência passada – acontecimento, personagens e lugares – como constituidores da memória social, e do sentimento de pertencimento a uma comunidade, constitutivo daquela. A permanência da memória dos acontecimentos engendra um sentimento de que todos os membros presenciaram o evento, mesmo estando ausentes no tempo e no espaço. Além disso, também o sentimento de identificação com os personagens, que mesmo não pertencendo ao mesmo espaço ou ao tempo do grupo social, sentem-se como se deles fossem contemporâneos, pois são figuras atemporais, ahistóricas, eternas, materializadas na imagem de heróis. Como terceiro elemento da memória social existem os lugares, que são o suporte material da memória, e, assim, permitem a lembrança dos acontecimentos.<sup>63</sup> Estes três elementos encontram-se mobilizados nas exposições cumprindo, assim, a função pedagógica de ensinar ao público um tipo de memória do passado, indispensável ao engendramento do sentimento de pertencimento.

A criação do MHN aponta para o interesse do governo republicano em fazer uso de iniciativas culturais de modo a contribuir para o propósito buscado de legitimação do regime, com a afirmação do Estado Nacional. Como “agências educativas e civilizadoras”, os museus atuaram nas construções do sentimento comum de pertencimento a nação, de uma fraternidade indispensável à afirmação da nacionalidade brasileira. Não por acaso, em 1922, o presidente Epitácio Pessoa decreta a criação do Museu Histórico Nacional, como parte das atividades previstas nas celebrações do Centenário da Independência, inaugurado em outubro

---

<sup>62</sup>Ibid., p. 9.

<sup>63</sup>Id. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. V, nº 10, 1992, p. 200-202.

de 1922.<sup>64</sup> O MHN foi criado e instalado pelo Governo Federal como uma iniciativa cultural nos moldes dos museus históricos europeus.

## 1.6 Os museus europeus e as primeiras iniciativas brasileiras

Tal como ocorreu no século XIX, nas modernas nações europeias, também no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, observa-se uma “explosão do espírito comemorativo”.<sup>65</sup> As primeiras e tímidas tentativas de exposição do século XVIII, foram, então, substituídas pela instalação de grandes coleções em edifícios especiais. Antes disso, os museus e instituições culturais europeias eram conhecidos como *Cabinet de Curiosité*, pois eram espaços com a função única de expor os objetos raros e/ou antigos à admiração pública. Não havia na organização dessas exposições um rigor científico no sentido restrito do termo, mas, como resalta Lilia Schwarcz, uma preocupação meramente estética.<sup>66</sup> Ao longo do século XIX, estas instituições vão sendo estruturadas conforme a racionalidade cientificista do período, o que incluiu sua organização por setor e categorias, com os museus históricos, apresentando exposições instrutivas, ao passo que os de arte exporiam *things of beauty*, objetos para admiração estética.<sup>67</sup>

Na Europa, os museus históricos, desde o início do século XIX, eram vistos como legitimadores dos governos e regimes comprometidos com o projeto de criação e afirmação dos Estados Nacionais, e funcionamento como “agências educativas e civilizatórias”. Estas duas dimensões – política e histórica – são destacadas por Ana Cláudia Brefe,<sup>68</sup> em seu estudo sobre os museus históricos europeus do século XIX: além da relação estreita “com o universo da história, uma das características básicas do museu no século XIX é o seu caráter político ou, mais precisamente, sua capacidade de se moldar aos interesses políticos de legitimação

---

<sup>64</sup> BRASIL. Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoeuction?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>65</sup> LE GOFF, Jacques, 1984, p. 33-39 *Apud*. SCHWARCZ, Lilia K. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). Miceli, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp, 1989, p. 30-31.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 31

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>68</sup> BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a Memória Nacional**. São Paulo: Ed. Unesp/ Museu Paulista, 2005, p. 43 e 44.

das nações em formação”.<sup>69</sup> Para a autora, a primeira instituição a apresentar estas características foi o Museu do Louvre, fundado em 1793, durante a Revolução Francesa.

Os museus históricos oitocentistas foram instituições pensadas como possibilidades para o engendramento e amalgamento do sentimento identitário em relação à nacionalidade, de um sentimento de pertencimento a uma nação operado por meio do acesso ao conhecimento da história do país. Não por acaso, os museus configuravam-se como instituições vinculadas aos Estados Nacionais com o propósito de “modelar a alma dos cidadãos”. Esta foi uma política adotada não apenas na França, mas em vários outros países da Europa Ocidental. Com efeito, é possível identificar, ao longo do século XIX, iniciativas de criação de museus com o objetivo de legitimar regimes e governos das nações em formação, sob o solo comum da história nacional. Como outros exemplos destas instituições na Europa, citamos o Templo de Síbila, em Varsóvia, fundado em 1801; o Museu Histórico de Versalhes, de 1837; e o Museu Nacional Alemão, criado em Nuremberg em 1853,<sup>70</sup> dentre várias outras.

Outra característica a ser ressaltada acerca destas instituições é a escolha dos objetos, bem como do lugar aonde seriam expostos. Não se tratava de escolhas aleatórias, mas racionalmente planejadas, com a seleção e disposição de objetos de modo que tornasse visível e dizível a história e a memória nacionais. Para Francis Haskell, história e memória têm sentidos diferentes, conforme cada contexto nacional, embora sejam ambas o fio orientador deste tipo de museu do século XIX.<sup>71</sup> Sob tal lógica, os objetos selecionados ganharam novas simbologias e significados, tornando-se patrimônios nacionais, ou seja, foram definidos e legitimados como representativos da memória e da história da nação. Isto ocorre, pois, como mencionado, os museus históricos europeus, ao se voltarem para a celebração da história nacional, funcionavam como lugares oficiais privilegiados de exposição e de preservação da memória do País.

Os primeiros museus brasileiros surgiram no contexto da vinda da Família Real e foram espaços voltados para o desenvolvimento e divulgação das ciências e das artes, direcionamento mantido durante o Império. Destas instituições destacam-se o Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Botânico do Amazonas (1883), estruturados sob o viés comum da cultura ilustrada

---

<sup>69</sup> Ibid., p. 38.

<sup>70</sup> Ibid. p. 39-40.

<sup>71</sup> Ibid. p. 39-40.

com sua ênfase nas ciências naturais,<sup>72</sup> sem descartar, porém, a continuidade com a tradição antiga do culto às artes. Tal como o IHGB, os museus conciliavam duas orientações, a moderna, com sua ênfase nas ciências, na ordem e no nacional e antiga com a sua ênfase nas tradições e na difusão das luzes como estratégia civilizatória.<sup>73</sup>

Os museus etnológicos ou de ciência natural surgem em todo o mundo ao longo do século XIX, sob a vitoriosa perspectiva cientificista, em meio às disputas acirradas entre o ideário dos “homens de letra” e o das ciências, traduzida na recusa dos etnólogos em expor os artefatos de suas pesquisas com as obras de arte. No Brasil, o Museu Nacional foi criado por D. João VI, em um momento em que este promovia uma série de reformas políticas e administrativas com vistas ao melhoramento da cidade que sediava a Corte, e também ao estabelecimento da infraestrutura necessária para o funcionamento do Estado Imperial no Brasil. Dentre as várias iniciativas do Príncipe Regente, destaca-se a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca, do Real Horto, das primeiras escolas superiores destinadas à formação de cirurgiões e engenheiros e do Museu Real – atualmente Museu Nacional –, criado por decreto em 6 de julho de 1808, com o objetivo de estimular os estudos de botânica e zoologia.<sup>74</sup>

Fundado no início do século XIX, o Museu Nacional apenas consolidou-se como tal a partir da década de 1870, período em que instituições similares, mas de aspecto regional, foram fundadas. Maria Margareth Lopes considera que a proliferação deste tipo de instituição no País se deu por dois motivos: a consolidação das elites locais, ao lado da “multiplicação de iniciativas regionais que correspondiam, em um âmbito mais geral, à tentativa de acertar o passo com o progresso e com os padrões internacionais de cientificismo”.<sup>75</sup>

A partir da virada do século XIX para o século XX, estes museus, que viviam o seu momento de apogeu, passaram a se profissionalizar cada vez mais, ao abandonarem o viés enciclopédico que ainda os caracterizava, tornando-se instituições dedicadas exclusivamente

---

<sup>72</sup> Ibid. p. 51.

<sup>73</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. **Revista Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Vol. I, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988, p. 6.

<sup>74</sup> SCHWARCZ, Lilia K. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). Miceli, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp, 1989, p. 39.

<sup>75</sup> LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 156. *Apud*. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a Memória Nacional. São Paulo: Ed. Unesp/Museu Paulista, 2005, p. 52.

às ciências naturais.<sup>76</sup> É neste momento, também, em meio às várias iniciativas culturais do Governo republicano, que se desenvolve, entre intelectuais e políticos, o debate em torno da nação e da nacionalidade brasileiras, que incluía a defesa do “culto da saudade”, tal como apregoado por Gustavo Barroso.

## 1.7 O Museu Histórico Nacional

Gustavo Barroso, defensor, idealizador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, ao escrever, em 1912, o artigo **Culto da Saudade**<sup>77</sup> explícita sua avaliação acerca da situação em que se encontravam objetos e monumentos históricos do país, vista pelo intelectual como de abandono, em razão do “descaso pelas nossas tradições”. Para o então futuro Diretor do MHN, havia a necessidade inadiável de reunir, preservar e expor as poucas relíquias que ainda restavam do passado nacional, espalhadas em diferentes instituições, em um mesmo local, um museu histórico nacional.<sup>78</sup> Este artigo de Barroso foi um dos primeiros libelos em defesa das tradições históricas brasileiras, da criação de um “lugar de memória” para a prática do “culto da saudade”.

Gustavo Barroso defendia que um museu histórico deveria ser uma instituição cuja função fosse a de estimular a “amar o passado do país”, a ter o sentimento de patriotismo consoante às perspectivas republicanas. Para ele, por meio dos ensinamentos operados com as visitas às exposições organizadas pelos museus seria possível aos brasileiros aprender, fora do espaço escolar, o verdadeiro sentimento patriótico.<sup>79</sup> A proposta de criação de um museu voltado ao “culto da saudade”, de um espaço institucional destinado à formação do sentimento patriótico pelo acesso do conhecimento da história do país, foi oportunamente atendida pelo governo Epitácio Pessoa diante da aproximação das comemorações do

---

<sup>76</sup> SCHWARCZ, Lilia K. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). Miceli, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp, 1989, p. 86.

<sup>77</sup> A primeira publicação deste artigo ocorreu em 22 de dezembro de 1912, no **Jornal do Comércio** sob o pseudônimo João do Norte (pseudônimo utilizado por Gustavo Barroso desde 1907). O artigo foi re-publicado em 1917, no livro “Ideias e Palavras” e novamente em 1997, pelo **Anais do Museu Histórico Nacional**.

<sup>78</sup> BARROSO, Gustavo. O culto da Saudade. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, passim.

<sup>79</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXX, 1996, p. 24.

Centenário da Independência. A criação do MHN foi uma das inúmeras iniciativas governamentais abrigadas sob aquele mote comemorativo.

Com efeito, a ideia de se construir um museu histórico no Brasil já vinha sendo discutida por diversos setores da sociedade brasileira, bem antes desta celebração. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, há tempos defendia a criação de um museu histórico nacional. Como bem atenta Noah Elkin, a “proposta do IHGB não chegou a ser aprovada, mas mostra que circulava entre as elites intelectuais e políticas diferentes ideias de como deveria ser um museu dedicado a preservar e expor a memória histórica nacional”.<sup>80</sup> A aproximação das celebrações de 1922 foi momento oportuno para fortalecer a ideia de um museu histórico, até porque havia um consenso entre elites de que era preciso evitar que os convidados dos eventos comemorativos (brasileiros e estrangeiros) tivessem uma má impressão sobre o país no que concernia às políticas públicas de patrimonialização de seu passado. Segundo Adolfo Dumas,

*O MHN surgiu numa fase que se comemorava o primeiro Centenário da nossa emancipação política. As festas da independência levaram o governo à convicção de que se tratava de uma lacuna imperdoável a falta de um departamento oficial que reunisse com objetivo cívico e cultural, metodicamente, tudo aquilo que lembrasse um fato, que marcasse episódios das nossas glórias do passado.*<sup>81</sup>

A inauguração do museu representou a primeira tentativa de implementar, em bases institucionais permanentes, a referida política de patrimonialização. O passado do país, materializado e visualizado nos objetos expostos no MHN, seria objeto de culto permanente cumprindo assim sua função de “agência educativa e civilizadora”. O MHN privilegiou expor uma memória do passado organizada segundo acontecimentos, lugares e personagens das tradições guerreiras e militares, identificados com a defesa da pátria e com o sentimento cívico, republicano e nacional.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 127.

<sup>81</sup> DUMAS, Adolfo. A ideia de Criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1942, p. 13.

<sup>82</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, p. 21.

Além de Gustavo Barroso, considerado pioneiro nesta batalha pela criação de uma instituição museal que fosse um “lugar de memória” do passado do país, esta era uma ideia defendida também por vários outros intelectuais da época. Como já foi citado, o IHGB, por meio dos seus sócios Max Fleuiss e Edgard Roquette-Pinto, e Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, defenderam tal causa. Este apresentou um projeto de criação de um museu histórico nacional à Câmara dos Deputados, no qual o museu estaria subordinado ao IHGB e seria estruturado nos moldes das exposições universais já realizadas, ou seja, como uma miniatura do País. Noah Elkin, ao analisar o projeto apresentado pelo IHGB, ressalta que nesta proposta

*(...) era posta muito mais ênfase na utilidade da instituição como agência de educação popular, uma instituição destinada a fomentar o conhecimento e a apreciação da nação, especialmente em país de formação étnica não acabada, onde as massas populares tem suas admiráveis faculdades nativas em grande parte anuladas pela bruta ignorância em que se debatem.*<sup>83</sup>

Apesar de não ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto do IHGB foi importante porque disseminou junto aos parlamentares a utilidade pedagógica e política dos museus. Além deste projeto, outros também foram apresentados por ocasião das comemorações do Centenário, como a proposta de expansão do Arquivo Nacional, por iniciativa de seu diretor, Gastão D’ Escragnolle Dória.

O referido diretor queria expandir a coleção de relíquias sob abrigo do Arquivo Nacional de modo a viabilizar, futuramente, a criação de um museu histórico como um setor daquele órgão. Com este objetivo, Dória solicitou ao Museu Nacional parte de suas relíquias históricas, que passariam a compor o acervo do Arquivo Nacional. Nesta disputa pelo controle da memória, via guarda e exposição dos objetos/reliíquias representativos do passado nacional, a direção do Museu Nacional, receosa por perder espaço, poder e recursos, não autorizou a transferência de parte de seu acervo histórico para o Arquivo Nacional. O argumento de Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, era o de que o Arquivo não seria instituição adequada para acomodar e expor os objetos históricos, tal como explicitado em ofício:

---

<sup>83</sup> “Projeto N. 1A-1918: Cria no Rio de Janeiro, um Museu Histórico; com parecer e substitutivo da Comissão de Instrução Pública e parecer e emenda de Finanças” Disponível no Arquivo do IHGB, Lata 495, Pasta 2 *Apud*. ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX,1997, p. 127.

*A Congregação do Museu Nacional resolveu em vista do que ficou acima dito, não fazer entrega dos objetos históricos ali existentes ao Arquivo Nacional, pois tal entrega teria como consequência apenas retardar a fundação do Museu Histórico, pois não seria possível criá-los desenvolvendo uma seção de um Arquivo por mais esforçado que seja o seu Diretor.*<sup>84</sup>

Apesar de recusar a transferência do acervo, a direção do Museu Nacional reconhecia, porém, que esta instituição não estava devidamente aparelhada para assumir mais uma atribuição, a de abrigar o museu histórico. Como explicitado no referido ofício, Bruno Lobo negou a transferência do acervo e defendeu a criação de um espaço específico para abrigá-lo; no caso, a criação de um museu dedicado à história e à memória da nação, subordinado ao IHGB.

Em meio a esta disputa, o presidente Epitácio Pessoa define o jogo, ao decretar, em 2 de agosto de 1922, às vésperas da Comemoração do Centenário da Independência, a criação do Museu Histórico Nacional. Este estaria vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>85</sup> e seria instalado no antigo arsenal de armas, reformado por ocasião da Exposição Internacional do Centenário da Independência. O processo de criação e instalação do Museu Histórico Nacional, com definição de seus objetivos, funções e orientações, será tratado no próximo capítulo.

---

<sup>84</sup> AAHC-MN, Pasta 91, Doe. 874 *Apud.* Ibid., p. 130.

<sup>85</sup> BRASIL. **Decreto nº 15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoeuction?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

## Capítulo II

### O Museu Histórico Nacional: lugar do “culto da saudade”

#### 2.1 A instalação do Museu Histórico Nacional: o espaço, os objetos e as orientações.

Em 1922, o Presidente Epitácio Pessoa determina, pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto daquele ano, a criação do Museu Histórico Nacional/MHN como órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>1</sup> e sob a direção de Gustavo Barroso. Tal medida se deu em meio às programações do Centenário da Independência do Brasil, conforme já assinalado. Com efeito, com a aproximação dessa efeméride diversos setores da sociedade mobilizaram-se a fim de pensar, propor iniciativas, sugerir eventos, de modo a participar das comemorações programadas pelo Governo Federal. Os diversos eventos e iniciativas propostos em torno das comemorações do Centenário da Independência por parte dos setores público e privado da sociedade acabaram por aglutinar todos em torno do objetivo comum de celebrar o Centenário da Independência. Ao mesmo tempo tinha-se, também, em vista a mobilizar a sociedade em torno da legitimação do regime, ao investir em imagens caras à memória e à história do país.

No âmbito do MHN, as atividades propostas para as comemorações do Centenário enfocaram aquelas possibilidades, com ênfase no culto ao passado, com a valorização de suas tradições. Era, esse, um propósito defendido veementemente pelo seu primeiro diretor, Gustavo Barroso, responsável pelos traços gerais pensados para a criação e instalação do MHN. Barroso defendia ser essencial a criação e consolidação de um espaço público aparelhado para a tarefa inadiável de preservação das tradições e das relíquias do passado nacional.<sup>2</sup> Tal posicionamento de Barroso era de conhecimento público, antes mesmo da fundação da Instituição, pois já defendido no referido artigo de sua autoria, o **Culto da**

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto nº15.596, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoetection?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>2</sup>BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 32-34.

**Saudade.** Neste artigo, o Diretor do MHN expressa sua avaliação acerca do que considerava como falta de interesse do País pelo seu passado e por suas tradições, ao denunciar e criticar o descaso das autoridades governamentais com a preservação dos objetos e relíquias do nosso passado. Na visão daquele intelectual, no que concernia às políticas públicas de preservação de memória e de patrimônio cultural:

*Nada disto temos. Oiro-preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. Ninguém escora as ombreiras de pedra bruta, as paredes desaprumadas. A festa que ali se realizou, lembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu. Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração.*

(...)

*Vá alguém ao encontro do descaso geral. Dê-se ao insano trabalho de realizar um tentamen. Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional, recordando a fundação da cidade por Mem de Sá, com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes à forca da Lampadosa; todo mundo rirá da mascarada. Nunca mais se livrará do ridículo.*

*O culto da saudade ainda não é para nós.<sup>3</sup>*

Ao longo de seu texto, o autor faz a defesa de um “culto da saudade”, ou seja, de culto das tradições do passado, exercitado com uma política de reunião preservação e exposição dos objetos representativos do passado, bem como de restauração e conservação dos monumentos, enfim, de patrimonialização do passado, sob risco de vê-lo desaparecido dado o estado de “extremo abandono” em que se encontrava. Para ele, a legitimação do regime republicano e do seu projeto de afirmação do Estado Nacional prescindia da existência de um sentimento comum de patriotismo entre os brasileiros, cuja formação passava pelos museus, “agências educativas e civilizadoras”. Assim, Barroso defendia a pronta atuação do poder público no sentido de criar e implementar políticas públicas de estímulo à educação e à cultura, cuja abrangência fossem além dos limites do espaço institucional das escolas. O MHN seria um destes lugares de formação histórica, compreendida como de formação cívica e patriótica dos brasileiros.

---

<sup>3</sup> BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 34.

Inaugurado como parte da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, mas de natureza diferente desta, o MHN integrava naquele evento o complexo cultural da Capital Federal. Não obstante ser parte da Exposição, foi instalado em caráter permanente, em um dos edifícios do evento, o Palácio das Grandes Indústrias.<sup>4</sup> Este prédio (imagem 1<sup>5</sup>) antes de ser restaurado para as celebrações do Centenário abrigava o antigo Arsenal de Guerra da Corte. Segundo descrição de seu primeiro diretor, em Catálogo Geral publicando em 1924 o MHN ocupava duas partes daquele arsenal:

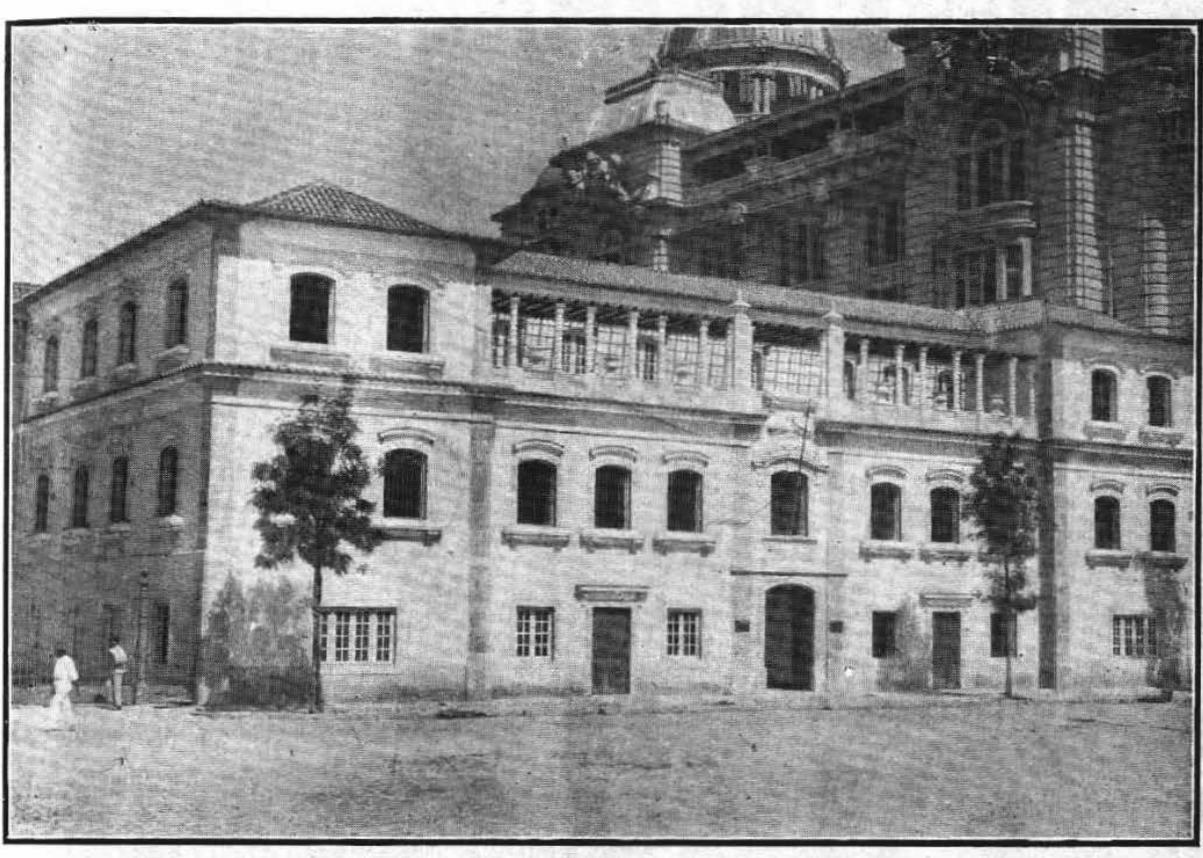


Imagem 1 – Edifício do Museu Histórico Nacional

<sup>4</sup> BRASIL. Art. 90º do **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoedition?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012

<sup>5</sup>BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral – secção archeologia e historia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1922, s/p. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>

*O edifício em que se acha installado o Museu Histórico Nacional é um dos mais antigos e históricos do Rio de Janeiro. Foi do antigo Arsenal de Guerra da Corte. Compõe-se de três partes distintas: a antiga Casa do Trem, posteriormente Casa da Ordem, construída em 1761; o corpo do verdadeiro Arsenal de Guerra erguido em 1822; e o Anexo, alevantado em 1835.*

*O museu ocupa a Casa do Trem e o Anexo. (...)*

*Para a Exposição Internacional do Centenário, o governo remodelou todo o edifício, conservando-lhe, porém, os melhores características architectonicas instalando nelle o Palácio das Grandes Indústrias.<sup>6</sup>*

O Palácio das Grandes Indústrias, onde se localizava o Museu Histórico Nacional, era um dos mais grandiosos e luxuosos edifícios destinados à Exposição. Durante o período da Exposição Internacional esse espaço abrigava também as exposições de produtos agrícolas, extrativistas e minerais, além de artigos da metalurgia. Havia toda uma galeria dedicada ao café, ao algodão e ao açúcar, os três principais produtos de exportação do Brasil à época. As mostras e exposições no Palácio das Grandes Indústrias ainda contaram com a participação de vários estados da federação, no que concernia à exposição de artigos da indústria de calçados de couro. O Palácio tinha ainda uma casa de chá instalada no terraço, localização que permitia uma visão panorâmica de toda Exposição Internacional.<sup>7</sup> Apesar de não ser uma tradição brasileira, uma casa de chá frente aos visitantes estrangeiros indicava um hábito existente entre as elites, e mesmo entre alguns setores das classes médias, revelador da civilidade da sociedade brasileira. Como parte das celebrações ensejadas pela Exposição Internacional, o Museu foi, assim, oportunamente criado sob o argumento de seu primeiro diretor quanto à sua necessidade e importância, já que era da

*(...) maior conveniência para o estudo da Historia Pátria reunir os objectos a ella relativos que se encontram nos estabelecimentos officiaes e concentra-los em um museu que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou*

---

<sup>6</sup>Ibid., s/p.

<sup>7</sup> MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional**. Rio de Janeiro, 1922, p. 309 – 310. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>> Acesso em 11/abr./2011.

*legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado.*<sup>8</sup>

Comemorar o Centenário da Independência, evidenciando o progresso material e moral do país, incluía a criar um espaço como o MHN, órgão capaz de reunir “os objetos” relativos à “História da Pátria”, dispersos pelo país e abrigados em diferentes instituições públicas, e expô-los ao público, depois de classificados e ordenados. Ao organizar, conservar e expor ao público as relíquias do passado, o MHN estaria funcionando como uma “escola de patriotismo, para o culto do nosso passado”. Cumpria, assim, a função pedagógica de formação do patriotismo ao ensinar a cultivar as tradições, a amar o passado do país.

Não foi por acaso, que o referido decreto criação do MHN, estabelecia, em seu primeiro artigo, como atribuições do órgão estatal:

*Art. 1º - (...) recolher, classificar e expor ao público objectos de importância histórica, principalmente os que forem relativas ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e publicações para o conhecimento da historia pátria e o culto das nossas tradições.*<sup>9</sup>

Para cumprir tais objetivos o Museu foi organizado em duas seções: uma de arqueologia e história e outra de numismática, filatelia e sigilografia. Cada uma delas era composta de um arquivo especial, para o armazenamento dos documentos comprobatórios da origem e autenticidade dos objetos adquiridos e uma biblioteca específica para as obras temáticas de cada seção.<sup>10</sup> Cada seção era chefiada por um funcionário, nomeado “por decreto, mediante promoção dos funcionários de categorias imediatamente inferior”.<sup>11</sup> Cabia à cada seção, o trabalho de conservar, classificar, ordenar e expor os objetos históricos sob sua responsabilidade e guarda, organizados seguindo as respectivas especificidades. Assim, objetos históricos, como moedas, medalhas, selos e outras peças similares, foram reunidos e

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 1.

<sup>9</sup> BRASIL. art. 1º do **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoedition?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012, p. 1.

<sup>10</sup> A 1ª seção de “História e Archeologia” contava com uma biblioteca especial de história universal, particularmente da história do Brasil, de arqueologia e história da arte. Já a 2ª seção de “numismática, philatelia e sigilographia” contava com uma biblioteca especial de numismática, sigilografia e filatelia. Ibid., § 1 e 2, art. 2º p. 1.

<sup>11</sup> Ibid., art. 7º, p. 2.

abrigados naquelas duas seções do Museu, cuja direção deveria, como suporte das seções responder pelo trabalho de:

*Art. 12º - (...)*

*§11º - promover a aquisição por transferência de estabelecimento oficial, por compra, por permuta ou por doação, de objetos de valor histórico, compreendida a de moedas, medalhas, sellos e espécies similares, necessários ás respectivas coleções, só efetuando a permuta por exemplar em duplicata que puder ser dispensado;*

*(...)*

*§19ª – providenciar no sentido de regular o funcionamento do curso tecnico na parte attribuida ao museu e presidir os exames das matérias ahi leccionadas;*

*§20º– organizar anualmente a realização de um curso ou série de conferências públicas sobre a história da pátria e educação cívica;*

*§21º - promover a realização de outros cursos, conferencias e commemorações, permitir o uso da sala de conferencias e fixar o respectivo aluguel;*

*(...)*

*§26 – dirigir os Annaes do Museu Histórico nacional e quaesquer outras publicações do Museu, estabelecendo os preços de venda e as condições de permuta e de distribuição gratuita.<sup>12</sup>*

Como se vê, tratava-se de instituição que além de reunir, preservar e expor objetos considerados históricos, deveria também atuar na formação de quadros técnicos, com a oferta de cursos de capacitação, além da formação cívica e patriótica do público, com a realização de exposições, cursos, conferências, eventos e publicações. Tão ampla gama de atribuições foi reunida com o propósito final da criação do MHN, que era o funcionamento dessa instituição como efetiva “escola de patriotismo, para o culto do nosso passado”, tal como pensado por seu idealizador.

O curso técnico oferecido pelo Museu, em parceria com a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional formaria quadros para atuar nos três órgãos, haja vista seu objetivo de “habilitar os candidatos ao cargo de 3º oficiais do Museu Histórico Nacional e ao amanuense

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 3.

da Biblioteca Nacional e do Archivo Nacional”.<sup>13</sup> Este curso tinha duração de dois anos e seus professores eram funcionários das três instituições indicados por seus respectivos diretores. Além de lecionar, os professores deveriam elaborar o material didático do curso e aplicar as avaliações;<sup>14</sup> eram desenvolvidos conteúdos programáticos das seguintes áreas do conhecimento, distribuídas ao longo dos dois anos de duração do curso:

*Art. 55º - (...) 1º ANNO: historia litteraria, paleografia e epigrafia, historia política e administrativa do Brasil e historia da arte;*

*2ª ANNO: bibliografia, chronologia e diplomática, numismática e sigillographia, iconografia e cartografia.*

(...)

*Art. 62º - Nas aulas que as comportares, serão dadas lições de classificação e administração de bibliotecas, mappothecas, archivos, museus históricos e gabinetes de estampas e de moedas e de medalhas, compreendidos os exercícios práticos.*<sup>15</sup>

Com exceção do cargo de Diretor do Museu, cuja nomeação se dava por livre escolha do Presidente da República, certamente por indicação política, os demais cargos da Instituição – dois chefes de seções, dois 1º oficiais e três 2º oficiais – eram nomeados dentre os funcionários das categorias inferiores,<sup>16</sup> que fizeram o curso técnico para se tornarem aptos a fazer concurso público para o cargo de 3º oficiais. Naquele contexto social desprovido de quadros técnicos, cabia ao MHN capacitar técnicos para atuação nas áreas de museu, arquivo e biblioteca. Assim, ao lado da formação específica, o curso também enfocava a formação administrativa, de modo a ter profissionais habilitados ao atendimento público “com urbanidade e prestando-lhes esclarecimentos, quando solicitados, a respeito dos objetos em exposição, exercendo toda a vigilância (...)”.<sup>17</sup>

Além desse curso técnico, voltado para a capacitação de seu quadro funcional, a direção do MHN também deveria promover a publicação dos Annaes do Museu Histórico

---

<sup>13</sup> Ibid., Art. 55º, p. 7.

<sup>14</sup> Ibid., Art. 57º, Art. 58º e Art. 64º, p. 7.

<sup>15</sup> Ibid., p. 7-8.

<sup>16</sup> Ibid., Art. 6º, Art. 7º e Art. 87º, p. 2 e 10.

<sup>17</sup> Ibid., Art. 45º, p. 7.

Nacional,<sup>18</sup> que incluía “catálogos, monografias históricas, prelecções e conferências effectuadas por iniciativas do Museu e trabalhos escriptos por funcionários ou por estranhos a respeito de objetos pertencentes às Secções ou a respeito de outros da mesma natureza que merecerem ser estudados”.<sup>19</sup> O regimento do MHN previa ainda a organização de publicações especiais, de carácter histórico ou cívico, e a reprodução de quadros ou outros objetos que deveriam ser distribuídos por ocasião de solenidades, datas comemorativas ou exposições especiais.<sup>20</sup> Nesse sentido, participava da política republicana de um novo enquadramento da memória, ajudando na internalização junto ao público.

Para maior controle e preservação dos objetos sob sua guarda, competia ao MHN a tarefa de fazer o inventário e o catálogo de todas as peças existentes no acervo de suas duas seções. Os dois procedimentos, sob a responsabilidade dos respectivos chefes de seções, subsidiariam a concepção e organização das exposições, com a elaboração das legendas que acompanhavam a identificação dos objetos, conforme disposto no artigo 32, do referido decreto nº 15.596:

*Em cada uma das secções haverá para os objetos que formarem as respectivas coleções um inventario geral ou registro de entrada por ordem chronologica, um inventario por salas e mostradores ou armários e um catálogo systematico acompanhado de índice alfabético, inventariados em livros diferentes e catalogados separadamente os documentos e as obras impressas.*<sup>21</sup>

Todo o acervo, depois de inventariado, catalogado e organizado em ordem cronológica em cada uma das seções, referenciava a organização de uma publicação resumida para uso dos visitantes. Organizado conforme os critérios adotados nos catálogos de cada seção, este guia deveria conter a descrição dos objetos selecionados como mais significativos

---

<sup>18</sup> A 1ª edição dos **Anais do Museu Histórico Nacional** foi publicada em 1940, sendo editado com certa regularidade até 1975. Após 20 anos, em 1995, os Anais voltaram a ser publicado anualmente com uma nova linha editorial, sendo hoje um dos principais periódicos acadêmicos voltado para as áreas do patrimônio, história e museologia. Atualmente os **Anais do Museu Histórico Nacional** encontram-se em sua 63ª edição. Todo o acervo do periódico encontra-se disponível para consulta no Arquivo Digital do MHN - <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>

<sup>19</sup> BRASIL. Art. 38º do **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoeuction?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>20</sup> Ibid., Art. 39, p. 6-7.

<sup>21</sup> Ibid., p. 6.

da história do país, legendados com informações complementares.<sup>22</sup> Nesse modo de organizar e de expor seus objetos, o MHN ensinava história ao público, identificada como sinônimo do passado, graças à ênfase dada ao “culto da saudade” dos heróis do passado. Afinal, o modo de ver o passado e narrar a história que orientava o funcionamento do MHN era o de um saber que ensinava com e pelos exemplos heroicos do passado, era a ideia da história como “mestra da vida”.

Cabe destacar que o Museu Histórico Nacional não era o único museu da Exposição Internacional, pois dividia espaço, no edifício do Palácio das Grandes Indústrias, com o Museu Militar, subordinado ao Ministério de Guerra. Este outro espaço institucional já ocupava, desde 1865, algumas salas do antigo Arsenal de Guerra, onde estavam expostos ao público um conjunto expressivo de troféus e relíquias, artefatos culturais associados à história do Exército Nacional. Segundo o historiador José Neves Bittencourt, o Museu Militar já se encontrava fechado ao público desde o início do século XX, quando o Arsenal de Armas deixou de ser utilizado pelo Exército brasileiro.<sup>23</sup>

O acervo do Museu Militar, embora vedado ao público, permaneceu no prédio do Arsenal de Armas até 1922, ocasião em que novamente foi exposto como parte integrante da Exposição Internacional do Centenário. Nesta, o Ministério de Guerra, órgão responsável pelo Museu militar, expôs os objetos de seu acervo, acrescido de outros do Estado Maior.<sup>24</sup> Com o término da Exposição Internacional e a fundação do MHN, o acervo do Museu Militar foi incorporado àquele, conforme previsto no Decreto nº 15.596, artigo 83º:

*Serão transferidos para o Museu Histórico Nacional:*

1. *Os objetos que constituírem o museu histórico do Archivo Nacional;*
2. *O acervo da secção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional, inclusive as obras impressas que foram a biblioteca especial da secção;*
3. *As coleções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda apenas os exemplares que lhe forem necessários dos trabalhos que houver executado e das peças que servirem como modelo;*

---

<sup>22</sup> Ibid., Art. 39, p. 6.

<sup>23</sup> BITTENCOURT, José Neves. **Um museu de história do século passado** – observações sob estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 211.

<sup>24</sup> MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional**. Rio de Janeiro, 1922, p. 310. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>> Acesso em 11/abr./2011.

4. *Os quadros históricos e mais objectos de carácter históricos que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar;*

5. *Os quadros históricos e quaisquer objectos de caracter históricos existentes no Museu Nacional, na Escola de Bellas Artes e em outros estabelecimentos públicos federaes, nos quaes poderão, entretanto, ser conservados os objetos que particularmente disserem respeito aos fins ou á historia de cada um deles.*<sup>25</sup>

Quadros, moedas, medalhas, selos e peças similares da Casa da Moeda compunham o acervo do recém-instalado MHN, formado pela transferência dos acervos ou parte deles do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Casa da Moeda, Museu da Marinha, Museu Militar e Escola de Belas Artes, conforme definido no Decreto nº 15.596. Além disso, o MHN contou com doações de particulares e transferências de acervo de outras instituições. Conforme registrado no **Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**,<sup>26</sup> o Museu foi contemplado com a transferência de 1402 objetos dos mais diversos órgãos públicos. Muitos destes transferiram o seu acervo, ou parte dele, voluntariamente, pois não haviam sido citados no referido decreto. Como foi o caso do Colégio Militar, do Ministério da Viação, da Presidência da Câmara dos Deputados, do Ministério da Fazenda, dentre vários outros, instituições empenhadas na montagem do acervo do MHN e, sobretudo em colocar seus acervos sob guarda deste.

Também foram doadas 432 peças de acervos particulares ou associações, com destaque para as transferências de objetos das famílias Ruy Barbosa e Guilherme Guinle, da viúva do Marechal Osório e de famílias de militares; do diretor do Arquivo Nacional, Escragnolle Dória, do diretor do MHN, Gustavo Barroso. No final da Exposição Internacional, em 1923, o Museu recebeu a doação de 13 “dadivas de governos e representações estrangeiras”,<sup>27</sup> que compuseram o acervo da Galeria das Nações, uma sala dedicada ao Centenário da Independência do Brasil. Além das doações, o Museu também providenciou a aquisição de 639 objetos, totalizando 2496 peças de carácter histórico e artístico expostas no evento comemorativo.

---

<sup>25</sup> BRASIL. **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoefuction?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>26</sup> BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924, p. 201-203. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>>> Acesso em 11/abr./2011.

<sup>27</sup> As seguintes embaixadas ou delegações fizeram doação para o MHN após o encerramento da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil: Argentina, Inglaterra, França, Bélgica, Tchecoslováquia, Dinamarca, Suécia, Itália, Portugal e México. *Ibid.*, p. 193-194 e 201.

Cabe destacar que a composição deste acervo, exposto na primeira exposição do Museu Histórico Nacional, foi adquirido ao longo dos anos 1922-1924, desde sua inauguração até a sua catalogação por Gustavo Barroso, em 1924. Afinal, segundo o artigo 34º do regimento do MHN, não poderiam ser “expostos os objetos que ainda não estiverem devidamente inventariados e catalogados”.<sup>28</sup> Exceção feita para os objetos transferidos no momento da instalação do Museu, legalmente amparado pelo artigo 84º do referido decreto:

*os objectos que forem transferidos de estabelecimento público federaes ou outro modo adquiridos por ocasião da instalação do Museu poderão ser expostos ao público antes de preenchida e até que se preencha a exigência do art. 34, devendo, porém, organizar-se uma relação provisória de taes objectos, aproveitados os inventários de que tiverem vindo acompanhados.*<sup>29</sup>

A necessidade de constituir um acervo para ser exposto ao público por a ocasião das comemorações do Centenário, e o curto espaço de tempo disponível para tal, explica a exceção feita, uma discrepância entre o estabelecido nos artigos 34º e 84º do mesmo decreto. O período de 1922 a 1924 foi, efetivamente, o de organização e montagem do acervo do MHN, devidamente instalado no Palácio das Grandes Indústrias.

## 2.2 “Indicações para as visitas ao Museu”<sup>30</sup>

A concepção do Museu Histórico Nacional e sua posterior instalação e funcionamento estavam afinados com o propósito político de formação patriótica dos brasileiros e brasileiras, fundamental para a legitimação do regime republicano. A historiadora Regina Abreu comenta que Gustavo Barroso procurou conceber a exposição inicial do Museu em consonância com seu objetivo primordial, o de ser uma “escola de patriotismo”. Para ela,

---

<sup>28</sup> BRASIL. **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922, p. 6. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoedition?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.

<sup>29</sup> Ibid., p. 10.

<sup>30</sup> BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral – 1ª seção: arqueologia e história**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924, s/p. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>>> Acesso em 11/abr./2011.

foi esta diretriz que orientou a “seleção dos objetos a serem preservados e a formulação de uma extensa e sofisticada teoria sobre museus”,<sup>31</sup> segundo a qual estes teriam uma dimensão pedagógica, pois “através dos ensinamentos dessa instituição, o brasileiro deveria aprender a amar e respeitar a sua pátria”.<sup>32</sup>

A dinâmica da exposição baseava-se na apresentação pública de mais de 2.400 objetos de seu acervo, representativos de diferentes momentos da experiência histórica brasileira, e expostos com o propósito de estabelecer uma associação entre eles e o passado junto ao visitante. Assim, encontravam-se expostos, de forma mais ou menos aleatória, objetos de tortura de escravos, louças de Macau e pratas portuguesas, o trono do Imperador no Senado Federal e o capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I. Em 1947, Adolfo Dumas registrou que o visitante da exposição inaugural do MHN ao percorrê-la era a todo o momento interpelado a recordar-se dos grandes eventos e personagens do passado nacional, nesse exercício de “culto da saudade” que o Museu proporcionava:

*(...) a grande espada do século XVI, contendo na lâmina uma figura com a balança da Justiça e a legenda “Vive la Justisse”, provavelmente da época de Villegaignon; mais adiante, uma trave da forca de Tiradentes; além das chapas encouraçadas do Alagoas, perfuradas de balas, recebidas quando, sob o comando de Maurity, esse vaso de guerra forçava a Passagem de Humaitá; as cadeias de ferro, que fechavam o rio à altura daquela fortaleza (...) Noutras salas os retratos da época colonial e dos 1º e 2º Reinados; o de Carlota Joaquina; e de D. Escolástica, e o de sua filha, a marquesa de Santos, favorita de D. Pedro I; o de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei; o de D. João VI; o de D. Pedro I, D. Pedro II e D. Maria I; os dos generais Osório e Câmara; maquetes das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Tereza Christina, princesa Isabel e outras muitas produzem impressões duradouras, revelam um passado tranqüilo e magnífico, revivendo flagrantemente, materializados, de eras brasileiras.*<sup>33</sup>

Na descrição feita, é visível, o investimento no “culto da saudade”, tal como defendido por intelectuais como Barroso, na orientação dada ao MHN como instituição que

---

<sup>31</sup> ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema – por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. **Ideólogos do Patrimônio cultural – Cadernos de Debates**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1991, p. 94.

<sup>32</sup> Ibid., p. 94.

<sup>33</sup> DUMAS, Adolfo. O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. I, 1941, p. 26.

deveria reunir, preservar e expor os “objetos históricos” e relíquias espalhadas pelos diversos órgãos do país. Com o propósito de produzir no visitante “impressões duradouras acerca do passado, cultuado como tranquilo e magnífico”. Na associação estabelecida, o aprendizado do amor ao passado, o estímulo para a formação do sentimento de patriotismo que se supunha até aquele momento ausente no país e entre sua população. Nesse sentido, o MHN funcionava como “agência educativa e civilizatória” ao possibilitar, com suas exposições, o “culto da saudade”, com ênfase nos heróis e nas tradições do passado. Percebe-se assim uma ideia de história como sinônimo do passado orientando a criação e funcionamento do MHN.

Tal como o IHGB, com seu projeto de escrita da história que exigia reunir documentos do passado colonial dispersados pelo país e pela Europa, vistos à época como “provas” do que realmente ocorrera, indispensáveis à escrita da biografia da nação, o MHN também tinha em vista reunir a maior quantidade possível de “objetos históricos”, considerados como provas da história. No artigo **Culto da Saudade**, Gustavo Barroso, como citado anteriormente, apresentava a tese de que a reunião e preservação dos objetos e dos monumentos eram indispensáveis à cultura histórica do país. Afinal, os objetos eram vistos como evidências materiais do passado que se queria cultivar e preservar, sob a forma de uma formação cívica e patriótica. Erika Cerqueira, ao analisar as obras de Gustavo Barroso, assinala que, para ele, as relíquias, “verdadeiros rasgos no tempo, são fragmentos do passado que continuam a existir fisicamente no presente”.<sup>34</sup> Como objetos atemporais e ahistóricos, as relíquias eram indispensáveis àquele culto e àquela formação, significadas simbolicamente como sagradas. Segundo aquela autora,

*As relíquias possuem também uma perspectiva religiosa, trata-se de artefatos que, por terem estado em contato com algo que se concebe como sagrado – no caso o passado – adquirem um significado sacramental e, por conseguinte, tornam-se invioláveis.*<sup>35</sup>

Sob tal modo de ver a história, o MHN já foi criado como um “lugar de memória”, um espaço público abrigando um acervo de objetos sacralizados, e, portanto, invioláveis. Nesse sentido são objetos desprovidos de historicidade, porque “congelados” no

---

<sup>34</sup> CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso.** Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 56.

<sup>35</sup> Ibid., p. 56.

tempo, domesticados pela memória que os consagra como símbolos sagrados de uma experiência histórica sem historicidade.

Com base no **Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**, organizado por Gustavo Barroso, em 1924, é possível acessar aspectos da organização original do espaço físico do Museu, com suas salas, objetos, temas e cronologias. As salas e seções do Museu eram divididas e nomeadas conforme os tipos de objetos expostos, ou com eventos e períodos da história do país. Neste catálogo são explicitadas orientações de como deveria ser o trajeto percorrido pelo público a fim de se ter uma visão mais completa da instituição e de seu acervo. Além disso, também, uma apreensão da visão de história que norteou a concepção de museu de Gustavo Barroso. Segundo o roteiro de Barroso:

*O edifício do Museu consta de dois corpos unidos por um passadiço. O pavimento térreo do 1º, que deita para a praça Marechal Ancora, onde se acha a entrada do estabelecimento e os três pavimentos do 2, que lhe fica posterior e vae até a rua Misericórdia estão ocupados pela SECCÃO DE ARCHEOLOGIA E HISTORIA. O visitante, que desejar visita-la toda, entrando no Museu, tem á sua direita a Portaria, a ALA DOS CANDELABROS, a SALA DOS MINISTROS e o Gabinete do chefe da Secção; á sua esquerda, as SALAS DOS RETRATOS e DAS BANDEIRAS. A sua frente, verá o passadiço que o leva, diretamente, ao 2º corpo do edifício, onde se abrem sobre o PATEO DAS CÓROAS as ARCADAS DOS CANHÕES, DAS PEDRAS e DOS CÔCHES. No encontro destas duas, a ESCADARIA DOS ESCUDOS conduzi-lo-á, á esquerda, ás SALA DOS THRONOS, DO SCEPTRO, DA CONSTITUINTE e DOS CAPACETES; á direita, ás SALAS Osório e DOS THROPHÊOS. Do patamar da ESCADARIA DOS ESCUDOS, a ESCADARIA DAS ARMAS dar-lhe á acesso á GALERIA DAS NAÇÕES e as SALAS DA ABOLIÇÃO E DO EXÍLIO, e DA REPÚBLICA.*

*O 1º corpo do edificio também possui três andares. No 3ª, estão instalados o Gabinete do Diretor, a Secretaria e a SALA DE CONFERENCIAS. No 2º, a SEÇÃO DE NUMISMATICA, PHILATELA E SIGILLOGRAPHIA, constando da SALA GUILHERME GUINLE, da SALA DE EXPOSIÇÃO, da Sala de Trabalho. Consulta e Biblioteca da casa do forte e do Gabinete do Chefe da Secção. Quem desejar a visita-la basta, em lugar de seguir pelo passadiço que leva ás ARCADAS subir a escada, á direita. Essa mesma escada vae ao 3º andar.<sup>36</sup>*

---

<sup>36</sup>BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq>> Acesso em 11/abr./2011, s/p.

Nessa “aula de história”, de “culto da saudade” que a visita ao museu proporcionava, a compreensão da história segundo a ótica de Barroso, ou seja, de que a história seria a sucessão de acontecimentos e de personagens, cujas ações heroicas serviram de exemplo para as gerações do presente e do futuro. História percebida, portanto, como *magistral vitae*, com sua evolução em direção ao progresso e à civilização. Não por acaso, a primeira seção do roteiro é a de “arqueologia e história”, seguida daquela com objetos relativos à história colonial, imperial e republicana, nessa ordem.

Com efeito, o visitante, ao entrar no Museu, encontrava à sua frente a Ala dos Candelabros e à sua esquerda a Sala dos Ministros, iluminados, por certo, pelas luzes da ilustração e do conhecimento. A Ala dos Candelabros dedicava-se à exposição de objetos da experiência histórica da colonização. Nela, eram expostos diversos candelabros, custódias e imagens que pertenciam à Igreja da Cruz Militares, e alguns objetos, como uma mesa de jacarandá, que pertenceram a D. João VI. Na Sala dos Ministros, (imagem 2<sup>37</sup>), o segundo destino dos visitantes, encontravam-se expostos sabres e lanças da artilharia e de cavalaria, espingardas, fuzis e outros artefatos bélicos doados pelo antigo Museu de Artilharia. O conjunto é formado por armamentos dos períodos colonial, imperial e republicano, de modo a evidenciar que a participação das forças armadas na construção da nação, remontando às origens coloniais, ou seja, que tinha uma longa e contínua história, não se restringindo à atuação no golpe militar que proclamou a República.

Após estas duas seções encontrava-se a Sala dos Retratos, dedicada a vultos e personagens associados ao contexto da monarquia, cuja fundação foi associada ao começo da nação brasileira. Assim são expostos “objetos históricos”, identificados com a presença da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, e com os Reinados de D. Pedro I e D. Pedro II e com a regência. É um conjunto de retratos, bustos e alguns mobiliários dos representantes das monarquias portuguesa e brasileira. Este acervo foi formado principalmente com objetos e documentos procedentes da Escola Nacional de Belas Artes. Além destes objetos, havia também nesta sala uma grande coleção de gravuras de uniformes militares, como, por exemplo, de uniformes da infantaria de Bragança, da cavalaria dos vice-reis, do Estado-Maior e de engenheiros, todos doados por Gustavo Barroso à Instituição. Nota-se que as gravuras de uniformes não se enquadram no recorte temporal da sala, séculos XIX e XX, pois lá se encontravam também gravuras de uniformes de 1730, como o uniforme dos Dragões de

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 8.

Minas. Provavelmente a finalidade de se ter estas gravuras de diferentes períodos nesta sala, foi a unidade temática – uniformes militares – em desacordo com a orientação temporal, mas em consonância com um dos objetivos da concepção da exposição que era o de evidenciar a presença e a participação dos militares na construção de nação e da nacionalidade brasileiras.

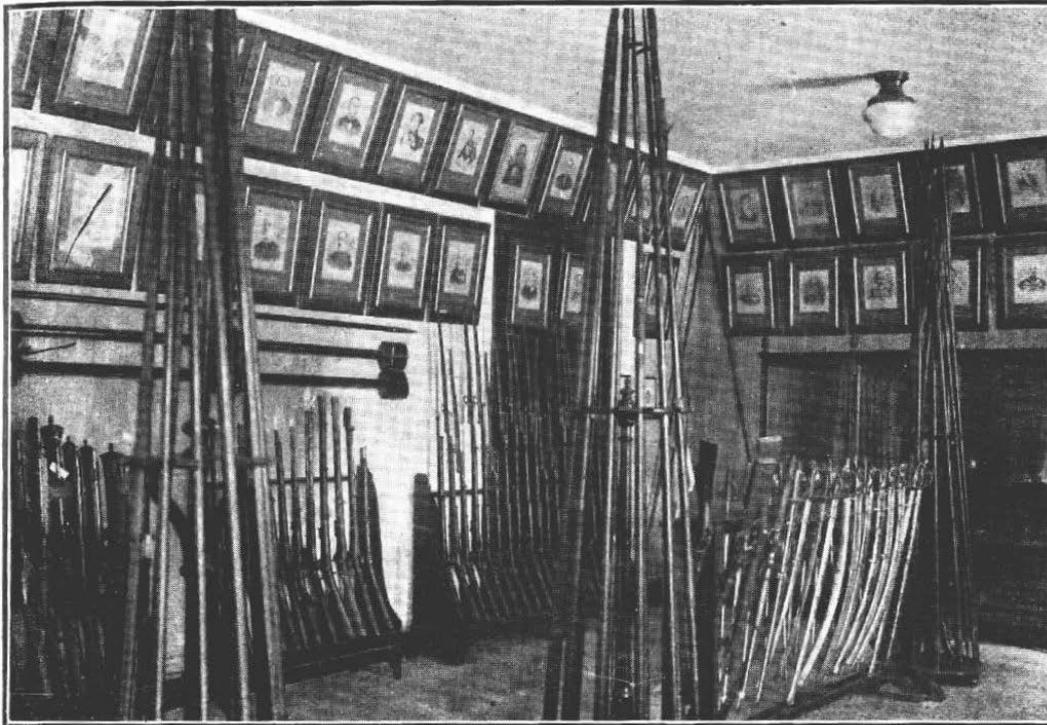


Imagem 2 - Sala dos Ministros

Significativamente, a sala seguinte do roteiro é a “Sala das Bandeiras”, onde eram expostas reproduções de diversas bandeiras, como, por exemplo, as bandeiras das antigas províncias do Império Brasileiro ou a bandeira da cidade do Rio de Janeiro, de 1566. As bandeiras, como bem destaca José Murilo de Carvalho, são “tradicionalmente os símbolos mais evidentes, de uso quase obrigatório”<sup>38</sup> pelos estados nacionais. Em seu estudo sobre os símbolos utilizados no processo de legitimação do governo republicano, o historiador atenta para a perspectiva positivista de Teixeira Mendes que orienta a concepção e confecção da bandeira do Brasil sob o regime republicano:

---

<sup>38</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 109.

*Sempre de acordo com princípios positivistas, alega que o emblema nacional deve ser símbolo de fraternidade e ligar o passado ao presente. A ligação com o passado se dava na conservação de parte da bandeira imperial, segundo ele [Teixeira Mendes] obra de José Bonifácio. (...) Reconhecia-se desse modo, o passado, a tradição, tanto política como religiosa, pois a Monarquia e o catolicismo eram fases da evolução da humanidade, a ser superadas, mas necessárias e portadoras de aspectos positivos.*

*A bandeira, continua Teixeira Mendes, tinha de representar também o presente, o novo regime, e o futuro. A divisa “Ordem e Progresso” cumpria esse papel.<sup>39</sup>*

Símbolo da nação, da fraternidade entre os integrantes das nações, da ligação entre o passado e o presente, as bandeiras não poderiam deixar de ter um espaço próprio no MHN. Gustavo Barroso concebeu esta sala também para se tornar um “lugar de memória” da nação, um espaço consagrado ao “culto da saudade”. O presente cultuando o passado nessa exposição de objetos do passado, dentre estes, bandeiras. Bandeiras não apenas do país, mas também, da nação portuguesa, de modo a estabelecer o vínculo do país com a tradição europeia, no conjunto das nações modernas e civilizadas. Assim, havia na referida sala, a exposição de diversas bandeiras, dentre elas, a da nação portuguesa e de seus Reis, da Ordem dos Templários, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, do Império Brasileiro, das 15 províncias do Império Brasileiro e dos estados da República. Nesse investimento discursivo em torno de um símbolo da nação, o museu cumpria sua função de atuar como verdadeira “escola de patriotismo, para o culto do nosso passado”.

Reafirmando tradicionais símbolos da nação e estabelecendo outros, o museu consagra espaço para destacar a dimensão material do patrimônio histórico como uma importante peça na construção da nação. Assim, outro espaço de exposição do MHN era a Arcada dos Canhões onde se encontravam canhões de diferentes épocas da história país, um monumento integrado por objetos e edifícios, dentre eles o prédio do Museu, quando este sediava o Arsenal de Armas do Império Brasileiro. Junto à Arcada dos Canhões encontra-se a Arcada das Pedras, espaço dedicado à memória de edifícios públicos de diferentes épocas da capital federal, criando assim “lugares de memória” da nação brasileira. Um patrimônio material, constituído de prédios, praças, portas de edifícios, pedras inaugurais e outros objetos e artefatos significados como representativos da história do Rio de Janeiro e da história da

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 113.

nação. Um conjunto material localizado na capital da República e, por conta disso, compartilhado por todos os integrantes da nação.

Coerente com a política de “culto da saudade”, a exposição do Museu abriga em seu segundo pavimento a Escadaria dos Escudos, onde estavam expostos escudos de diferentes períodos, retratos de militares e membros da nobreza brasileira, além dos modelos de dois navios da esquadra brasileira. Nesse mesmo pavimento localizava-se a Sala dos Capacetes (imagem 3<sup>40</sup>), com a exposição de objetos e gravuras do Morro do Castelo, demolido por ocasião das comemorações do Centenário da Independência para a construção dos pavilhões da Exposição Internacional, mas já incorporado como representativo da memória republicana. Para tal, foram reunidos e expostos como integrantes da memória do Morro, a reprodução da pedra tumular de Estácio de Sá, cuja original se encontrava na igreja de São Sebastião, aquarelas das fachadas da igreja dos jesuítas e do hospital S. Zacharias. É visível nesse “culto da saudade” a política de valorização da memória, traduzida na operação de monumentalização realizada com o Morro do Castelo. Após sua demolição, a memória do morro é preservada por meio da exposição de objetos de arte e fatos a ele associados. Na operação realizada é visível a intenção de mostrar que o governo republicano, em nome do progresso e da modernização, destrói edifícios, mas, ao mesmo tempo constrói uma memória sobre eles, preserva seu passado, e presta um “culto da saudade”.

Não nos parece ser senão este o sentido dado às ações do governo republicano, reafirmado nos objetos expostos na Sala da Constituinte, dedicada aos períodos do Primeiro e do Segundo Reinados no Brasil. Nesta sala, encontravam-se os mais diferentes objetos deste período, dentre estes, a mesa e cadeira da Primeira Assembleia Constituinte do Brasil, bem como espadas, medalhas, cigarreiras e outras “reliquias” do passado de militares brasileiros que foram doadas por suas viúvas ao Museu e todos eles associados à experiência monárquica brasileira, interrompida com a proclamação da República, cujo regime foi legalmente instaurado pela Constituição de 1891.

---

<sup>40</sup> BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral – 1ª seção: arqueologia e história**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924, p. 48. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq>> Acesso em 11/abr./2011.

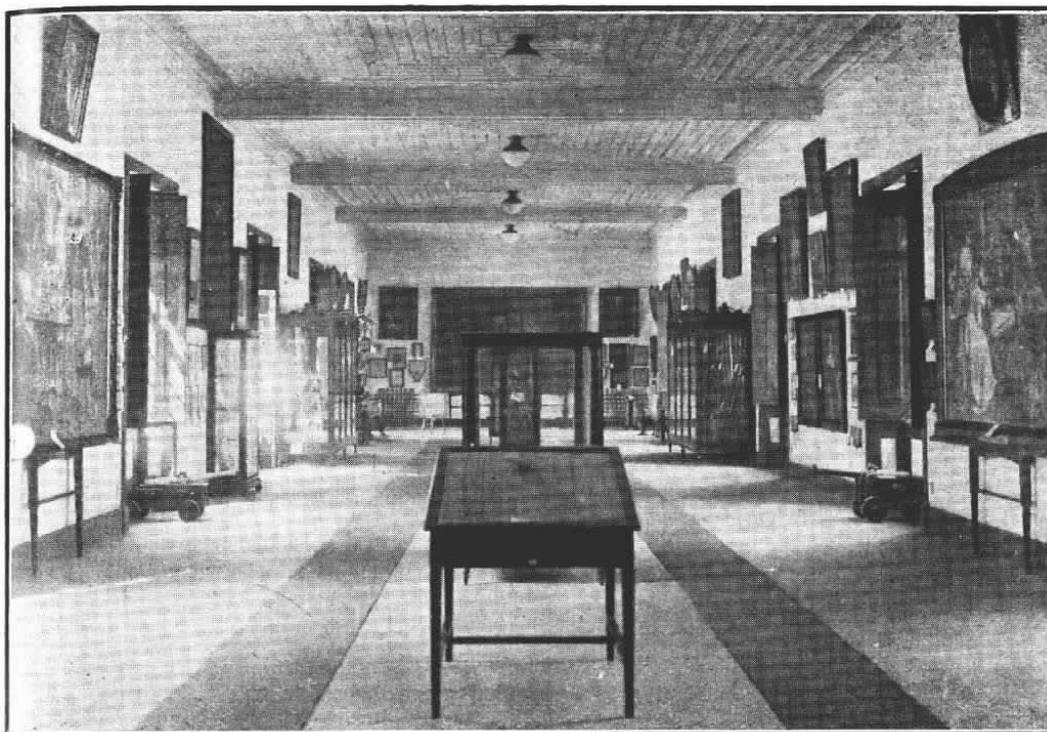


Imagem 3 - Sala dos Capacetes

As referências ao período imperial, base da construção da nação, cuja continuidade e consolidação tornaram-se projeto e desafio dos governantes republicanos são realimentadas também na exposição da Sala do Sceptro, dedicada a D. Pedro II e ao seu reinado. Na entrada da sala encontrava-se o busto em mármore do Imperador, bem como vários retratos seus, em diferentes momentos de sua vida. Além das obras identificadas diretamente com o Imperador, havia também nesta sala alguns objetos que pertenceram a membros de sua família, como álbuns de fotografia, livros e pastas. Esta sala não apresentava somente relíquias referentes ao imperador e à família real, mas também expunha armas, medalhas e gravuras de generais que participaram da experiência monárquica, como colaboradores diretos do governo imperial ou como integrantes do Exército Brasileiro. Como já assinalado, é visível o propósito de construir uma memória das participações dos militares na história do país e na construção da nação.

Na Sala do Thronos (imagem 4<sup>41</sup>), igualmente dedicada ao Império, concentravam-se expostos objetos representativos de momentos de sua história, dentre estes, armas, litogravura do casamento da Princesa Leopoldina com o Duque de Saxe, coleção de

---

<sup>41</sup> Ibid., p. 95 e 100.

estatuetas de biscuit que pertenceu à família imperial, ou fotografias da família imperial. Nesta exposição, o esforço em construir uma memória do Segundo Reinado, cuja ênfase está centrada justamente em sua outra face, a de sua vida privada, familiar, e não nas realizações de âmbito público e político da família imperial.



Imagem 4 –Sala do Thronos

Trono do Imperador D. Pedro II, que estava na Sala do Trono na Quinta da Boa Vista.

A face política da experiência imperial é protagonizada justamente pelo Exército Brasileiro no cenário da Guerra do Paraguai, cuja memória é alimentada pela exposição das Salas Osório e dos Throphêos do Museu. Na Sala Osório, logo na sua entrada, havia o busto em mármore do General Osório, herói da Guerra do Paraguai (1864-1870) e patrono da Arma de Cavalaria do Exército brasileiro; além disso, encontravam-se também expostas gravuras e litogravuras de outros personagens da Guerra do Paraguai – como Visconde de Inhaúma e Barão da Passagem –, diversas fotografias da Guerra e seus participantes, recortes de jornais e revistas da época com notícias sobre o conflito bélico. O acervo é complementado por objetos pessoais e armas dos militares, os protagonistas da guerra, seus heróis.

A pesquisa no **Catálogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história** do Museu Histórico Nacional evidenciou o objetivo de conferir visibilidade à participação dos militares na história do país e na construção da nação, cuja memória também é construída com base nas evidências materiais e simbólicas dessa participação ocorrida desde os tempos coloniais. O episódio da Guerra do Paraguai é significativamente o que recebeu maior ênfase na exposição inaugural, tendo duas salas – Sala Osório e a Sala dos Throphêos –, além de objetos em outras salas referenciando aquele acontecimento. Tal destaque não se deu por acaso, nem foi derivado de uma maior transferência deles pelo Arsenal de Armas ou outro órgão do Governo. A Guerra do Paraguai foi ressignificada pela historiografia republicana como um dos principais eventos da história brasileira da segunda metade do século XIX, principalmente por conta de seus desdobramentos nos âmbitos da economia e da política.

Além da vitória sobre o Paraguai e da afirmação da posição soberana do Brasil na região da Prata, o conflito bélico despertou entre os brasileiros o sentimento de nacionalidade, indispensável à consolidação do Estado Nacional. Acrescente-se ainda o sentimento de orgulho de pertencer à corporação por parte de seus integrantes, tensionando as já debilitadas relações entre o Exército e políticos do Império. Essa tensão, permeada por ressentimentos de ambas as partes, acabou por mobilizar o Exército para a causa republicana. O golpe contra o Império, liderado por generais do Exército, deveria assim ser significado como importante mudança nos rumos do país, tendo por base, a ordem e como projeto, o progresso. As exposições do MHN têm isso em mira quando celebram essa memória da Guerra do Paraguai.

Não por acaso, no terceiro pavimento do Museu havia a Escadaria das Armas, espaço com algumas gravuras, fotografias e objetos associados aos momentos finais da Monarquia e início da República. Além disso, havia a Sala da Abolição e do Exílio com objetos representativos da história do Império Brasileiro, justamente seus momentos finais: a abolição da escravidão e a Proclamação da República. A escravidão é a experiência imperial cuja memória é celebrada exatamente quando ocorre sua extinção. Daí a exposição da estátua representando a Lei do Ventre Livre, oferecida a D. Pedro II, de quadros da Princesa Isabel, de gravuras de momentos emblemáticos deste evento, como a seção no Senado que promulgou a Lei Áurea. O grande destaque da exposição ficou por conta da caneta e da pena com esmeraldas e brilhantes usados pela Princesa Regente para assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Secundariamente, encontravam-se expostos aparelhos de tortura, algemas, ferros para marcação e vários outros instrumentos utilizados durante a vigência da

escravidão, para lembrar ao público que tal infame e perverso regime de trabalho é algo do passado imperial. É um passado que a República encerrou com a ajuda do Exército.

A associação encadeada entre Império/escravidão/abolição e República é estabelecida por orientação dada à exposição dos objetos. Assim, na referida sala, além de artefatos e documentos associados à escravidão e ao seu término havia também a exposição de objetos identificados com o fim do regime imperial: a viagem do exílio e os últimos anos da Família Real vividos no exílio, na França, dentre eles, diversos retratos da Família Real em seus últimos anos no Brasil e do Imperador, D. Pedro II, em seu leito de morte. Fechando a narrativa, encontravam-se expostas a bandeira do Império, a mesma que se encontrava hasteada no Paço da Quinta da Boa Vista no dia da Proclamação da República e a bandeira da República, içada no navio que levou a Família Imperial ao exílio. Bandeiras do Brasil, símbolos da nação que foi sendo construída desde a experiência monárquica e prosseguida com a República.

Sob essa lógica evolutiva, organizava-se, a seguir, a Sala da República que, como o próprio nome indica, dedicava-se à exposição de objetos, uniformes militares, retratos, fotografias e pinturas representativas do início da experiência republicana no Brasil. Após esta sala, temos a última seção aberta ao público do Museu, a Galeria das Nações, dedicada ao evento comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, somente inaugurada em 1923, com o encerramento da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Nesta sala, foram expostos diversos objetos, como escudos, bandeiras e flâmulas dos países que participaram da Exposição, símbolos das nações modernas da Europa, da América e da Ásia. Além das salas abertas ao público, o Museu ainda contava com uma sala de conferências, com o gabinete do diretor e com uma secretaria, que também abrigavam uma parte do acervo do Museu, mas não estavam abertas ao público.

Como apontamos no capítulo anterior, o governo republicano, buscando consolidar a sua legitimidade junto à sociedade, também por meio de iniciativas culturais que investissem na formação dos sentimentos patrióticos e identitário entre brasileiros, criou o MHN no contexto das comemorações do Centenário da Independência. Lúcia Lippi Oliveira salienta que apesar de não serem vitoriosos politicamente, os historiadores monarquistas, isto é, comprometidos com a defesa da monarquia e com sua visão de mundo asseguraram sua posição hegemônica de leitura do passado no regime republicano. Eles “venceram” a disputa seja porque “foram mais competentes, seja porque compunham a elite letrada de alta

linhagem, seja porque construíram e divulgaram sua versão através de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou ainda porque foram mais longevos”.<sup>42</sup>

A permanência da historiografia monárquica pode ser notada na exposição do Museu Histórico Nacional que destaca o período imperial como a principal época da história nacional. Metade das dezoito salas da exposição do Museu abordavam direta e/ou indiretamente, este período, representado e significado como a gênese, entre, a antiguidade e a tradição da nação brasileira. A República embora tivesse rompido com o Império, e a ele se opusesse, não podia negar a experiência histórica colonial e imperial do Brasil, até porque esta continuidade era um dos argumentos mobilizados para legitimar-se. Afinal, em sua concepção evolutiva da sociedade e da história, as experiências coloniais e imperiais seriam estágios necessários e incontornáveis para se atingir o estágio superior, o do regime republicano. A criação do Museu Histórico Nacional e seu projeto de “culto da saudade” tornava visível a dimensão histórica da experiência republicana e, sobretudo, expunha materialmente as realizações de seu governo, empenhado em ser identificado com o progresso e a civilização da nação brasileira.

Parece-nos, assim, que na alimentação de uma memória do Império cabia inclusive associá-lo a permanências antigas, como foi o caso da experiência da escravidão, objeto de exposição no Museu. A Sala da Abolição e do Exílio, que tratava desta temática, apresentou a escravidão como instituição dos regimes “antigos”, monárquicos, atrasados e desumanizados. Essa parece ser a orientação dada à exposição dos objetos da referida sala, haja vista a relação imediatamente estabelecida entre “abolição” da escravidão a proclamação da República, ou seja, o “exílio”.

Nesta sala destacou-se a participação de membros da família imperial nas ações abolicionistas com a exposição de retratos e objetos alusivos àqueles, particularmente as imagens da Princesa Isabel e de D. Pedro II. Fora deste círculo, apenas o abolicionista Luís Gama<sup>43</sup> foi contemplado na exposição. Destacou-se, assim, a abolição da escravidão como

---

<sup>42</sup>OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 4. n° 2. 1989. pg.187

<sup>43</sup>Luís Gama era poeta, advogado, jornalista e um dos mais combativos abolicionistas de nossa história. Luís era ligado aos círculos do Partido Liberal. E entre 1864 e 1875 colaborou no **Diabo Coxo e no Cabrião**, de Ângelo Agostini, no **Ipiranga, Coroaci** e em **O Polichileno**. Fundou, em 1869, o jornal **Radical Paulistano**, com Rui Barbosa. Participou da criação do Club Radical e, mais tarde, da criação do Partido Republicano Paulista (1873), ao qual se manteve ligado até à sua morte, em 1882. Por volta de 1880, foi líder da Mocidade Abolicionista e Republicana. Sobre o assunto ver: FERREIRA, Lúcia (org.). **Primeiras Trovas Burlescas e Outros Poemas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. SILVA, J. Romão. **Luís da Gama e suas Poesias Satíricas**. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil. Câmara, Nelson. **O advogado dos escravos - Luís Gama**. São Paulo: Lettera.

acontecimento creditado às iniciativas dos governantes imperiais, D. Pedro II e a Princesa Isabel, empenhados, pelo seu espírito humanitário, em extinguir o trabalho escravo no Brasil. Na ênfase dada a tal protagonismo, a exposição republicana constrói e organiza a memória do evento abolicionista, de certa forma redimindo-se do golpe contra o Império e sobretudo da forma como foi conduzido a deposição do Imperador e o exílio da família imperial. Trata-se de memória que permanece alimentando narrativas historiográficas, até hoje. Assim, por exemplo, José Murilo de Carvalho, ao analisar a política imperial e, nesta, a relação entre o Rei e os “barões”, ressalta que o divórcio entre eles se deu com a política da abolição conduzida pelo governo imperial. A partir dos anos 1880 esta teria se radicalizado, pois

*(...) o incentivo da Coroa nunca deixou de se fazer sentir, seja através de manifestações pessoais do Imperador e da Princesa Isabel, seja através dos títulos nobiliárquicos oferecidos aos que libertassem escravos, seja pela ação direta (os netos do Imperador editavam um jornal abolicionista dentro do Palácio onde também escravos fugidos recebiam proteção). A posição da Coroa sem dúvida encorajava a atuação dos abolicionistas e reduzia substancialmente a credibilidade das medidas repressivas do governo.<sup>44</sup>*

Não por acaso, a exposição da sala “da Abolição e do Exílio” foi considerada uma das mais polêmicas do evento, justamente por abordar o tema da escravidão, questão ainda sensível à sociedade brasileira. Se o foco da exposição era o de apresentar os protagonismos de D. Pedro II e da Princesa Isabel na abolição da escravidão, este propósito ficou prejudicado com a exposição, nas galerias, de objetos de tortura usados para castigar escravos e escravas, considerados mais interessantes pelo público, conforme relatou a imprensa da época. Objetos que mobilizavam imagens caras ao imaginário social acerca da violência e perversidade da escravidão, do pesado ônus representado para a sociedade do fardo da escravidão.<sup>45</sup> Noah Elkin, em sua análise sobre o Museu, destaca como estes objetos foram descritos à época, significados como representativos da evolução moral da sociedade brasileira em seu percurso em direção ao progresso e à civilização. Segundo aquele autor, para

---

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. A Política da abolição: O rei contra os barões. **Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, p. 76.

<sup>45</sup> ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 132.

*(...) que se tenha uma ideia perfeita dos suplícios praticados contra os escravos, antes de 13 de Maio, o Museu expõe vários aparelhos de tortura, usados nas fazendas do sul e engenhos espalhados pelo norte, os quais servem para mostrar o quanto moralmente nos aperfeiçoamos.*<sup>46</sup>

A referência pelo período imperial pode ser observada, principalmente, quando se compara o quantitativo de salas na Exposição (Anexo 1). O período monárquico com os eventos destacados no transcurso dos sessenta e sete anos de governo ocupou a maioria das dezoito salas do Museu, enquanto o período republicano teve apenas uma sala exclusiva, dedicada aos personagens e eventos, considerados como significativos. Não se deve ignorar que a experiência republicana tinha apenas 33 anos, enquanto a imperial completava um século de existência. Quanto ao período colonial, com seus mais de trezentos anos de duração, era a experiência cuja memória deveria ser celebrada, mas não enfatizada, já que o esforço dos intelectuais republicanos, de 1920 a 1930, era justamente o de romper com a tradição de elogio da colonização portuguesa e pensar um Brasil novo, centrado no presente e na ênfase à identidade brasileira<sup>47</sup>. Segundo José Carlos Reis, esse movimento de ruptura já emergira nos últimas décadas do século XIX, em meio ao pensamento cientificista da geração nova de historiadores do IHGB, dentre eles Capistrano de Abreu. Segundo Reis.

*A preocupação cientificista de Capistrano era a de toda uma nova geração. No pós-Guerra do Paraguai, essa geração quer reinterpretar a história, privilegiando não mais o Estado imperial, como Varnhagen, mas o povo e a sua constituição étnica.*<sup>48</sup>

A escolha dos objetos que compunham a exposição inaugural do MHN não pode ser creditada, exclusivamente às predileções de Barroso pela história militar e pela história dos heróis e dos eventos político-militares no projeto por ele defendido de “culto da saudade”. Várias coleções do acervo foram também adquiridas por doações particulares e pelas transferências de acervo de outras instituições, como já assinalado. Dentre as principais instituições que transferiram seu acervo ao MHN encontra-se o antigo Museu Militar, a

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 132.

<sup>47</sup> REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1 – De Varnhagen a FHC**. 9º ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 89.

<sup>48</sup> Ibid., p. 89.

artilharia naval, as casas militares e fortalezas,<sup>49</sup> todas elas empenhadas em preservar a memória das instituições militares no Brasil e, sobretudo em destacar a participação dos militares na história do país e na construção da nação brasileira. Ao selecionar objetos e documentos destes acervos para a exposição, com a mostra de armas de todos os tipos e uniformes militares, Gustavo Barroso e sua equipe tinham como objetivo ensinar a amar o passado, a amar as tradições do passado, a ter patriotismo. Na formação desse patriotismo, onde se aprende com as lições do passado, os militares seriam modelos a serem seguidos, heróis que “defenderam e formaram esta pátria”.<sup>50</sup>

Gustavo Barroso nunca escondeu sua predileção pela história militar e por seus respectivos heróis. Em 1911, publicou artigo chamado **Museu Militar**,<sup>51</sup> no qual destaca sua concepção de história, como culto ao passado e à tradição, ressaltando sua importância na formação e afirmação do Estado e da identidade nacionais. No referido artigo, este espaço dedicado ao “culto da saudade” seria o Museu Histórico Militar, cuja criação defende, ao destacar que:

*Do Club Militar parte a ideia da criação de um museu, onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros de nossos guerreiros e heróis: espadas que brilharam à luz das batalhas platinadas ou foram entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos (...).*

*Todas as nações têm seus Museus Militares guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os processos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não o possuímos.*

(...)

*Nos ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da historia. Nunca possuímos um verdadeiro museu militar. Nossas recordações guerreiras andam esparsas por mil logares, ao abandono, ou já desapareceram de todo.*<sup>52</sup>

Myrian dos Santos ressalta que Gustavo Barroso, como idealizador da exposição inaugural do MHN, imprimiu suas predileções pela história militar do período imperial, como

---

<sup>49</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, p. 34.

<sup>50</sup> Ibid., p. 35.

<sup>51</sup> BARROSO, Gustavo. **Museu Militar. Ideias e Palavras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editoria Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.

<sup>52</sup> Ibid., p. 27-29.

representativa do passado, já que a história republicana era bem recente, vista ainda como interdita à análise objetiva pelos historiadores, pois estes ainda encontravam-se envolvidos com o desenrolar dos acontecimentos. Segundo aquela historiadora, Barroso entendia o Estado Imperial como responsável pela unificação da nação brasileira,<sup>53</sup> etapa primeira para sua consolidação como nação pensada e construída sob a ordem e progresso.

O modo como Gustavo Barroso pensava o passado e narrava a história respondeu pelo direcionamento dado à exposição, com seu foco no “culto da saudade”, na valorização de um passado povoado por políticos e ações militares, cumpridores de deveres e defensores da pátria. Afinal, o nascimento da nação, na leitura dos republicanos, seria a independência do Brasil, cujo centenário a exposição comemorava e construía uma história de sua memória. A análise da atuação de Gustavo Barroso, idealizador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional é o tema do capítulo terceiro do presente estudo.

---

<sup>53</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, passim.

## Capítulo III

### O autor e a obra: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional

#### 3.1 Biografia e contexto: um esforço de historicização

Nos capítulos anteriores, procedemos a leitura do Museu Histórico Nacional/MHN como instituição identificada como lugar do “culto da saudade”, como “lugar de memória”, como espaço onde a história do país encontrava-se preservada e materializada nos objetos representativos do passado e expostos ao público, consoante às concepções de seu idealizador e primeiro diretor, Gustavo Barroso. A pesquisa realizada permitiu-nos também perceber que o MHN participou do processo de afirmação do Estado Nacional e de construção da nação, ao possibilitar a socialização de uma determinada concepção de memória histórica que atuou na afirmação do sentimento de patriotismo, indispensável à afirmação da nacionalidade, projeto caro ao regime republicano. Com efeito, trata-se de processo em que evidenciaram os interesses e objetivos do Estado republicano e dos grupos que o representavam e que nele exerciam o poder. Parece-nos, assim, indispensável, nesse esforço de historicização da criação e instalação do Museu Histórico Nacional, estabelecer a relação entre o pensamento e ação de Gustavo Barroso e a política cultural republicana, tendo como foco a obra do diretor e a primeira exposição do MHN. Assim, procuramos identificar as concepções de seu primeiro diretor acerca da história, do papel dos museus históricos e da educação histórica possibilitada pelas suas práticas cotidianas na formação cívica do cidadão brasileiro.

Para tal, parece-nos necessário uma primeira e breve incursão pela biografia de Gustavo Barroso, intelectual formado em direito, em 1912, em evidência na primeira fase da experiência republicana e primeiro diretor do MHN. Como os intelectuais de sua geração, ele atuava em diferentes setores da vida política e cultural, sendo deputado federal, entre os anos 1915 a 1917, diretor do Museu Histórico Nacional, entre 1922 a 1949, com um breve intervalo entre 1930 a 1932, membro da Academia Brasileira de Letras, desde 1923, e

também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1931. Acompanhamos alguns dos principais momentos de seu itinerário no esforço de compreender como ele se construiu, quais suas concepções e posições como intelectual, político e gestor público no contexto da Primeira República. A leitura de seus relatos biográficos, escrita entre 1939 a 1941, na trilogia de sua autoria – **Coração de Menino** (1939), **Liceu do Ceará** (1940),<sup>1</sup> e o **Consulado da China** (1941), revela-nos aspectos interessantes de sua localização no mundo.

Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza/CE, em 29 de dezembro de 1888, e morreu no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1959, aos 71 anos. Era filho de Ana Dodt Barroso, que morreu alguns dias após o nascimento do filho, e Antônio Filinto Barroso, tendo passado sua infância em uma fazenda, próxima de Fortaleza, com o seus avós e tios paternos. Em 1889, mudou-se para a capital do estado, para dar continuidade aos seus estudos, primeiramente em um liceu e, depois, em 1907, na Faculdade Jurídica do Ceará, curso que concluiu em 1912, já na cidade do Rio de Janeiro. Foi durante o seu curso de direito que Barroso iniciou sua vida como intelectual, escrevendo para jornais locais, e também para o **Jornal do Comércio**, no Rio de Janeiro, como correspondente desde 1911.

Em 1910, Gustavo Barroso mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, devido às pressões políticas oposicionistas, tendo concluído ali seus estudos. No Rio de Janeiro, cidade política, onde ele se projeta como um intelectual de renome nacional, ele envolve-se com a política. Em 1914, candidata-se ao cargo de deputado federal, exercendo o mandato entre os anos 1915 a 1917. Embora não consiga ser reeleito, ele permanece no cenário político e intelectual, pois conciliara seu trabalho de deputado com o de Chefe de Redação do **Jornal do Comércio**, entre 1914 a 1919, tendo também integrado o corpo editorial da Revista **Fon-Fon**, em 1916, além de publicar artigos em diferentes publicações da época. A partir de 1918, Barroso começa a articular sua candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, efetivamente conquistada em 1923.<sup>2</sup> Neste mesmo ano, ele também foi eleito membro honorário-estrangeiro da *Royal Society of Literature*, de Londres. Em 1922, Barroso foi indicado e nomeado para o cargo de Diretor do recém-criado Museu Histórico Nacional. Ele exerceu esse cargo até a sua morte, em 1959, apenas com um breve intervalo entre 1930 e

---

<sup>1</sup> O segundo livro da autobiografia de Gustavo Barroso, **Liceu do Ceará**, não fez parte das fontes analisadas neste estudo.

<sup>2</sup> Gustavo Barroso foi o terceiro membro a tomar posse da cadeira nº 19 da Academia Brasileira de Letras.

1932 período em que foi afastado de sua posição no contexto conturbado da Revolução de 1930.

Esses dados biográficos, com ênfase nos momentos mais significativos da vida pública do biografado, permitem-nos esboçar não apenas aspectos do itinerário de Barroso, mas também delinear alguns traços de seu perfil, cujo viés mais visível é sua escolha e atuação no campo da política e da cultura da Primeira República. Nesse sentido a biografia permite-nos acessar o contexto, as condições históricas de produção e vice-versa. Segundo Francisco Doratioto, em nossa contemporaneidade, durante muito tempo o gênero biográfico foi relegado ao segundo plano pelos historiadores. Por se tratar de uma abordagem do indivíduo na história, a perspectiva biográfica foi preterida na/pela historiografia do pós-guerra, preocupada com as grandes sínteses explicativas, com as dimensões estruturais e conjunturais da vida. Segundo aquele historiador, embora a perspectiva biográfica possibilitasse revelar alguns fatos e relações interessantes sobre os processos históricos, não era, porém, suficiente para explicá-los, sendo assim descartada, considerada um exercício intelectual supérfluo. Descartada porque, segundo o historiador, desviava o “historiador de sua tarefa mais nobre, a de analisar padrões de continuidade e de rupturas na história das sociedades. É compreensível, pois, a relutância que houve em escrever a história de um indivíduo”.<sup>3</sup>

Noutra direção reflete o historiador Benito Bisso Schmidt, para quem o estudo biográfico é reconhecido como “um espaço privilegiado para discutir temas centrais da historiografia contemporânea”. Assim, conforme ressalta, a biografia retornou aos estudos históricos nas últimas décadas do século XX, colocando-se como um movimento “amplo de renovação dos instrumentos conceituais e metodológicos da história”.<sup>4</sup> Nesse sentido, Schmidt defende e compartilha do movimento de retomada da perspectiva biográfica, do retorno do gênero da biografia ao campo historiográfico. Um apaixonado defensor da biografia é Giovanni Levi, ao ressaltar, que

*poder-se-ia dizer que houve épocas – talvez mais próximas – em que era possível relatar um fato histórico abstraindo-se de qualquer destino*

---

<sup>3</sup> DORATIOTO, Francisco. Escrever a História do Grande Personagem Histórico. PRIORI, Agnelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009, p. 14.

<sup>4</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 121.

*individual. Vivemos hoje uma fase intermediária: mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambiguidades.*<sup>5</sup>

Para o historiador italiano, a biografia pode ser utilizada com o objetivo de sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos, levando em consideração a experiência já vivida; ou, então, como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas.<sup>6</sup> Embora atravessada por ambiguidades, a biografia encontra-se a partir dos anos 1970 no centro das preocupações dos historiadores. Para Giovanni Levi, o uso de biografia no campo historiográfico se dá basicamente segundo quatro tipologias de abordagens: prosopografia e biografia modal, biografia e contexto, biografia e casos extremos e biografia e hermenêutica.<sup>7</sup>

A primeira tipologia, a prosopografia e a biografia modal, é a que não se refere a uma biográfica verídica, mas ao uso de dados biográficos para fins prosopográficos. Nessa abordagem, como ressalta o autor, “os elementos biográficos que constam das prosopografia só são considerados historicamente reveladores quando têm alcance geral”.<sup>8</sup> Entende-se, portanto, que este tipo de abordagem biográfica tem como interesse principal o levantamento de dados e fatos sobre o indivíduo com a finalidade de representarem significativamente o interesse central e geral do historiador. Um exemplo de trabalho com este tipo de biografia são os trabalhos com a história das massas e dos anônimos produzida pelos historiadores das mentalidades.

A segunda tipologia é a que relaciona a biografia e o contexto, na qual a biografia conserva suas especificidades, sem desprezar, porém, o contexto do personagem, visto como indispensável para acessar as singularidades do biografado. Para o historiador, o contexto remete a duas perspectivas diferentes:

---

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 167.

<sup>6</sup> Ibid., p. 167.

<sup>7</sup> Giovanni Levi destaca que certamente esta classificação por ele promovida é parcial, porém ela visa lançar luz sobre a complexidade irresoluta da perspectiva biográfica. Ibid., p. 174.

<sup>8</sup> Ibid., p. 174.

*Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. (...)*

*Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado.<sup>9</sup>*

O autor ressalta que este tipo de abordagem geralmente tem ótimos resultados, pois consegue manter o equilíbrio entre a especificidade individual e o sistema social como um todo. Adverte, porém, quanto ao risco que se pode incorrer, nesta relação biografia/contexto, de apresentar este como “algo rígido, coerente, e que serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia”.<sup>10</sup>

A terceira tipologia apresentada também destaca o contexto, mas, nesse caso, aquele é explicado por meio do uso de casos extremos na biografia. O autor destaca que a diferença desta tipologia para a anterior é que nesse terceiro caso, “o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estática, mas por meio de suas margens. Descrevendo os casos extremos, lança-se luz precisamente sobre as margens do campo social dentro do qual são possíveis esses casos”.<sup>11</sup> Para exemplificar o uso dessa terceira tipologia, Levi cita o clássico trabalho de Carlo Ginzburg, **O Queijo e os Vermes**, no qual o historiador analisa a cultura popular através do estudo da história do moleiro Menocchio, considerado um caso extremo. Este exemplo lhe permite concluir que mesmo um caso extremo pode-se revelar representativo. Por último, Levi destaca a tipologia da biografia e hermenêutica, baseada na abordagem interpretativa, isto é, que confere significados aos discursos do biografado. Para o historiador:

*Nessa perspectiva, o material biográfico torna-se intrinsecamente discursivo, mas não consegue traduzir-lhe a natureza real, a totalidade de significados que pode assumir: somente pode ser interpretado, de um modo ou de outro. O que se torna significativo é o propósito ato interpretativo, isto é, o processo de transformação do texto, de atribuição de um*

---

<sup>9</sup> Ibid. p. 175-176.

<sup>10</sup> Ibid., p. 176.

<sup>11</sup> Ibid., p. 176-177.

*significado a um ato biográfico que pode adquirir uma infinidade de outros significados.*<sup>12</sup>

A leitura que fizemos de Gustavo Barroso encontra-se abrigada na segunda tipologia, pois procuramos localizá-lo em seu contexto temporal, o da Primeira República e do seu projeto de legitimação e afirmação do Estado Nacional. Como integrante da geração dos intelectuais de sua época que pensavam o Brasil e a sociedade brasileira à luz da lógica militar positivista, Gustavo Barroso defendia a importância do patriotismo e do dever cívico, do culto às tradições guerreiras, como valores fundamentais na construção da ordem republicana. Para ele, o progresso material e moral da nação não poderiam ser construídos desatrelados da ordem assentada nos valores do passado, particularmente aqueles relacionados à tradição, à família e aos costumes. Trata-se de pensamento atravessado por uma ambiguidade, pois, ao mesmo tempo, faz a defesa do novo, traduzida no apoio ao regime republicano, e também a defesa dos antigos valores. Pensamento cujo viés conservador aparece na proposta do “culto da saudade”, defendida por ele e por muitos de sua geração. É conservadora sua visão do presente, pois atrela este passado, aos sentidos do passado. Tal compreensão desse modo de ver o mundo de Barroso transparece em sua obra memorialística. Esta, tal como defende Rebeca Gontijo,

*contribuiria para a compreensão da personalidade do autor/escritor. As cartas de intelectuais fornecem informações que podem ser utilizadas na elaboração da memória, estimulando o imaginário sobre o mundo dos autores/escritores.*<sup>13</sup>

### **3.2 Gustavo Barroso: pensamento e ação**

Acessar o mundo de Gustavo Barroso, sua localização neste, seu modo de ser, de pensar o passado, de avaliar o presente e de fazer projeções para o futuro foi desafio que

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 178.

<sup>13</sup> GONTIJO, Rebeca. “‘Paulo amigo’: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 166.

enfrentamos fazendo a leitura de algumas de suas memórias e artigos, e também, dos registros da primeira exposição do Museu Histórico Nacional. No primeiro livro da trilogia, **O Coração de Menino**, Gustavo Barroso aborda o período de sua infância, vivida junto com seus avós e tias em uma fazenda no Ceará. Ao relembrar sua infância, o autor traz à tona alguns temas comuns em suas obras, dentre eles, a questão da tradição, do descaso com os monumentos do passado, o patriotismo, a importância da família, a honra, os feitos e conquistas militares, os personagens exemplares. Nesse primeiro livro, como atenta Cerqueira, é destacado o

*diálogo entre o adulto e o menino, onde o segundo é percebido como a própria encarnação do passado, envolto em relíquias, como a casa, os objetos, os costumes e os parentes (...). A descrição da casa e a caracterização dos parentes constituem não apenas uma forma de apresentar sua família, como também, um artifício capaz de desvelar as origens de seu pensamento adulto e, principalmente, seu amor ao passado.<sup>14</sup>*

Se o primeiro livro da série autobiográfica é demarcado, cronologicamente, pelo “diálogo entre o adulto e o menino”, no segundo livro da série estabelece-se o diálogo entre o adulto e o adolescente, e no terceiro livro, é o adulto quem relembra. No segundo livro, **Liceu do Ceará**, de 1940, ele enfoca o período entre os anos de 1889 a 1906, percurso de vida em que estudou em Fortaleza/CE, e que se encontra demarcado pela experiência de morar longe de casa, no convívio com amigos, adolescentes como ele, assim como com alguns mestres mais próximos. No terceiro livro, **O Consulado da China**, de 1941, o autor faz referências diretas a um de seus locais preferidos na cidade de Fortaleza, a república de estudantes em que viveu, conhecida como Consulado da China. Segundo aquela historiadora, este lugar foi de grande importância para Gustavo Barroso, já que a ele

*esteve associada, principalmente, a ideia de refúgio, pois, se por um lado significava o espaço onde era possível apresentar ideias livremente, por outro, a república ofereceria segurança, que passou a ser fundamental nesse*

---

<sup>14</sup> CERQUEIRA, Erika Morais. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso.** Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof. Dr. Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 29.

*momento, pois o autor sofreu ameaças de perseguição policial, sendo obrigado a se esconder.*<sup>15</sup>

As perseguições policiais, citadas por aquela autora, são desdobramentos do trabalho jornalístico de Barroso, com a publicação de artigos com críticas e comentários que incomodavam autoridades e chefes locais. Em seu trabalho como jornalista, Barroso defendia ideias republicanas compartilhadas por setores do Exército, contrárias aos interesses e ações dos grupos oligárquicos no poder, particularmente a família Acioli, no Ceará. Tal posição política levou Gustavo Barroso a “ser obrigado a se esconder” no Consulado da China para fugir das represálias costumeiras. Além de lembrar o seu trabalho como jornalista da oposição, o último livro da trilogia autobiográfica também descreve o cotidiano do sertão nordestino, suas tradições e costumes, dimensão importante na configuração do modo de ser do autor.

Com efeito, ao longo da trilogia autobiográfica, mas principalmente no primeiro livro da série, Gustavo Barroso destaca a importância da família e das tradições em sua formação, e por associação também na formação da maioria dos jovens de sua geração. A narrativa autobiográfica é texto, e sobretudo pretexto, para o autor ressaltar sua origem familiar europeia, branca e escolarizada, superior à da maioria das famílias brasileiras, formadas por mestiços analfabetos ou semialfabetizados. Assim, o autor destaca a origem germânica de sua família, o avô, engenheiro alemão que se mudou para o Brasil no final do século XIX, apaixonou-se pela nova terra e nunca mais voltou para a Alemanha. A suposta origem superior, em razão da escolaridade e raça, responderia pelo seu exagerado senso cívico, apego ao passado e amor à pátria, em meio a um contexto em que poucos davam valor a isso, em que o “culto da saudade” não existia, soava como algo estranho, incompreendido, desnecessário.

Ao destacar a influência do círculo familiar em sua vida, Gustavo Barroso, também, enfatiza a ausência de seu pai, Antônio Filinto Barroso, apresentado como um homem pouco presente, que entregou os filhos aos cuidados de parentes após a morte da esposa<sup>16</sup>. Em suas memórias, Barroso descreve o pai como um homem indiferente aos filhos e à família. Nas lembranças do autor, o pai

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 40.

<sup>16</sup> Os irmãos mais velhos de Gustavo Barroso, Ana e Valdemar, foram entregues aos cuidados de seus avós maternos, em São Luiz/MA. Gustavo Barroso, como era recém-nascido, e poderia não sobreviver à viagem até a

*raramente fala comigo e parece, ao meu ver, não me dar muita importância. Desde pequenino, por falta de um afeto maternal gerador de confiança ilimitada, eu me acostumara a viver muito comigo mesmo e a deixar-me solicitar sempre, em vez de solicitar.*<sup>17</sup>

Apesar desse distanciamento, a figura paterna teve influências no modo de pensar de seu pai nas obras de Barroso. Tal como o filho, Antônio Filinto Barroso, também fazia a defesa dos valores e tradição do passado, dentre elas a superioridade aristocrática frente os “espasmos da ralé”. Criado em meio a tal cultura familiar, Barroso dela compartilhava e defendia, ao registrar que:

*Eu já conhecia esse modo de pensar do meu pai, em cujo espírito a confusão do século XIX não conseguira apagar o amor ancestral da tradicionalidade. Sem religião ele admirava a Igreja pela sua perenidade vitoriosa. Admirador da Revolução Francesa, ele detestava os espasmos da ralé. Desde o alvorecer de minha vida, ouvira-o sempre falar dessa maneira das cousas antigas, como rebento de gente tradicional de nossa terra.*<sup>18</sup>

Nesse culto, às “coisas antigas”, revela-se o viés tradicional desse “rebento” da família cearense, com seu apego à valorização da família e das tradições. Daí o destaque dado à participação de suas tias e tios paternos em sua formação. A ausência da mãe não impediu que ele tivesse uma sólida formação educacional e moral, dada por suas tias, que foram responsáveis pela sua alfabetização. Os tios, por sua vez, foram os responsáveis pela introdução do menino no mundo da história militar, ao lhe contarem os fatos e eventos da Guerra do Paraguai, com enaltecimento de seus comandantes e das ações militares. Em toda a trilogia há referências aos feitos militares, pois como ele mesmo explicita:

*Minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo o que se refere á vida guerreira que todos os amigos e conhecidos do meu pai me auguram um futuro de soldado. Na nossa família há o culto da tradição da*

---

capital maranhense foi criado pelos entes paternos. BARROSO, Gustavo. **O Coração de Menino**. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000, passim.

<sup>17</sup> Ibid., p. 25.

<sup>18</sup> Ibid., p. 25.

*pátria e a estima pela bravura pessoal. Quando brigo com outros meninos na rua, se apanho, fico calado para que se não saiba, porque ninguém toma minhas dores. Meu pai repete sempre que um homem aprende a defender-se à sua custa. Se bato e vêm fazer-lhe queixa, não me castiga por isso. Seu lema é que não se traz desaforo para casa.*<sup>19</sup>

Criado no “culto da tradição da pátria e a estima pela bravura pessoal”, valores ensinados e reafirmados no convívio com a família, Barroso desde cedo mostrou seu interesse pela vida militar. Todavia, embora reconheça seus familiares como os responsáveis por esse seu interesse, Barroso também os responsabiliza pela sua escolha pela profissão de advogado e não pela carreira militar, que era a de sua preferência. Segundo seu relato, quando teve que escolher sua carreira, cuja preferência era a de cursar o Colégio Militar e tornar-se engenheiro, sua família o pressionou para torna-se um bacharel em direito. Contra a sua vontade, ele abandonou o sonho antigo de tornar-se militar, para não contrariar a família, pois

*Quando eu revelava minhas tendências para militar, era um Deus nos acuda de protestos. Desde a mais tenra idade o ambiente doméstico guerreava as minhas aspirações. A guerra foi tal que acabei bacharel contra a minha vontade. Sinto dentro em mim sempre uma revolta surda.*<sup>20</sup>

Talvez como forma de compensação, o autor, embora civil e advogado, fez calorosa defesa dos valores militares como honra e disciplina, da importância da família e da tradição, concepções orientadoras da organização das corporações militares. Não por acaso, o civil com “vocaçãõ” frustrada de militar expressa seu pensamento conservador e autoritário quando pensa o país e seu futuro. Ao longo de sua vida, Gustavo Barroso publicou quinze livros<sup>21</sup> sobre a temática militar, além de vários artigos em jornais, revistas e nos **Anais do Museu Histórico Nacional**, defendendo um modo de ser sintonizado com o dos militares. Foi defensor da criação de museus, lugares dedicados ao “culto da saudade”, fossem eles um museu militar ou um museu histórico. Na análise de Afonsina Maria Augusto Moreira,

---

<sup>19</sup> BARROSO, Gustavo. **O Coração de Menino**. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000, p. 84.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>21</sup> Os livros publicado por Gustavo Barroso cuja temática refere-se à história militar são **Tradições militares** (1918), **Tratado de Paz** (1919), **Uniformes do Exército** (1922), **A guerra do Lopez** (1928), **A guerra do Flores** (1929), **A guerra do Rosas** (1929), **A guerra de Vidéo** (1930), **A guerra de Artigas** (1930), **O Brasil em face do Prata** (1930), **O Integralismo em marcha** (1933), **O Integralismo e o mundo** (1933); **Caxias** (1945); **História do Palácio** (1953), e **Itamarati** (1953).

“Barroso adulto consolou a dor do menino dando atenção ao tema militar na prática intelectual”.<sup>22</sup> Com efeito, sua “surda revolta” com a família por impedi-lo de seguir a carreira militar foi compensada pelo investimento dado à vida militar em seus escritos, portanto, em seu pensamento e ação. Como explicitado em artigo de sua autoria, de 1942, publicado nos **Anais do Museu Histórico Nacional**:

*Apesar de não ser militar, são militares os pendores do meu espírito, que seguiu, contrariado pelas circunstâncias, rumos diversos do que almejava. Desde minha mocidade me dediquei ao estudo e ao comentário de nossos fatos guerreiros, em todos ou em quase todos seus aspectos. Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares.*<sup>23</sup>

A mudança para o Rio de Janeiro, capital federal, ocorreu em 1910, e teve como um de seus motivos as acusações feitas por ele, na imprensa, sobre irregularidades no mandato do presidente do Estado do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Accioly (1908 a 1912), além de abuso de autoridade por parte do partido situacionista. As críticas do autor foram entendidas como afrontas diretas ao governo do Estado, que reagiu com perseguições a Barroso, inclusive com manifestações diárias no jornal situacionista **A República**, no qual procurava denegrir sua imagem. Em relação aos ataques sofridos no jornal, Barroso lembra que

*“A República” mantinha uma secção diária de mofinas, o Dizem por aí, que começou a se ocupar comigo em 1908 e nunca mais me deixou de mão. Chamava-me Gustavo-Besteira, Gustavo-Garapa, Gustavo-Xarope e o Opilado. O que eu escrevia não passava de “tempestades e sandices.”*<sup>24</sup>

Quando as ameaças deixaram de ser apenas “seções diárias de mofinas” no jornal situacionista, e tornaram-se mais visíveis e palpáveis, com ameaças de prisão e outras

---

<sup>22</sup> MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da Saudade: memória e esquecimento em Gustavo Barroso**. Tese de Doutorado. Orientadora: Profª. Dra. Estefânia Knotz Cangaçu Fraga. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2006, p. 199.

<sup>23</sup> BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**, vol. 3. Rio de Janeiro: 1942, p. 402.

<sup>24</sup> BARROSO, Gustavo. **O Consulado da China**. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1941, p. 198-199.

punições policiais, Barroso mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi neste período de ameaça que Gustavo Barroso, temeroso por sua vida, passou a evitar circular pela cidade de Fortaleza e procurou asilo nos consulados estudantis, em especial o Consulado da China. Os consulados, como descreve o autor, eram repúblicas estudantis espalhadas pela cidade

*(...) ofereciam-me asilo a cada passada. Muitas vezes dormi em um ou outro dêles. Outras, quando os capangas me esperavam na Rua Major Facundo, entrava pela Formosa ou por ela saía, pulando o muro do Consulado do Japão. Isso forçou-me a andar à noite quasi sempre disfarçado.*<sup>25</sup>

Outro motivo atribuído à sua mudança para Capital Federal foi o desejo de concluir os estudos na Universidade Federal, pois era um dos caminhos para operar sua inclusão na intelectualidade do país. Em 1906, como já mencionado, paralelamente aos estudos, Barroso começou a trabalhar como jornalista, publicando o seu primeiro artigo “O Descobrimento da América”, no jornal de Fortaleza **A República**. Em 1907, junto com alguns colegas de faculdade, fundou o jornal **O Garoto**, espaço de luta contra as oligarquias no poder.

Assim, em 1910, com apoio de amigos e familiares, Gustavo Barroso mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando uma nova fase de sua vida, ao integrar o seleto grupo de intelectuais da Capital Federal. Sobre sua vida no Rio de Janeiro, Barroso descreve com contentamento sua decisão de mudar-se, pois já bem moço, aos vinte e poucos anos ele já “era Deputado Federal pela minha terra e a não desonrava em meu mandato. Aos trinta e quatro, sentava-me numa das poltronas da Academia Brasileira de Letras”.<sup>26</sup> Gustavo Barroso candidatou-se, em 1914, a Deputado Federal pelo Partido Republicano Conservador do Ceará, exercendo o mandato pelo o período de 1915 a 1917.

Como civil, com espírito de “pendores militares”, Barroso dedica-se desde a mocidade à tarefa muitas vezes incompreendida de defender o brilho das esquecidas glórias e tradições militares. Com efeito, como deputado federal pelo Estado do Ceará, Gustavo Barroso apresentou dois projetos – o da criação do “Dia do Soldado” e dos “Dragões da

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 231.

<sup>26</sup> BARROSO, Gustavo. **Liceu do Ceará**. Rio de Janeiro: Getúlio M. da Costa, 1940. *Apud*. CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof. Dr. Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 39.

Independência”, corpo da cavalaria que faria a proteção ao Presidente da República, sendo seu uniforme baseado na guarda de honra de D. Pedro I, imortalizada no quadro *Independência ou Morte* de Pedro Américo.<sup>27</sup> A associação entre o poder imperial, legitimamente constituído, e o da presidência da República, cuja legitimidade é buscada na história e ganha visibilidade com a presença das forças armadas, é a proposta contida no segundo projeto. E, sobretudo, assegura continuidade histórica ao regime republicano. O projeto de lei de criação dos Dragões da Independência, transformado posteriormente em artigo publicado no livro **Ideias e Palavras**, em 1917, destaca os objetivos desse regimento da cavalaria do Exército:

*O primeiro regimento de cavalaria do nosso Exército, que conta mais de um século de existência e se distinguiu em todas as campanhas, em virtude de lei devia passar a chamar-se regimento dos dragões da independência, usando a farda tradicional dos guardas de honra. Com ella, daria guarnição nesta capital, escolta ao presidente e aos diplomatas estrangeiros, guarda no palácio do governo, sentinelas nas escadas do Itamaraty em dia de festa e carga na revista de sete de setembro.*

(...)

*Os dragões da independência teriam um uniforme tradicional e histórico. Representariam a criação do novo Exército com a criação da nova nacionalidade. Symbolisariam a tradição da raça com a evocação dos celebrados dragões portugueses, dragões da Vimieira, nas guerras da Europa, dragões das Minas, que policiavam os sertões, dragões de Milicias, que participaram das rebeldias antigas.*<sup>28</sup>

Inscrito também no “culto da saudade”, defendido por Gustavo Barroso, os Dragões da Independência simbolizariam as tradições guerreiras da nação brasileira, contribuindo assim para a “criação de uma nova nacionalidade”, moderna, mas com respeito ao passado. Na avaliação saudosista de Barroso, não havia no país uma política de culto ao passado, situação que se revelava mais agravante ao comparar o Brasil com as nações europeias ou com os Estados Unidos, considerados exemplos de países civilizados e

---

<sup>27</sup> O projeto de criação do corpo de cavalaria recebeu diversas críticas, mas chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados, porém não chegou a ser votado pelo Senado Federal. Um dos motivos para a contrariedade em relação à proposta foi o fato de os soldados arcarem com a compra dos uniformes, mediante um adiantamento dado pelo governo. Somente na década de 1920, com a aproximação do Centenário da Independência que o assunto voltou a ser debatido, entretanto somente no desfile de 7 de setembro de 1926 é que os Dragões da Independência foram instituídos por determinação do Ministro de Guerra. *Ibid.*, p. 49-50.

<sup>28</sup> BARROSO, Gustavo. *Os Dragões da Independência. Ideias e Palavras*. Rio de Janeiro: ed. Leite Ribeiro & Maurillo, 1917, p. 46 e 47.

modernos, que preservavam suas tradições. Na comparação realizada, Barroso ressalta que, contrariamente ao ocorrido no Brasil, o “espírito militar europeu é o mais tradicionalista possível. Ainda hoje considera a cavalaria única arma nobre (...). e nós nada possuímos de semelhante. Jamais guardamos uma tradição guerreira. Nada nos recorda a Independência nem as nossas guerras estrangeiras, em que sempre vencemos”.<sup>29</sup> Para ele, esse silenciamento quanto à participação dos militares na construção da nação, esse descaso para com nossas tradições guerreiras, era um crime imperdoável. Foram vários os trabalhos e ações de Gustavo Barroso em defesa dessa tradição e dos valores a ela subjacente. A criação do MHN tinha em vista cultivar essa memória, buscava tornar efetiva uma política de patrimonialização do passado.

Em tempos como aqueles das primeiras décadas do século XX, em que transformação e mudança são palavras de ordem e também demandas dos setores médios e populares da sociedade, a carreira política de um jovem deputado que defendia a tradição e o passado não encontrou muito apoio junto à sociedade. Assim, Barroso não conseguiu se reeleger como deputado federal, o que não significou o seu afastamento da esfera política. Ele esteve atuante politicamente, como secretário da delegação brasileira, acompanhando o então senador Epiácio Pessoa,<sup>30</sup> chefe da delegação brasileira, à Conferência de Paz de Versalhes, em 1919; e como diretor do MHN por um longo período. Sua participação na delegação foi, por certo, um dos motivos da escolha de seu nome como diretor do Museu Histórico Nacional pelo então Presidente da República Epiácio Pessoa. Afinal, ambos compartilhavam o projeto comum de tornar o Brasil uma nação civilizada e moderna, combinando tradição e modernidade, nos moldes dos países por eles visitados. A amizade entre eles – ambos egressos de tradicionais famílias do nordeste – também pode ser apontada como um fator decisivo na sua indicação como diretor do Museu Histórico Nacional, medida que recebeu diversas críticas a época.

A perspectiva conservadora e autoritária de leitura do mundo de Barroso identificou-o com o programa da Ação Integralista Brasileira (AIB),<sup>31</sup> tendo filiado-se a ela

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 41 e 45.

<sup>30</sup> Durante a sua participação como representante da delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes Epiácio Pessoa foi indicado como candidato à presidência da República, após a morte de Rodrigues Alves. Nas eleições de 1919, Epiácio teve 286.373 votos contra 116.414 votos dados a Rui Barbosa, vencendo as eleições sem nem ter saído da França. Retornou ao Brasil em 21 de junho de 1919. PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

<sup>31</sup> Sobre o assunto ver: CARNEIRO, M. L. T. Sob a máscara do nacionalismo: autoritarismo e antisemitismo na Era Vargas (1930– 1945). **Revista Universidade de São Paulo**, 1990; TRINDADE, Hélio. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In Fausto, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São

em 1933. A AIB foi uma organização política de âmbito nacional inspirada no fascismo italiano, fundada por Plínio Salgado, em 1932, e que teve entre seus dirigentes, intelectuais como Alceu Amoroso Lima. As influências fascistas na AIB podiam ser notadas não apenas na proposta de condução autoritária dos destinos do país, mas também no uso de símbolos e rituais “com os quais buscava afirmar sua identidade, como os uniformes verdes envergados nas manifestações públicas, a letra grega sigma usada como emblema, e a saudação *Anauê!* empregada por seus militantes. O lema da organização era Deus, Pátria e Família”.<sup>32</sup> A historiadora Maria Luíza Tucci Carneiro ressalta que a AIB era uma organização política partidária de cunho tradicionalista que aglutinava os adeptos defensores da

*construção de uma sociedade caracterizada pelo tradicionalismo, pela moral cristã em oposição ao liberalismo e, ainda que (...) marcados pelo nacionalismo, os teóricos integralistas expressavam o ódio ao capitalismo e ao comunismo, propondo a organização dos segmentos sociais, eliminando a luta de classes.*<sup>33</sup>

No integralismo, Barroso defendeu prontamente suas ideias antissemitas, consoantes às orientações ideológicas desse partido, cujos modelos foram os regimes totalitários alemão e italiano da época. Como membro da AIB, Gustavo Barroso participou, em 1937, do plebiscito para a escolha do candidato integralista à presidência nas eleições previstas para 1938, obtendo 13.397 votos em oposição à Plínio Salgado, que o venceu com 846.554 votos. Em 1937, Getúlio Vargas proibiu todos os partidos políticos do país, inclusive a AIB, apesar do apoio desta à sua luta contra os comunistas ligados à Intentona de 1935. Tal como o Partido Comunista, também o integralista foi declarado ilegal, pelo Governo Vargas, em 1937, situação que levou Gustavo Barroso a abandonar seus quadros e sua militância, pois recusou-se a continuá-la na clandestinidade.

---

Paulo, Difel, 1971; PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

<sup>32</sup> CPDOC/FGV. **Anos de Incerteza (1930 - 1937) - Ação Integralista Brasileira.** Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>> acesso em 20/dez./2012.

<sup>33</sup> CARNEIRO, M. L. T. Sob a máscara do nacionalismo: autoritarismo e antissemitismo na Era Vargas (1930–1945). **Revista Universidade de São Paulo**, 1990, p. 3 *Apud.* CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso.** Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof. Dr. Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 50.

### 3.3 O lugar da prática do “Culto da Saudade”

No campo do jornalismo, Gustavo Barroso foi chefe de redação do **Jornal do Comércio**, entre 1914 a 1919, e parte do corpo editorial da Revista **Fon-Fon**, a partir de 1916, periódicos onde publicou um grande número de artigos sobre os mais diversos assuntos. Um dos temas recorrentes nos artigos de Barroso foi a defesa da tradição e do patrimônio nacional. Foram vários os artigos publicados sobre esta temática, porém um dos mais emblemáticos foi o **Culto da Saudade**, publicado em 1912 pelo **Jornal do Comércio**, sob o pseudônimo de João do Norte.<sup>34</sup> O artigo foi republicado em 1917, no livro **Ideias e Palavras**, que é uma coletânea de artigos de Gustavo Barroso, organizada pelo próprio autor. Em 1997, em dossiê comemorativo dos setenta e cinco anos do Museu Histórico Nacional o artigo foi novamente publicado, junto com outros trabalhos significados como representativos do pensamento de Gustavo Barroso. No referido artigo, em tom de indignada denúncia Gustavo Barroso faz avaliação crítica da situação de descaso existente no país no que concerne aos seus monumentos, tradições, costumes e objetos do passado:

*Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Só uma coisa se mantém perpétua e imutável: o carnaval, que não é autóctone. O mais morre a pouco e pouco. Até os cordões desaparecem.*

*Estamos em dezembro, mês das velhas usanças, das festas que os ascendentes nos legaram, mês do Natal. Que temos? Nada. Somente os sapatos à janela, grotesca imitação dos sapatos à lareira. Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes artérias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a fisionomia costumeira das festas anuais. O Rio não tem mais tradições. Como cidade, é um exemplo único à face da terra.<sup>35</sup>*

---

<sup>34</sup> Era este o pseudônimo que Gustavo Barroso adotou, a partir de 1907, para assinar seus artigos no *Jornal do Ceará*. Isto aconteceu devido a sua postura oposicionista, que se cristalizava em violentos artigos contra o governo provincial. Tendo se transferido para o Rio de Janeiro no ano de 1910, em circunstâncias não muito bem explicadas (um de seus biógrafos sugere que estava sob ameaça de morte), manteve o pseudônimo, sob o qual apareciam quase todos os artigos que publicava no *Jornal do Comércio*, onde passou a trabalhar. BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 32.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 32.

O foco do artigo é a denúncia ao descaso da sociedade e dos governantes pelo passado do país e a defesa de sua preservação com o “culto da saudade”. Ao fazer a denúncia, Barroso, ao mesmo tempo, defende a criação de museus, espaços institucionais, para reunir, preservar e expor os objetos representativos do passado da nação. Para o autor, os objetos e tradições deveriam ser vistos como constitutivos da história nacional, e por esta razão deveriam ser preservados da ação do tempo e dos efeitos destrutivos da desmemorialização provocados pela modernização da sociedade. Esta preservação apresentava-se indispensável à formação do sentimento identitário de cada brasileiro como integrante da nação, como parte constitutiva da identidade nacional republicana que se definia também por oposição ao antigo regime imperial. Para ele, os objetos, ao serem expostos ao público, como materialidade representativa do passado, auxiliariam no processo de afirmação do Estado Nacional, posto incluir o elemento da identidade nacional.

Em sua análise, Barroso enfoca justamente a Capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, como símbolo do quadro de abandono e descaso com os monumentos, as tradições e os costumes, “exemplo único à face da Terra”. E esta escolha não foi por acaso, afinal o Rio de Janeiro era a sede do governo federal, cidade vista, desde o Império, como “pólo civilizador da nação”<sup>36</sup>. Ao contrário de outras capitais europeias que souberam conciliar tradições e mudanças, com suas políticas culturais de memória, a cidade do Rio de Janeiro, segundo Barroso, serviu como exemplo ímpar do descaso em relação ao passado, ao patrimônio cultural do país. Fazendo uso retórico da comparação com outros países da Europa e com os Estados Unidos, Barroso destaca, ao longo do artigo, o descaso em que se encontra o passado da cidade e do país, traduzido no abandono dos monumentos, tradições, costumes e valores pretéritos. Interpela o leitor ao assinalar que a sociedade brasileira ainda não se encontrava preparada para o “culto da saudade”, incitando-a a iniciar esse culto.

Barroso ressalta em diversos trabalhos a importância da preservação das tradições e do passado, comparando a sociedade brasileira com as sociedades consideradas civilizadas à época. Foi o que fez, por exemplo, em artigo em que destaca a importância da criação de um museu militar no país, ao comparar o Brasil com as sociedades europeias modernas:

---

<sup>36</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In. NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pg. 24.

*Todas as nações têm museus militares, guardando tradições guerreiras, documentando o progresso dos armamentos e das táticas, exaltando o culto das glórias passadas. Somente nós não os possuímos ainda.*

(...)

*A Hespenha tem a Armaria Real; Portugal, o Museu de Artilharia; a Allemanha, dezenas de museus; a Inglaterra espargue na Abadia de Westminster, no Palácio de Buckingham e no British Museum todas as relíquias gloriosas. Em todas as nações pedem das arcadas gothicas, alinham-se nas salas publicas balsões polychromaticos, panóplias de armas, testemunhas das guerras antigas.<sup>37</sup>*

Para ele, não bastava a modernização, demandada pela sociedade e prometida pelos governos republicanos, conforme apontado na Exposição Internacional do Centenário, para o país ser considerado uma nação civilizada. Para tal, a sociedade deveria também defender a tradição, isto é, deveria aprender a preservar o seu passado e suas tradições, através da criação de um espaço próprio para abrigar o “culto da saudade”, para abrigar a história da memória dos feitos militares, das tradições guerreiras, tal como procediam as nações europeias. Procurando fortalecer sua tese, Barroso, citou um exemplo caro aos republicanos, o dos Estados Unidos, nação moderna e jovem, que já apresentava uma política de preservação da memória do passado e de valorização de suas tradições guerreiras, contrariamente ao Brasil, onde nada foi feito a respeito desse assunto.

Esse receio de desmemorização diante do acelerado processo de industrialização e modernização dos principais centros urbanos do país aparece no discurso de Gustavo Barroso. Em sua obra, ele defende a criação de museus e de uma política de patrimonialização dos monumentos ameaçados de destruição e/ou extinção em meio àquele processo. Segundo Cerqueira, o novo ritmo que se impunha às populações das cidades brasileiras “impedia o apego aos rituais do passado e Barroso parecia querer deter, o tempo ao impor regras de conservação do passado material e imaterial”.<sup>38</sup> Assim, a ideia de “culto da saudade”, apregoada por aquele, é entendida como um projeto de paralisar o tempo, ou seja, “trazer o passado para perto do presente, materializá-lo e experienciá-lo como se estivesse ainda ocorrendo”<sup>39</sup>. Nesse sentido, trata-se de uma leitura conservadora do tempo histórico, pois há

---

<sup>37</sup> BARROSO, Gustavo. Museu Militar. In. **Ideias e Palavras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editoria Leite Ribeiro & Maurillo, 1917, p. 25 e 29.

<sup>38</sup> CERQUEIRA, Erika Morais. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof. Dr. Helena Miranda Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 57.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 57.

a recusa em percebê-lo em sua dinâmica, em sua ação transformadora e ao buscar congelá-lo, aprisioná-lo à sua dimensão passada.

Com efeito, Gustavo Barroso ressaltou em alguns trabalhos seu receio com a modernização, vista por ele como desenfreada e desorganizada, envolvendo pessoas e cidades brasileiras. Para ele, as várias reformas urbanas, sociais e políticas promovidas no país de nada iriam adiantar se não houvesse um acordo de convivência com as tradições, com as lembranças do passado. Para ele, na efervescência da vida moderna coexistem ideias do passado que é, finalmente, a “essência das coisas humanas”. Fazendo apologia do passado, ele ressalta que

*no corre-corre, na lufa-lufa, no vai-vem desta prodigiosa época de aviões e radiote'ografia, a palavra passado provoca quase sempre um risinho de mofa. Mas a pressa dos dias atuais, as necessidades decorrentes da existência moderna não matarão nunca o passado, porque êle é a essência das coisas humanas. É o saber acumulado, é a experiência ganha, é o caminho feito, é o que há-de verdadeiramente conquistado. O presente escapa à relatividade do nosso conhecimento. Ainda bem não é e já deixa de ser. E o futuro resulta dos materiais que nós e todos os que nos antecederam reuniram. O desprêzo do passado seria mais do que ingratidão, porque seria inconsciência. Por êle é que, na premissa positivista, os mortos governam os vivos. E por isso um luminoso espírito francês aconselha guardar carinhosamente as tradições, porquanto elas, parece, nos prolongam a nós mesmos, como que nos ligando mais intimamente, tanto aos homens que morreram como aos homens que ainda hão-de vir.<sup>40</sup>*

Investir na modernização, sem descartar, porém, o passado, esse “o saber acumulado” é causa defendida por Barroso. A ideia de modernização localiza-se, porém, dentro dos seus limites: pensamento conservador que aprisiona o futuro aos sentidos do passado, ou seja, a projeção da modernização no presente atem-se ao desenho e limites dados pelo tempo passado. O que conta é o passado, o presente e o futuro são temporalidades resultantes do passado, “dos materiais que nós e todos o que nós antecederam reuniram”, como ele mesmo explícita. Nessa lógica em que “os mortos governam os vivos”, Barroso encontra receptividade ao seu discurso entre intelectuais conservadores de sua geração e também entre os setores identificados com o seu pensamento, tal como os militares. Trata-se

---

<sup>40</sup> BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. **Anais do Museu Histórico Nacional**, vol. V. Rio de Janeiro: 1944, p. 12.

de modo de ver o mundo que é confrontado pela geração dos intelectuais do movimento modernista, que propõem justamente a ruptura com esse tipo de relação com o passado: investem no presente libertado do fardo do passado, pensado com liberdade, ousadia e autonomia. Propondo congelar o tempo presente, com a patrimonialização do passado nacional, Gustavo Barroso defende sua visualização material por meio de uma instituição voltada especificamente para o “culto da saudade”, tal como faziam as nações europeias, exemplos de civilidade, e também os Estados Unidos da América.

A defesa pela criação do MHN integra sua agenda política da criação de “lugares de memória”, tal como ocorreu em 1917 quando defendeu a criação de um museu militar.<sup>41</sup> Afinal, Barroso entendia que exemplos de grandes homens e lições de patriotismo, que serviriam de modelo para as novas gerações, deveriam ser objetos de celebração em espaços específicos como os dos museus, escolas, academias e ensino de história. Além da referência direta aos museus como locais de ensino do patriotismo, o autor identifica o Exército com a tradição, tendo em vista que “não se cria mística militar sem invocar a tradição”.<sup>42</sup> Para Afonsina Moreira, tradição e patriotismo eram valores priorizados no ensino da história militar do Brasil, como componentes indispensáveis à formação da identidade nacional. Não por acaso, foram significados como fundamentais no processo de afirmação do Estado Nacional.<sup>43</sup> A historiadora destaca que Barroso faz a defesa de uma formação moral pautada no

*(...) amor à pátria e respeito às tradições seriam componentes indispensáveis para uma comoção e identificação coletivas. O passado defendido pelo autor era demarcado por uma lição de moral, ensinada por meio de contato com objetos de um pretérito beligerante, tidos como testemunhos factuais. Assim, armarias, canhões, bustos, estátuas, retratos ganhavam lugar de evidência nas exposições do MHN por (...) sugerirem uma moral para a história.<sup>44</sup>*

---

<sup>41</sup> BARROSO, Gustavo. Museu Militar. **Ideias e Palavras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editoria Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.

<sup>42</sup> BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**, vol. 3. Rio de Janeiro: 1942, p. 400.

<sup>43</sup> MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da Saudade: memória e esquecimento em Gustavo Barroso**. Tese de Doutorado. Orientadora: Profª. Dra. Estefânia Knotz Cangaçu Fraga. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2006, p. 237.

<sup>44</sup> Ibid., p. 237.

Posteriormente, Barroso amplia o seu projeto de museu para um museu histórico brasileiro, que deveria apresentar não apenas os grandes vultos e acontecimentos da história militar brasileira, mas da história nacional como um todo. Com uma proposta semelhante a já apresentada no artigo **Museu Militar**, Barroso publica um novo trabalho – **Museu Histórico Brasileiro**<sup>45</sup> – no qual defende a criação de uma instituição mais ampla em relação ao “culto da saudade”, de preservação das tradições e costumes do passado e de formação do patriotismo. Avançando nessa ideia, Barroso relaciona algumas iniciativas particulares de preservação das relíquias nacionais e ainda apresenta uma estrutura para a instituição proposta, identificando alguns órgãos públicos que poderiam doar parte de seu acervo para o MHN. Segundo ele, não obstante a cultura geral de descaso com o passado do país,

*ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico, no qual se pudessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que este representa.*

*Os que se preocupam com essas coisas, raros e criticados, sabem que no Archivo Nacional há a cadeira ou trono em que o imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na Igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios: que no Museu Naval estão os grossos canhões do forte do Príncipe de Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas.*

(...)

*Bastaria um pequeno gesto governamental criando um Museu Histórico no Rio de Janeiro e entregando sua organização a pessoa ativa e competente para que, dentro em pouco, nele se reunissem relíquias veneráveis, hoje esparsas em várias repartições públicas ou detidas por particulares, que as não oferecem ao poder público por conhecerem em demasia seu descaso proverbial.*

*A esperança, porém, dum Museu Histórico no Brasil não sorri a ninguém que se preze de ter um pouco de inteligência. Não temos sido educados no Culto da Saudade. Não o poderemos ter tão cedo.*<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Em 1921, Gustavo Barroso publica um artigo intitulado **Museu Histórico Brasileiro** na **Revista Ilustração Brasileira** no qual apresenta os mesmos argumentos já utilizados na defesa pela criação de um museu militar, mas amplia sua ação para a história nacional como um todo. Este artigo foi republicado por Adolpho Dumans, em 1945, como parte do seu artigo **A ideia de criação do Museu Histórico Nacional**. BARROSO, Gustavo. **Museu Histórico Brasileiro**. **Revista Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, 1921. *Apud*. DUMANS, Adolpho. **A ideia de criação do Museu Histórico Nacional**. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1945, p. 338-392.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 388-392.

Na citação acima, evidencia-se os traços gerais do desenho do MHN, finalmente criado um ano após a publicação do artigo. Tal como apresentado em capítulo anterior, o objetivo principal da criação do Museu era o de “reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que este representar”. Para isso foi criado aquele espaço institucional, cuja função era a de reunir objetos históricos diversos pelo país, conservá-los, classificá-los e expô-los ao público, contribuindo, assim, como escola de patriotismo, para o culto de nosso passado.<sup>47</sup>

Na reedição, em 1997, do artigo **Culto da Saudade**, pelos **Anais do Museu Histórico Nacional**, em edição comemorativa pelos setenta e cinco anos da instituição, a então diretora do Museu, Vera Lúcia Bottrel Tostes, destaca, em nota de rodapé, a atuação de Gustavo Barroso à frente do projeto de criação do referido museu, comprometida com a

*(...) questão da identidade nacional, presente nas reflexões de todos os intelectuais ligados à produção de história. Barroso preocupa-se especificamente com a preservação do patrimônio, num viés conservador. A ligação de Barroso com o Romantismo também se insinua pela via de sua preocupação com a "tradição", categoria que atravessa todo o texto. Embora não haja nenhuma biografia crítica do fundador do Museu Histórico Nacional, são conhecidos seus estudos sobre folclore, bem como suas atividades de escritor ligado ao regionalismo.*<sup>48</sup>

Na avaliação da Diretora, Gustavo Barroso fez, sob um viés conservador, a defesa de preservação do patrimônio histórico cultural, haja vista sua preocupação constante com a tradição e, sobretudo, com a tradição guerreira na história do país. Tal como os intelectuais de sua época, Barroso foi interpelado pelo debate em torno da questão da identidade nacional. Como já ressaltado, uma das principais preocupações dos intelectuais daquela época era a definição da nacionalidade brasileira, cujos desenhos iniciais baseavam-se nos moldes europeus e americanos. Sob a República, como assinala Monica Velloso, o principal desafio daqueles intelectuais era encontrar um meio termo para temas como “tradição e

---

<sup>47</sup>BRASIL. **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoeruccion?id=102652&tipoDocumenta=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012, p. 1.

<sup>48</sup> BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997, p. 34.

modernidade”, “regional e universal”, e “popular e erudito”, de forma que a identidade brasileira não fosse definida como uma mera caricatura do europeu ou do norte-americano<sup>49</sup>.

Assim, observa-se neste processo de amalgamento do sentimento comum de pertencimento à nação, a partir da aproximação entre identidade e diferença, o investimento nos usos da memória, de uma história da memória. E são estes usos que Gustavo Barroso procura ressaltar em seu artigo, ao defender que a definição da nacionalidade e da modernidade brasileiras não deveria desconsiderar a preservação das tradições e do patrimônio histórico brasileiro.

Erika Cerqueira, ao analisar o referido artigo de Gustavo Barroso, destaca que ele faz a defesa do “culto da saudade”, incluindo nesse uma política de patrimonialização do passado, com a proteção e preservação do patrimônio cultural, política até então inexistente. A autora ressalta que na visão do escritor,

*o descaso para com o passado nacional parece ser indício de um mal maior do povo brasileiro, de uma completa desobrigação para com aqueles que construíram a nação. Observa-se em sua exposição, não apenas certa preocupação em relação à preservação do patrimônio, como também um receio diante do desenvolvimento das cidades.*<sup>50</sup>

A preocupação com as tradições e com o patrimônio nacional diante do crescimento e da modernização das cidades não foi exclusividade de Barroso. Naquele momento, vários intelectuais, representantes da nova geração, como por exemplo, Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade,<sup>51</sup> mostraram-se preocupados também com esse assunto, receosos dos efeitos da modernização no que concernia aos monumentos históricos do país. Para esta geração de intelectuais, a

---

<sup>49</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano** – O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1, p. 373.

<sup>50</sup> CERQUEIRA, Erika Morais. **O passado que não deve passar**: História e Autobiografia em Gustavo Barroso. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 57.

<sup>51</sup> Estes intelectuais, tal como Barroso, irão se vincular ao Governo Federal a fim de desenvolver um política civilizatória e modernizante para o Brasil. Este projeto, iniciado durante a República Velha, foi levado a outro nível durante o Governo de Getúlio Vargas, quando este funda o Serviço de Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro (SPHAN). CHUVA, Márcia. Fundando a Nação: Representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v.IV, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 313-333

modernização e a civilização do país só poderiam efetivar-se a partir da estruturação de um projeto no qual as origens e ancestralidades comuns a toda nação fossem evocadas e assim compartilhadas socialmente. A construção desse sentimento comum de pertencimento deveria ser ponto de partida e de chegada do projeto de modernização e civilização.

Um traço distintivo que se destaca no pensamento de Barroso, expresso em suas obras, é a importância dada ao passado, cujas memórias, ele defende que sejam preservadas em um permanente “culto da saudade”. Os museus seriam o espaço institucional próprio para esse culto do passado, esse “culto da saudade”. Trata-se de perspectiva saudosista em relação ao passado na qual ele propõe seu predomínio na relação entre passado/presente/futuro, tendo o tempo pretérito como referência para o presente e o futuro. Nesse exercício do “culto da saudade”, o patrimônio e os objetos são enfatizados como elos entre o presente e o passado, sendo, por esta razão, essencial sua preservação.

Na ênfase dada ao passado evidencia-se a concepção de história compartilhada por Gustavo Barroso, tributária da tradição romântica de apego às tradições, que coexistia e disputava com a concepção positivista da história o controle da leitura do passado. Em ambas, a noção da história como “magistral vitae”, que ensina com os exemplos do passado, entendido como a sucessão linear e contínua dos acontecimentos políticos, militares e institucionais, empiricamente comprovados. Na visão de Gustavo Barroso há uma valorização da história nacional, traduzida em práticas de culto ao passado, de retomada das tradições, de criação de espaços como o Museu Histórico Nacional, voltados à conservação e exposição de objetos representativos do passado do país. A ênfase nas tradições é dada por considerá-las como elos entre os homens do passado, do presente, e do futuro. Sob tal perspectiva, a promoção dessa ligação seria viabilizada por práticas de “culto da saudade”, possibilitada pelos museus históricos.

### **3.4 A história em cada vestígio do passado: o MHN como lugar dos objetos históricos**

Como já assinalado, os museus históricos configuravam-se, no século XIX e início do século XX, como instituições vinculadas aos Estados Nacionais, vistas como um investimento do Estado com o propósito de “modelar a alma dos cidadãos”. Esta concepção foi compartilhada por Gustavo Barroso, que entendia que neste espaço seria possível ensinar

“a amar o passado”, a cultivar as tradições, práticas indispensáveis para a formação patriótica da sociedade brasileira e para afirmação do Estado Nacional. Como ressalta Regina Abreu, para o criador do MHN, o

*ato de conservar ou a ideia de preservar vinculava-se a uma função eminentemente prática: fazer amar a pátria. O museu deveria contribuir para forjar nos indivíduos um sentimento nacional. Através de seus ensinamentos, o brasileiro aprenderia a amar e respeitar a sua pátria.*<sup>52</sup>

Os museus funcionavam, portanto, como “agências civilizadoras”, tal como apontado por Tony Benneti,<sup>53</sup> ou seja, atuavam na construção de uma nação civilizada, nos moldes das nações europeias. Tal função era defendida por Gustavo Barroso em sua luta para estabelecer no Brasil uma cultura de valorização do passado, do “culto da saudade”, mediada pelos museus históricos. Como se pode observar em sua obra, Barroso defendia a existência de uma instituição onde o “culto da saudade” fosse razão de sua existência e objetivo a ser perseguido. Assim, quando o presidente Epitácio Pessoa decretou a fundação do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso não pôde deixar de expressar o seu contentamento pela iniciativa. Afinal, dessa obra, ele era participante na condição de principal defensor e idealizador. Em discurso proferido por ocasião da fundação da Instituição Barroso explícita tal sentimento:

*Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivistas se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigiram seus destinos. Ele o cimentou instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem*

---

<sup>52</sup> ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema – por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. **Ideólogos do Patrimônio cultural – Cadernos de Debates**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1991, p. 94.

<sup>53</sup> BENNETI, Tony. **The Exhibitionary Complex**. New Formations. vol. 4, 1988.

*genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis.*<sup>54</sup>

No discurso comemorativo e laudatório, Gustavo Barroso demarca, com clareza, os contornos principais da instituição recém-criada, ao ressaltar que o Museu Histórico Nacional “custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos”. A criação do Museu inaugura, portanto, o “culto da saudade” no país, até então visto por aquele como desinteressado de seu passado. Não se trata, porém, de qualquer passado. O passado a ser cultuado é aquele das tradições guerreiras, dos heróis brasileiros, sejam eles estadistas ou militares, com predominância destes últimos. Nesse “culto da saudade” instaurado por decreto presidencial, duas medidas iniciais destacam-se: a criação do MHN e a revogação do banimento da Família Imperial. Na leitura de Barroso o ajuste de contas com o passado foi feito, ao se criar um espaço próprio para o “culto da saudade” e, sobretudo, ao restabelecer ligação com a experiência monárquica, começo da história da nação.

Implantar o “culto da saudade” demandava a criação de uma infraestrutura necessária para tal, com a definição estruturadora do Museu. Este, como já assinalado, integrou a Exposição Internacional do Centenário da Independência, ao ser instalado no antigo Arsenal de Guerra do Exército. Seu acervo foi formado por transferências de objetos de outras instituições, doações particulares e de algumas nações estrangeiras que participaram da Exposição, além da aquisição pela própria instituição. A classificação, distribuição e exposição dos objetos históricos do acervo foram feitas consoante às concepções e orientações de seu primeiro diretor.

O Museu Histórico Nacional foi dividido em 18 salas de exposição, onde todo o seu acervo era exposto. A divisão deste acervo se dava conforme a tipologia dos objetos expostos ou o período ou dos personagens por eles representados. Na organização da exposição e distribuição nas diversas salas temáticas e temporais, o intuito era o de tornar visível a história da memória do país. Nessa política de patrimonialização e visualização do

---

<sup>54</sup> Discurso proferido por Gustavo Barroso em 24/08/1922, por ocasião da fundação do MHN. Este discurso foi publicado por Adolfo Dumans, em 1941. DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, Vol. I, 1941, p. 212.

passado, a preocupação em proporcionar ao público o “conhecimento da historia pátria e o culto das nossas tradições”.<sup>55</sup>

Além de visão romântica da história, identifica-se no pensamento e obra de Barroso também a perspectiva histórica da escola metódica, haja vista sua preocupação em escrever uma História da Nação, característica comum daquela escola. Não se pode negar que seu modo de pensar o passado e de narrá-lo, sob a perspectiva da sucessão contínua e linear dos acontecimentos políticos e institucionais aproxima-o daquela tradição positivista. Por outro lado, seu esforço em dar continuidade ao projeto monárquico do IHGB, de escrever a biografia da nação também o aproxima da historiografia romântica dos séculos XVIII e XIX. Essas duas tradições parecem coexistir em seu modo de pensar a história, cujo conhecimento seria a capacidade de despertar a relação entre os homens do passado e os homens do presente, de produzir um sentimento de pertencimento a uma coletividade, a uma “comunidade imaginada”, nos termos propostos por Benedict Anderson. Este explica que os museus históricos, tal como outros meios de comunicação em massa, são instituições que, por serem imediatamente identificadas e visíveis por toda parte, “penetram no fundo da imaginação popular, formando um poderoso emblema para o nacionalismo”.<sup>56</sup> O museu histórico, nesta perspectiva, seria a instituição mais adequada para viabilizar tal sentimento, com a visualização dos objetos representativos do passado histórico. Na exposição organizada pela instituição, os brasileiros aprenderiam a amar a pátria, ao valorizar e cultuar seu passado e seus heróis, práticas, valores e sentimentos indispensáveis à formação da nacionalidade. Assim, segundo Maria Célia Santos, a principal finalidade da instituição para Barroso era a de

*de preservar e celebrar esse patrimônio para conservar o passado nacional e manter uma mitologia das relíquias culturais tradicionais a serem veneradas a fim de valorizar a nação e o status do homem através de sua identidade cultural.*<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup>BRASIL. art. 1<sup>a</sup> do **Decreto nº15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublic:acoenucion?id=102652&tipoDocument=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012, p. 1.

<sup>56</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983 (2008), p. 242.

<sup>57</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXX, 1996, p. 22.

No momento inaugural da instituição, esta exporia objetos representativos da origem histórica da nação brasileira, seus eventos e heróis, protagonistas que participaram do processo de construção da nação e de afirmação do Estado Nacional. Regina Abreu destaca que a exposição do MHN, ao expor objetos identificados com as origens da nação brasileira, procurou tornar visível sua origem nobre, com a exposição de retratos e objetos identificados com o estreito círculo monárquico. Isto por que, segundo a autora, a nação brasileira era vista como originária e resultante de “obra da Coroa e da Corte”. Gustavo Barroso, ao imprimir tal orientação à exposição, expõe seu pensamento conservador e elitista, imbuído, sob tal ótica, do papel que lhe cabia, como integrante da elite intelectual e de descendência germânica, de promover a reunião e preservação “das relíquias das elites aristocráticas”.<sup>58</sup> Para aquela historiadora, o primeiro diretor do MHN

*não ocultava sua intenção em fazer da instituição essencialmente um museu das elites. A elas atribuída a fundação da nação brasileira. o MHN deveria representar através de seus objetos – “mudos companheiros de nossos guerreiros e de nossos heróis” – a ação das elites na edificação nacional. A acepção da categoria elite na concepção barroseana indicava “escól, a nata, aqueles que comandam, inauguram”.*<sup>59</sup>

A historiadora destaca que consoante tal concepção, não havia na exposição referências aos pobres, mestiços, negros e índios da população brasileira, como se eles também, não fizessem parte da história do país, consagrada exclusivamente ao protagonismo das elites, aquelas que “comandam e inauguram”, como destacou Barroso.

Excluídos do Museu Histórico Nacional, a população pobre foi contemplada com a proposta de ter um lugar próprio, diferente, para expor os objetos representativos de seu passado, os “museus folclóricos”. Em artigo, intitulado **Museu Ergólico Brasileiro**, publicado nos **Anais do Museu Histórico Nacional**, Barroso expõe sua concepção acerca deste tipo de instituição, bem como deveriam ser reunidos, organizados e expostos o seu acervo.

---

<sup>58</sup> ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema – por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. **Ideólogos do Patrimônio cultural – Cadernos de Debates**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1991, p. 94.

<sup>59</sup> Ibid., p. 96.

*É justamente a parte ergológica a que permite a boa organização dos museus folclóricos, do ponto de vista da impressão causada, como os que já tive ensejo de visitar em Estugárdia com a arte da moradia e do mobiliário dos campônios da planície e das serras, em Póvoa do Varzim com a arte da embarcação e da pescaria nas costas de Portugal. Que riquíssimo museu se poderia organizar com a ergologia brasileira, abarcando os valores de utilidade do nosso povo de norte a sul englobando as nossas artes populares e permitindo sôbre elas estudos e publicações como os que, exemplo magnífico, têm sido executados sob inspiração e direção do govêrno mexicano!*

*A área dum museu ergológico abarca as seguintes matérias: mobiliário, alimentação, indumentária, moradias, arte naval, transportes, medicina, tecidos, tintas, decorações, esteiras, cêstos, cerâmica, brinquedos, arreios, entrançados de couro, obras de chifre, objetos de tartaruga, escultura, carpintaria, trabalhos em madeira, artefatos em cobre, curtume, pescaria, ourivesaria, prataria, ferraduras, marcas de gado, etc. etc.*

*Um museu dessa espécie poderia ser dividido em setores relativos às regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. E nêle se poderiam ver as artes e ofícios tradicionais da nossa gente, bem como estudar sua origem, evolução e finalidades.<sup>60</sup>*

A proposta de um museu ergológico, conforme sugerido por Barroso, não encontrou, à época, receptividade junto ao governo brasileiro. Provavelmente, porque este compartilhava a visão de que estudar a “origem, evolução e finalidade” das camadas pobres da sociedade brasileira não tinha a menor importância na formação da nacionalidade, pois aqueles representavam justamente a presença que se queria ausente nas representações do nacional<sup>61</sup>. O descaso com a memória dessa população de despossuídos traduzia justamente as políticas sociais e culturais excludentes que visavam em mantê-los como “estrangeiros em sua própria terra”,<sup>62</sup> distanciados do acesso à cidadania.

Ao atentar para a estrutura da exposição inaugural, a disposição dos objetos e suas salas, percebe-se o viés saudosista e conservador de Gustavo Barroso acerca do passado, expresso no objetivo de expor todos os objetos que compunham o acervo da instituição, tal como os antigos antiquários do século XVIII. Trata-se, portanto, de concepção distanciada das

---

<sup>60</sup> BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico Brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1942, p. 434-435.

<sup>61</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra: representação do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 15.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 15

modernas concepções dos museus históricos europeus e norte-americanos que ele havia visitado com Epitácio Pessoa, cuja organicidade do funcionamento tinha em vista a afirmação dos estados nacionais. Tal orientação dada por Barroso aponta para sua dificuldade em assimilar o novo, em incorporar as mudanças, em modernizar-se. O “culto da saudade” por ele defendido é expressão de seu saudosismo e, sobretudo, de seu conservadorismo.

Aline Montenegro Guimarães, ao analisar o **Catálogo Geral – 1ª seção: arqueologia e história**, destaca a supervalorização dos objetos expostos nas salas da instituição, com a intenção de que deveriam servir exatamente como elemento de ligação com o tempo passado, “numa atitude romântica de ressuscitar o passado”.<sup>63</sup> A autora defende, assim que o propósito central da exposição não era a organização dos objetos históricos com vistas a construir e dar visibilidade a uma sucessão histórica. O foco central dessa primeira exposição, definido, por Barroso, era o que criava a

*a possibilidade de impregnar o lugar de um determinado passado, de modo que ao visitante não restasse dúvidas quanto à existência desta época de reis, oficiais e nobres. Os objetos bastavam-se em si para dar conta dessa experiência, independentemente do lugar onde estivessem. O passado era a própria história e a história estava ali em cada vestígio, em cada espaço, perceptível aos sentidos.*<sup>64</sup>

Compartilhamos esse modo de ver da historiadora, pois percebemos essa concepção histórica como sinônimo do passado no pensamento de Barroso. Sua defesa apaixonada de um “culto da saudade” traduz aquela concepção. A focar a presença e a identificação da história com cada vestígio material do passado, na referida exposição, ele está exteriorizando sua concepção. O MHN é a instituição que abriga e alimenta esta patrimonialização do passado. Sob tal perspectiva, os objetos históricos eram entendidos como relíquias do passado, que não poderiam sofrer qualquer tipo de alteração com o tempo presente. As relíquias eram compreendidas como “rasgos no tempo”, fragmentos do passado que permaneciam inalterados no presente, refratários às mudanças do tempo. Identificadas como objetos do passado e deslocadas da dimensão do presente, as relíquias recebiam um significado sacramental; ou seja, elas tornavam-se eternas e invioláveis. A historiadora Aleis

---

<sup>63</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade: Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **A história Representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 102.

<sup>64</sup> Ibid., p. 102

Riegl ressalta que a relíquia, tal como compreendida por Barroso, “possibilita uma experiência sensível com um tempo que não existe mais, e sobrepõe-se ao conhecimento histórico, que muitas vezes não é necessário para que as pessoas se envolvam e amem o passado ao contato com estes vestígios”.<sup>65</sup> A relíquia torna-se, assim, um “lugar de memória”, na acepção dada por Pierre Nora.<sup>66</sup>

A concepção patrimonialista do passado que Gustavo Barroso tinha acerca dos objetos que compunham a exposição do MHN encontra-se também explicitada na obra **Cidade Sagrada**, no qual seu autor descreve o seu sentimento ao organizar a instituição:

*(...) quando, ao organizar o Museu Histórico, olhava o mostruário sob cuja tampa de cristal luziam as dobras e dobrões de ouro de lei do reinado do faustoso D. João V, meu espírito se perdia nas brumas dos tempos idos e diante dêle desfilavam as legiões de ásperos, destemidos bandeirantes, garimpeiros e faiscadores, que, rompendo os sertões ínvios, caçando o indígena, escravizando o negro, sequiosos de aventura e de riqueza, fundaram nas covoadas da serra do Itacolomi a celebrada Vila Rica de Albuquerque.*<sup>67</sup>

Seu modo conservador e saudosista de ver o passado e o presente – tempos indistintos – respondeu pelo seu apelo às tradições guerreiras do passado, cuja permanência seria garantia da imutabilidade do presente. Ao defender o “culto da saudade”, ele está defendendo as tradições e valores do passado e, sobretudo, operando a ressignificação da experiência monárquica como a origem da nação, em pleno regime republicano. Tal atitude vinha ao encontro dos interesses do Estado republicano, relativamente recém-instaurado, pois fundamentava historicamente sua legitimidade. O desejo do diretor de fazer com que os visitantes do Museu, tal como ele, amassem o passado, mais do que o compreendessem, a partir da sua identificação presentificada nos objetos, era maior do que a preocupação em imprimir um cunho científico ao museu e a história: esta inclusive, não aparece.

---

<sup>65</sup> RIEGL, Aleis. The moderm cult of monuments. *Apud.* BANN, Stephen. As invenções da história. **Ensaio sobre a representação do passado**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

<sup>66</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 10, 1993.

<sup>67</sup> BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. V, 1945, p. 10.

Assim, a concepção histórica de Gustavo Barroso e sua defesa do museu como lugar de “culto da saudade” configuraram a localização do MHN na tradição antiquária dos primeiros museus históricos europeus. Nestes, a história e a identidade nacionais eram percebidas pelo público por meio da exposição mais ou menos descontinuada de diferentes tipos de objetos, sem uma ligação explícita e orgânica entre eles, a não ser o tempo pretérito. Significativamente, como atenta Aline Montenegro Guimarães, nessa primeira exposição e nos primeiros anos da instituição, o corpo de seus funcionários não possuía formação e concepção diferentes de Barroso. Eram, em sua grande maioria, “eruditos, generalistas e polígrafos, cuja formação passava pelo bacharelado em direito”,<sup>68</sup> provavelmente formados pelo curso técnico oferecido pelo Museu em parceria com a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. A formação generalista dos primeiros funcionários do Museu Histórico Nacional alimentou a permanência de uma visão de história percebida como sinônimo de passado e do museu como espaço institucional para abrigar relíquias, sem conexões com o tempo presente e futuro. Relíquias congeladas no tempo e no espaço, dispostas, como em um antiquário, para exposição ao público.

Segundo Guimarães, este foco da exposição no culto ao passado só seria modificado na década de 1930, com o surgimento do Curso Técnico de Museus, fundado por Rodolfo Garcia<sup>69</sup> e Gustavo Barroso. Este curso tinha como objetivo formar os profissionais que se “responsabilizariam pelos estudos de história e dos objetos que compunham o acervo, de modo a garantir a veracidade dos discursos históricos, alinhados, portanto à concepção positivista ou metódica da história, cujo estatuto de cientificidade pautava-se no pressuposto rankeano de que era possível narrar os fatos como realmente ocorreram. Sob a perspectiva científica e modernizadora da formação de quadros da burocracia, observado no país a partir da década de 1930, o curso, com duração de dois anos, tinha o mesmo status de um curso profissionalizante.<sup>70</sup> Não resta dúvida de que o curso trouxe o cientificismo para a instituição,

---

<sup>68</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade: Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **A história Representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 103.

<sup>69</sup> Pelo curto período de 2 anos, entre 1930 e 1932, Gustavo Barroso foi afastado da direção do MHN. Durante sua ausência, Rodolfo Garcia, historiador e membro do IHGB, exerceu a função de diretor interino da Instituição. Um dos motivos apontados para o afastamento de Barroso foi o apoio dado à Júlio Prestes nas eleições de 1929, para o cargo de Presidente da República. *Ibid.*, p. 104.

<sup>70</sup> A partir de 1944, o Curso Técnico de Museus passa a ter três anos e a se equiparar a um curso universitário. Em 1976, o Curso, já Faculdade de Museologia foi transferido para a Federação das Faculdades Independentes do Rio de Janeiro, hoje UNI RIO. *Ibid.*, p. 106.

que aos poucos foi alterando o desenho de suas salas e o sentido de suas exposições. Mas, essa, é outra história...

## **Considerações Finais**

A pesquisa feita evidenciou a criação do Museu Histórico Nacional/MHN como uma das iniciativas do governo republicano nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Após um século do nascimento da nação, sob novo regime político, a sociedade brasileira foi mobilizada para celebrar esta data no principal evento a ela destinado, a Exposição do Centenário da Independência.

Os eventos comemorativos do Centenário, como a Exposição Internacional do Centenário da Independência e a criação e instalação do Museu Histórico Nacional, atividades do projeto cultural do governo de Epitácio Pessoa, tinham em vista projetar a imagem do Brasil como a de um país moderno e civilizado, investimento caro aos republicanos que buscavam identificar o novo regime com a modernização, sem descartar, porém, as tradições do passado.

A partir desta perspectiva, o Museu Histórico Nacional foi criado como uma instituição voltada ao “culto da saudade”, com a exposição de objetos representativos das tradições, os personagens, lugares e os eventos do passado. O Museu, em suas dezoito salas de exposição, priorizava os valores e as tradições guerreiras da nação brasileira, de modo a ressaltar o lastro histórico que conferia legitimidade ao regime republicano, identificando-o também com a continuidade entre o regime imperial e republicano. Assim, ao ensinar “a amar o passado” do país, a valorizar seus valores e tradições, o museu atuava na formação cívica e patriótica de seu público, importante para a construção da nacionalidade brasileira. Tal como nas modernas nações europeias, também aqui se procurou, por meio de instituições como o MHN, orientar o processo de modernização sem romper, porém, com a memória, os monumentos e as tradições do passado.

Nesse sentido, o Museu Histórico Nacional foi criado e instalado consoante às concepções de Gustavo Barroso que, ao fazer a defesa de um espaço para o “culto da saudade” fazia, sob viés saudosista e conservador, a apologia do passado. O passado pensado, portanto, não como tempo de transformações e revoluções, mas como tempo imobilizado pela

força das tradições. Ao acelerado tempo presente, das grandes mudanças operadas pelo processo de modernização, o criador do museu propunha, portanto, a patrimonialização do passado de modo a estabelecer a coexistência do novo com o antigo.

## Fontes

- BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. V, 1944.
- \_\_\_\_\_. **Catalogo Geral – 1ª secção: arqueologia e história**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>> Acesso em 11/abr./2011.
- \_\_\_\_\_. Esquemática da História Militar do Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1942.
- \_\_\_\_\_. **Ideias e Palavras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.
- \_\_\_\_\_. Museu Ergológico Brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1942.
- \_\_\_\_\_. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Consulado da China**. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1941.
- \_\_\_\_\_. **O Coração de Menino**. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.
- BRASIL. **Decreto nº 15.066**, de 24 de outubro de 1921. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=46577>> Acesso em 16/set/2012.
- BRASIL. **Decreto nº 15.569**, de 22 de julho de 1922. Disponível em <[www6.senado.gov.br/legislacao/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoDocumento=DEC&tipoLexlo](http://www6.senado.gov.br/legislacao/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoDocumento=DEC&tipoLexlo)> Acesso em 16/set/2012.
- BRASIL. **Decreto nº 15.935**, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em <[www6.senado.gov.br/legislacao/UstaPublicacoes.action?id=44208&tipoDocumento=DEC&tipoTexto](http://www6.senado.gov.br/legislacao/UstaPublicacoes.action?id=44208&tipoDocumento=DEC&tipoTexto)> Acesso em 16/set/2012.
- BRASIL. **Decreto nº 15.596**, de 02 de agosto de 1922. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102652&tipoDocumento=DEC&tipoTert>> Acesso em 16/set/2012.
- BRASIL. **Decreto nº 4.175**, de 11 de novembro de 1920. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=52885&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em 16/set/2012.
- Manifesto Republicano, de 1870. PESSOA, R. (org.). **A Idéia Republicana no Brasil Através de Documentos**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional**. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>>> Acesso em 11/abr./2011.

## Referência Bibliográfica

- ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema – por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. **Ideólogos do Patrimônio cultural – Cadernos de Debates**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1991, p. 91-97.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Anamaria Rego de. Uma exposição internacional no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXXIV, 2002, p. 372-385.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983 (2008).
- BANN, Stephen. As invenções da história. **Ensaio sobre a representação do passado**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- BENNETI, Tony. **The Exhibitionary Complex**. New Formations. vol. 4, 1988.
- BITTENCOURT, José Neves. Um museu de história do século passado – observações sobre estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. Vol. XXIX, 1997, p. 211 – 275.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a Memória Nacional. São Paulo: Ed. Unesp/ Museu Paulista, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. A Política da abolição: O rei contra os barões. **Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.
- CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar**: História e Autobiografia em Gustavo Barroso. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Mirando Mollo. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.
- CHUVA, Márcia. Fundando a Nação: Representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**, Rio de Janeiro, Vol. IV, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 313-333.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. Gustavo Barroso e a criação da “Casa do Brasil”. **Revista Virtú**, UFJF, nº 7, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a13.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

- CPDOC/FGV. **Anos de Incerteza (1930 - 1937) - Ação Integralista Brasileira**. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/AIB>> acesso em 20/dez./2012.
- DORATIOTO, Francisco. Escrever a História do Grande Personagem Histórico. PRIORI, Agnelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem.
- DUMANS, Adolfo. A ideia de Criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. III, 1942.
- \_\_\_\_\_. O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, Vol. I, 1941.
- ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXIX, 1997.
- FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- GONTIJO, Rebeca. “‘Paulo amigo’: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. **Revista Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Vol. I, 1988.
- \_\_\_\_\_. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. Abreu, Martha e outros (org.). **Cultura Políticas e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Sér. v.15. n. 2, jul.-dez. 2007, p. 11-30.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MACENA, Fabiana. **Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)**. Dissertação de mestrado. Orientadora: Profª Drª Diva do Couto Gontijo Muniz. Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília (UnB). Brasília. 2010.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade: Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **A história Representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da Saudade: memória e esquecimento em Gustavo Barroso**. Tese de Doutorado. Orientadora: Profª Drª Estefânia Knotz

Cangaçu Fraga. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2006.

- MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira de. (Org.). **Nação, civilização e história: leituras sertanejas**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra: representação do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 15.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 10, 1993.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. IV, nº 2. 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Ed. Hucit, 1997.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. V, nº 10, 1992.
- \_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. II. n. 1, 1989, p. 3-15.
- PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1 – De Varnhagen a FHC**. 9ª ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SANDES, Noé Freire. **A Invenção da nação– entre a monarquia e a República**. Goiânia: Ed. UFG: Agencia Goiânia Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Vol. XXX, 1996, p. 21-36.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia K. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). Miceli, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp, 1989.
- SEVCHENKO, Nicolau. Introdução. SEVCHENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil – República, da belle époque à era do rádio** (Vol. III). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano** – O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1.

## Anexo 1

### Quadro dos períodos e quantidade de objetos da Exposição Inaugural do Museu Histórico Nacional

	Sala	Período	Quantidade de Objetos
1	Ala dos Candelabros	Colônia	15
2	Sala dos Ministros	Colônia, Brasil-Reino, Brasil-Império e República.	311
3	Sala dos retratos	Brasil-Reino, 1º e 2º Reinado.	55
4	Sala das bandeiras	Sem um período específico	111
5	Arcada dos canhões	Todas as épocas	18
6	Arcada das pedras	Todas as épocas	43
7	Arcada dos Côches	Todas as épocas	8
8	Escadaria dos escudos	Todas as épocas	49
9	Sala dos capacetes	Colônia, Brasil-Reino, Independência e Regência	328
10	Sala da constituinte	1º e 2º Reinado	53
11	Sala do Sceptro	2º Reinado	92
12	Sala do Thronos	Sem um período específico	523
13	Sala Osório	Guerra do Paraguai	116
14	Sala dos Throphêos	Guerra do Paraguai e de rosas	406
15	Escadaria das armas	Final da Monarquia e início da República	50
16	Sala da abolição	Fim da escravidão no País e Proclamação da República	77
17	Sala da república	República	177
18	Galeria das nações	Centenário da Independência – 1922	12
19	Sala das conferencias		14
20	Gabinete do diretor		18
21	Secretaria		15
<b>TOTAL DE OBJETOS</b>			<b>2491</b>

FONTE: BARROSO, Gustavo. *Catálogo Geral – 1ª seção: arqueologia e história*. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional: 1924. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=26089&Pesq=>>> Acesso em 11/abr./2011.